

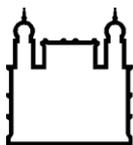
MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde

**Realidade e Perspectivas do Ensino Tecnológico para
Pessoas com Deficiência na Amazônia Ocidental: O Caso do
Instituto Federal do Acre**

CESAR GOMES DE FREITAS

Rio de Janeiro
Julho de 2017



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Biociências e Saúde

CESAR GOMES DE FREITAS

Realidade e Perspectiva do Ensino Tecnológico para Pessoas com Deficiência na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre

Tese apresentada ao Instituto Oswaldo Cruz como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências, área de concentração Ensino em Biociências e Saúde.

Orientadores: Prof^a. Dr^a. Helena Carla Castro
Prof^a. Dr^a. Cristina Maria Delou

RIO DE JANEIRO

Julho de 2017

Freitas, César Gomes de .

Realidade e Perspectiva do Ensino Tecnológico para Pessoas com Deficiência na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre / César Gomes de Freitas. - Rio de Janeiro, 2017.

137 f.; il.

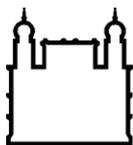
Tese (Doutorado) - Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, 2017.

Orientadora: Helena Carla Castro.

Co-orientadora: Cristina Maria Delou.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. Educação Especial. 2. Acessibilidade. 3. Alunos com Deficiência. 4. Intérpretes de Libras. 5. Institutos Federais. I. Título.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde

AUTOR: CESAR GOMES DE FREITAS

**Realidade e Perspectivas do Ensino Tecnológico para Pessoas com deficiência
na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre**

**ORIENTADORAS: Prof^a. Dr^a. Helena Carla Castro
Prof^a. Dr^a. Cristina Maria Delou**

Aprovada em: 26/07/2017.

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Isabela Cabral Félix de Souza (IOC/Fiocruz) - Presidente;
Profa. Dra. Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira (UFF);
Prof. Dr. Luiz Antonio Botelho Andrade (UFF);
Profa. Dra. Maria de Fátima Alves de Oliveira (IOC/Fiocruz), (Revisora e 1^a Suplente);
Profa. Dra. Edicléa Mascarenhas Fernandes (UERJ), (2^o suplente).

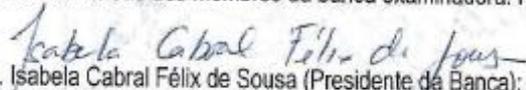
Rio de Janeiro, 26 de julho de 2017.



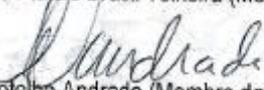
Ministério da Saúde

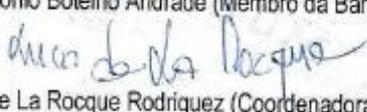
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz

Ata da defesa de tese de doutorado em Ensino em Biociências e Saúde de **Cesar Gomes de Freitas**, sob orientação da Dr^a. Helena Carla Castro Cardoso de Almeida. Ao vigésimo sexto dia do mês de julho de dois mil e dezessete, realizou-se às nove horas, na Sala 26 do Pavilhão 108/Fiocruz, o exame da tese de doutorado intitulada: **"Realidade e Perspectivas do Ensino Tecnológico para Pessoas com Deficiência na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre"** no programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências - área de concentração: Ensino Formal em Biociências e Saúde, na linha de pesquisa: Ensino e Aprendizagem em Biociências e Saúde (F). A banca examinadora foi constituída pelos Professores: Dr^a. Isabela Cabral Félix de Sousa - EPSJV/FIOCRUZ (Presidente), Dr^a. Gerlinda Agate Platais Brasil Teixeira - UFF/RJ, Dr. Luiz Antonio Botelho Andrade - UFF/RJ e como suplentes: Dr^a. Maria de Fátima Alves de Oliveira - UNIESP/RJ e Dr^a. Edicléa Mascarenhas Fernandes - UERJ/RJ. Após arguir o candidato e considerando que o mesmo demonstrou capacidade no trato do tema escolhido e sistematização da apresentação dos dados, a banca examinadora pronunciou-se pela APROVAÇÃO da defesa da tese de doutorado. De acordo com o regulamento do Curso de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz, a outorga do título de Doutor em Ciências está condicionada à emissão de documento comprobatório de conclusão do curso. Uma vez encerrado o exame, a Coordenadora do Programa, Dr^a. Lucia de La Rocque Rodriguez, assinou a presente ata tomando ciência da decisão dos membros da banca examinadora. Rio de Janeiro, 26 de Julho de 2017.


Dr^a. Isabela Cabral Félix de Sousa (Presidente da Banca):


Dr^a. Gerlinda Agate Platais Brasil Teixeira (Membro da Banca):


Dr. Luiz Antonio Botelho Andrade (Membro da Banca):


Dr^a. Lucia de La Rocque Rodriguez (Coordenadora do Programa):

**À Evelin e Ana Helena: tudo por vocês,
nada sem vocês!**

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal do Acre por esta extraordinária oportunidade;

Às minhas queridas orientadora e coorientadora pela paciência, auxílio e inestimável contribuição para o desenvolvimento deste trabalho;

Aos professores do programa de Ensino em Biociências e Saúde por compartilharem seu conhecimento e proporcionar uma formação efetiva;

Aos colegas discentes do Programa de Ensino em Biociências e Saúde pela enriquecedora troca de conhecimentos que proporcionaram.

À professora Maria de Fátima Alves de Oliveira pelo aceite do desafio da revisão desta tese e suas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora pela disponibilidade e contribuições para nossa pesquisa.

“Não é o crítico que importa; não importa o homem que aponta quando o forte tropeça, ou mostra de que maneira aquele que faz as coisas poderia ter feito melhor. O crédito é do homem que está na arena, com o rosto marcado de poeira, suor e sangue; o que luta com valentia; o que erra e falha vezes seguidas; pois não há esforço sem erros e falhas; mas é ele quem realmente luta para fazer as coisas; é ele quem conhece os grandes entusiasmos, e a total dedicação; é ele quem dá tudo de si para uma causa digna; é ele quem, na melhor das hipóteses, acaba conhecendo os triunfos de uma grande realização; e na pior delas, quando fracassa, ao menos fracassa por tentar com grandeza e ousadia, de tal maneira que seu lugar nunca será junto às almas frias e tímidas que não conhecem nem a vitória e nem a derrota”.

(Theodore Roosevelt)



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Realidade e Perspectivas do Ensino Tecnológico para Pessoas com deficiência na Amazônia

Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre

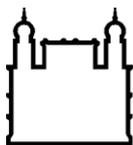
RESUMO

TESE DE DOUTORADO EM ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE

César Gomes de Freitas

Diferente dos tempos remotos, as pessoas com deficiência têm conseguido atingir os níveis mais altos de ensino no século XXI, chegando até aos cursos de pós-graduação. Dentro desse contexto que visa garantir a eles o direito a mesma qualidade oferecida aos demais alunos, torna-se necessário que o acesso ao conhecimento seja continuamente analisado, avaliado e otimizado. Com base neste contexto, o presente trabalho buscou investigar e analisar a realidade e a perspectiva do ensino dos alunos com deficiência em um Instituto Federal de Ensino Superior da região Norte do Brasil (IFAC) que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do país. Com este foco, buscou-se identificar possíveis problemas e propor alternativas para superá-los, sendo realizadas análises, utilizando-se questionários, no sentido de avaliar: a) a página de acesso na internet (website), b) as ações institucionais coordenadas pelos Núcleos de Apoio aos Estudantes com Necessidades Específicas (NAPNEs) dos campi do IFAC e c) as percepções de docentes, intérpretes de libras e discentes com deficiências dessa Instituição. Os nossos resultados mostraram que na comparação da acessibilidade dos sites de Institutos (IFES) e Universidades Federais, enquanto 12 dos 38 sites dos IFES não tinham nenhuma das ferramentas mais simples, um índice ainda maior de ausência destas ferramentas (41 dos 59 sites) foi observado nas Universidades, o que pode dificultar o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior. Na análise do atendimento institucional do IFAC oferecido a esses alunos em comparação com a UFF, identifica-se que essa universidade promove uma maior acessibilidade dos alunos com deficiência. Esse dado ressalta a necessidade de aperfeiçoamento das condições institucionais de atendimento no IFAC, uma vez que este reserva 5% das vagas em seus processos seletivos a essas pessoas, o que não tem sido utilizado pelos mesmos. Na análise da percepção dos professores da Instituição em relação a esses alunos, apesar da amostragem de profissionais não ser considerada significativa (21%), ela refletiu claramente a insegurança destes quanto a capacidade profissional para o atendimento deste público. Esse resultado está em acordo com a análise da percepção dos Intérpretes de Libras dessa Instituição; bem como com a dos alunos com deficiência, reforçando a necessidade de uma formação continuada para os profissionais envolvidos e condições mais acolhedoras para esse público. O nosso estudo revela não só os esforços no atendimento pelo IFAC nos diferentes aspectos avaliados, mas também o muito que ainda se tem que avançar para alcançar o atendimento plenamente inclusivo dos alunos com deficiência no Instituto analisado.

PALAVRAS-CHAVE: educação especial, alunos com deficiência, professores, Intérpretes de Libras Institutos Federais.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Reality and perspectives of technological education for People with disabilities in the Western Amazon: the Case of the Instituto Federal Of Acre

ABSTRACT

PHD THESIS IN ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE

César Gomes de Freitas

People with disabilities have achieved the highest levels of education in the 21st century. Within this context that aims to guarantee the right to the same quality offered to other students, it is necessary that the access to knowledge be continuously analyzed and re-structured. Thus, the present work aimed to investigate and analyze the reality and perspective of the teaching of students with disabilities in a Federal Institute of Higher Education in the Northern Region of Brazil (IFAC) that integrates the Federal Professional, Scientific and Technological Education Network of this country. The research aimed to identify possible problems and to propose alternatives to overcome them, being carried out researches using questionnaires for the analysis of: a) page of access in the internet (website), b) institutional actions coordinated by the Nucleus of Support to Students with Needs (NAPNE) of the IFAC campuses; and c) perceptions of teachers, interpreters of sign language and students with disabilities of the Institution. The analysis of our data showed that: a) in the comparison of the accessibility of the Institutes (IFES) and Federal Universities websites, while 12 of the 38 IFES sites had none of the tools evaluated, a higher index was observed in the Universities (41 of the 59 Sites), which can significantly hamper the access of people with special needs to higher education. In the investigation and analysis of IFAC institutional service offered to students with disabilities compared to the UFF, it is identified that this university promotes the accessibility of students with disabilities, which highlights the need to improve the institutional conditions of care in IFAC, since this reserve 5% of the vacancies in their selective processes for people with disabilities, which has not been used by them. In the analysis of the perception of teachers of the institution in relation to students with disabilities, although the sample of professionals was not significant (21%), it clearly reflected their insecurity regarding the professional capacity to attend this public. This result is in agreement with the analysis of the perception of the Interpreters of sign language that work in the Institution; as well as with students with disabilities. This reinforced the need for a more specialized attention on this public with a training and conditions more welcoming for them and for the professionals involved. The results of our study revealed that despite the efforts in attendance in the different evaluated aspects, there is still much to be done for the fully inclusive attendance of students with disabilities in the analyzed Institute.

KEYWORDS: special education, disabled students, teachers, interpreters of sign language, federal institutes.

ÍNDICE

RESUMO	9
ABSTRACT	10
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Motivação	15
1.2 Breve Histórico da Educação Especial	17
1.3 Breve apresentação da Educação Especial na Legislação Brasileira ..	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Inclusão e Acessibilidade	22
2.2 Professores e Intérpretes de Libras	24
3 JUSTIFICATIVA: O desafio da Inclusão no Instituto Federal do Acre	26
4 OBJETIVOS	28
4.1 Objetivo Geral	28
4.2 Objetivos Específicos	28
5 METODOLOGIA	29
6 RESULTADOS	30
6.1 ESTUDO UM	32
6.2 ESTUDO DOIS	43
6.3 ESTUDO TRÊS	57
6.4 ESTUDO QUATRO	70
6.5 ESTUDO CINCO	88
7 DISCUSSÃO GERAL	102
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
9 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
10 APÊNDICES E/OU ANEXOS	119

ÍNDICE DE FIGURAS/GRÁFICOS

Gráfico 1- Comparação do número de alunos com deficiência no IFAC (Campus 1-4) e na UFF em 2013.....	49
Gráfico 2 - Percepção dos interpretes em relação a existência de barreiras ou dificuldades para a realização de seu trabalho.....	63
Gráfico 3 - Percepção dos interpretes em relação a capacidade dos professores para atender de forma adequada os alunos com surdez.....	65
Gráfico 4 - Escolaridade dos Professores.....	75
Gráfico 5 - Atendimento a alunos com deficiência.....	76
Gráfico 6 - Utilização de estratégias didáticas especiais para alunos com deficiência.....	80
Gráfico 7 - Percepção dos alunos surdos do IFAC sobre a inclusão.....	96
Figura 1 - Divulgação do evento em página do site da Instituição.	107

LISTA DE QUADROS/TABELAS

Tabela 1 – Avaliação da presença de ferramentas de acessibilidade de baixa complexidade para pessoas com deficiência em sites de 38 Institutos Federais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil.....	37
Tabela 2 – Avaliação da presença de ferramentas de acessibilidade de baixa complexidade para pessoas com deficiência em sites de 59 Universidades Federais do Brasil.....	39
Tabela 3 – Comparação das deficiências declaradas pelos alunos matriculados nos Campi do IFAC.....	50
Tabela 4 – Comparação das Ações Acadêmicas e Estruturais adotadas pelo IFAC (Campus 1-4) e pela UFF em relação ao atendimento aos alunos com deficiência.....	51
Tabela 5 – Comparação dos principais problemas relatados pelo IFAC (campus 1-4) e pela UFF em relação ao atendimento aos alunos com deficiência.....	53
Quadro 1 - Justificativas dos professores por não diferenciarem suas aulas tendo ou não alunos com deficiência presentes em sala.....	81
Quadro 2 - Justificativas dos professores a resposta sobre a possibilidade de inclusão total dos alunos do IFAC.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS

AD (Aluno com Deficiência);

EJA (Educação de Jovens e Adultos);

IFAC (Instituto Federal do Acre);

IFECT (Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia);

IFES (Institutos Federais de Educação);

NAPNE (Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas);

NEE (Necessidades Educacionais Especiais);

PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional);

PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego);

UFF (Universidade Federal Fluminense).

INTRODUÇÃO

1.1 Motivação

O ensino de pessoas com deficiência demanda estrutura especializada, formação acadêmica adequada dos profissionais envolvidos e geralmente uma equipe multidisciplinar. O objetivo desta tese é analisar, até o presente momento, o processo de ensino e inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal do Acre (IFAC), tendo como foco de estudo a comunidade de alunos e professores dos quatro campi do IFAC, situados nas cidades de Rio Branco, Xapuri, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

A presente pesquisa surgiu por experiências vivenciadas por mim com o exercício da docência para alunos surdos. Tendo trabalhado como professor por oito anos, nunca havia atendido alunos com deficiência. Ao iniciar o trabalho no Instituto Federal do Acre, foco desta pesquisa, no primeiro semestre de 2012, o autor teve dois alunos surdos na mesma turma. Em um primeiro momento a sensação foi de receio, para em seguida ser invadido por uma terrível sensação de impotência e despreparo. Infelizmente, não houve nenhum tipo de apoio ou informações de como agir por parte da Instituição, que estava tão despreparada para atender aos alunos com deficiência quanto o professor, autor deste trabalho. Nessa época, houve dificuldades de adaptação para o atendimento das necessidades aqueles alunos em relação ao lecionar e, também, em relação a avaliação dos mesmos, dificuldades estas que foram minimizadas com o auxílio dos intérpretes de libras que atendiam aquela turma.

Uma segunda experiência com alunos surdos, no segundo semestre de 2012, foi ainda mais problemática. Novamente foi atribuído uma turma com uma aluna surda, agora em outro campus do mesmo Instituto Federal, porém sem intérpretes de libras por não haver profissionais disponíveis no mercado. Sem a presença de um interprete de libras, fundamental para o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo, a estudante acabou por trancar o curso naquele semestre, felizmente retornando em outro momento quando já se disponibilizava os profissionais interpretes.

Tendo estas experiências como foco norteador, surgiu a preocupação de investigar e analisar a percepção dos intérpretes de libras em relação ao atendimento dos alunos surdos, bem como analisar outros diferentes aspectos envolvidos com a identificação das condições oferecidas pelo IFAC para o atendimento educacional dos alunos com deficiência, incluindo as questões estruturais e acadêmicas, comparando esses resultados com a visão de professores e alunos sobre essa questão. Com esses

dados, estabelecer metas, desenvolver e/ou propor estratégias, cursos de formação continuada para professores visando facilitar a inclusão dos estudantes com deficiência voltados para a realidade do IFAC.

A marginalização das pessoas com deficiência acontece desde o início da chamada Educação Especial (BARROS, 2007; BUENO, 2002, 2004; DÍAZ et al., 2009; KASSAR, 2011, 2012; MAZZOTA, 2011; MENDES, 2006, 2011; RBEE, 2016;), gerando escolas e classes especiais para atender esse público (FANTACINI, DIAS, 2015; GOMES, MENDES, 2010; LOPES, MARQUEZINE, 2012; DÍAZ et. al, 2009; CARNEIRO, 2008). Tal postura era norteadada nos conceitos de normalidade/anormalidade resultando na exclusão destas pessoas (BUENO, 2004; CAIADO, 2011; MENDES, 2006, 2011). Porém, ao longo da história, as pessoas com deficiências sofreram tratamento ainda pior, como registrou Smith (2008, p. 30): “*Era costumeiro deixar crianças com deficiência nas florestas ou atirá-las no rio. Para muitos que chegaram à idade adulta, o tratamento era cruel*”. (AROLES, 2007; BLIKSTEIN, 2003; FEIJOO et al., 2012; PEREIRA, GALUCH, 2012; DE SOUZA, 2016).

Embora a literatura mostra, contudo, que evoluímos quando se observa as políticas públicas atuais (BRASIL, 2008; BUENO, 2002; GARCIA, 2011, 2013; KASAR, 2011; PEREIRA et al., 2013; PRIETO et al., 2014; ZANELLA, 2014), em que busca-se a inclusão efetiva nos mais diversos aspectos da vida, sejam legais, culturais, sociais, econômicos, esportivos, tecnológicos ou pedagógicos. Entretanto, ainda precisamos avançar significativamente nas questões práticas ligadas à inclusão e ao cumprimento destas leis. (ANJOS, 2013; DÍAZ, et al., 2009; FERREIRA, 2007; MANTOAN, 2004; STAINBACK, STAINBACK, 1999).

Para um melhor encaminhamento e esclarecimento desta tese, as subseções que compõem a *Introdução* a seguir aborda o aspecto geral da nossa pesquisa - o atendimento acadêmico das pessoas com deficiência - enquanto as introduções específicas a cada tópico abordado foram desenvolvidas e descritas nas respectivas subseções dos artigos científicos produzidos durante a execução desta pesquisa, compondo a seção de *Resultados* deste documento, a saber cinco artigos, publicados (n=3) ou submetidos (n=2) a periódicos científicos qualificados.

1.2 Breve histórico da Educação Especial

A mudança de postura em relação às pessoas com deficiência teve seu início na Europa, onde as primeiras ações na busca de atendimento educacional para este público foram executadas, posteriormente difundidas por outros continentes, até chegar no Brasil (BUENO, 2004; MAZZOTTA, 2011; STAINBACK, STAINBACK, 1999).

Apesar de ações de Educação Especial ocorrerem no Brasil desde os tempos do Império, quando D. Pedro II, através do Decreto Imperial número 1.428, fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, estudiosos fixam na década de 1970 o chamado “*marco da institucionalização da Educação Especial no Brasil*”, em virtude de, a partir desta época, haver crescido consideravelmente o número de associações, textos legislativos, financiamento e o envolvimento das instituições públicas nos temas ligados a inclusão. (BUENO, 2004; CAIADO, 2011; MAZZOTTA, 2011).

A oferta, o acesso e a atual importância da educação especial foram conquistados por meio de um processo de lutas e conquistas das pessoas com deficiência, de forma lenta e gradual, na medida em que se ampliaram as oportunidades educacionais para a população em geral (MENDES, 2006).

Para Mazzotta (2011, p.16):

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. Buscando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, pode-se constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas.

As primeiras tentativas de educação especial ocorreram com crianças surdas segundo Soares e Carvalho (2012, p. 15), que relataram que os primeiros educadores de crianças com deficiência, “*particularmente as crianças surdas, que parecem ter sido as primeiras sobre as quais se verificou a possibilidade de aprendizagem*” eram seus tutores, não sendo responsáveis apenas pela educação delas.

Em seus primórdios, a Educação Especial foi organizada como atendimento especializado substitutivo ao ensino comum, gerando, ao longo dos anos, a criação de escolas especiais e de classes especiais fundamentadas no conceito de

normalidade/anormalidade. Isso contribuiu para a exclusão de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e outros problemas de aprendizagem do ambiente escolar, limitando severamente sua instrução e acesso à educação formal (BUENO, 2004; CAIADO et al, 2011; MAZZOTTA, 2011).

Segundo Mazzotta (2011, p. 18): “A primeira obra impressa sobre a educação de deficientes teve autoria de Jean-Paul Bonet e foi editada na França em 1620 com o título *Redação das letras e arte de ensinar os mudos a falar*”.

Outro momento que proporcionou mudanças é o Renascimento, como ensinam Mascarenhas e Orrico (2012, p. 22):

No século XVII inicia-se a utilização da Língua de Sinais no ensino dos surdos a partir do trabalho do abade L'Épée que arrebanhou surdos nos arredores de Paris, criando a primeira escola pública para os mesmos, a primeira a utilizar a Língua dos Sinais.

Segundo Mendes (2006, p. 387) ensinando sobre os primórdios da educação especial: “A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis”. Percebe-se, dessa forma que pensamentos preconceituosos e errôneos sempre estiveram próximos da educação especial e, como veremos no decorrer deste trabalho, ainda sobrevivem.

A Revolução Francesa também representa um papel importante na história da Educação das pessoas com deficiência, uma vez que “assim como no ensino regular, foi com a Revolução Francesa que a escolarização destas pessoas passou a ser gerida pelo Estado”, que segundo Soares e Carvalho (2012, p. 15), envolveu a criação dos primeiros institutos nacionais especializados em Paris: o Instituto Nacional dos Surdos Mudos e o Instituto para Cegos de Nascimento.

Nos primórdios da educação especial a criatividade foi responsável por importantes evoluções, conforme demonstra Mazzotta (2001, p. 20):

Em 1829, um jovem cego francês, Louis Braille (1809-1852), estudante do Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris, fez uma adaptação do código militar de comunicação noturna (écriture nocturne), criado pelo oficial do exército francês Charles Barbier, para as necessidades dos cegos. De início, tal adaptação foi denominada de sonografia e, mais tarde, de braile.

Em certos aspectos, essa característica está presente até os dias de hoje, quando observamos que, devido à falta de prioridade e recursos, os responsáveis pela

educação especial precisam fazer uso da criatividade para alcançar um mínimo de qualidade em seu atendimento.

Uma demonstração de como o processo de inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional foi difícil é apresentado por Smith (2008, p. 33):

As crenças negativas sobre pessoas com deficiência continuaram nas primeiras décadas do século XX. A educação básica era obrigatória para as crianças sem deficiência, mas aquelas que a possuíam eram impedidas de ter acesso à instrução. As justificativas apresentadas para tal exclusão são chocantes para os padrões atuais. O Supremo Tribunal de um Estado Americano justificou a exclusão de um garoto com paralisia cerebral, sob a alegação de que ele 'produzia efeitos depressivos e nauseantes nos professores e nas crianças.

Conceitos surgiram em relação a educação das pessoas com deficiência. Como exemplo, Cool e colaboradores (2004, p. 19) assinalam que o conceito de “‘necessidades educacionais especiais’ começou a ser empregado nos anos 60, mas inicialmente não foi capaz de modificar os esquemas vigentes na educação especial”.

A década de 1970 é considerada o marco da institucionalização da Educação Especial no Brasil em virtude do aumento considerável de textos legislativos, da criação de associações e estabelecimentos de ensino, da ampliação do financiamento e o envolvimento de instituições públicas na questão (CAIADO e colaboradores, 2011).

Como pontos importantes na história da educação especial estão as Conferências Mundiais realizadas com o intuito de debater o tema. Um exemplo foi a conferência realizada pela UNESCO em 1990, em Jomtien, na Tailândia, chamada *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, onde se elaborou a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. Nela os signatários se comprometeram a tomar as medidas necessárias para que os objetivos fossem alcançados, entre os quais, garantir a igualdade de acesso à educação aqueles com todo e qualquer tipo de deficiência (GARCIA, 2013).

Outro marco foi a perspectiva introduzida pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) ao se afirmar que, ao contrário do que se executava até então, não deveria ser necessário aos alunos com deficiência se adequar às exigências da instituição escolar, mas, ao contrário, a escola deveria sofrer transformações para receber com qualidade qualquer aluno, inclusive aqueles com deficiência (SOARES e CARVALHO, 2012).

No Brasil, desde o tempo do Império, existem instituições voltadas a educação de pessoas com deficiência, como são exemplos do Instituto Benjamim Constant, criado em 17 de setembro de 1854 para a educação de cegos e o Instituto Nacional

de Educação de Surdos (INES), criado em 26 de setembro de 1857. Porém, não podemos nos satisfazer somente com a existência destes institutos, pois conforme Mazzotta (2011, p. 11): “A despeito de figurar na política educacional brasileira desde o final da década de 50 deste século até os dias atuais, a educação especial tem sido, com grande frequência, interpretada como um apêndice indesejável”.

1.3 Breve apresentação da Educação Especial na Legislação Brasileira

A Constituição de 1988 define o direito à educação inclusiva, conforme relatam Soares e Carvalho (2012, p. 38):

A Constituição de 1988, no inciso III de seu artigo 59, definiu que o direito à educação de alunos com deficiência deveria ser cumprido preferencialmente por seu acesso à rede regular de ensino. Essa ênfase dada à inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, obrigou o legislador a prever a formação não só do professor especializado, mas também, a preparação dos professores do ensino regular para estarem aptos a receber esses alunos.

Hoje, pode-se afirmar que em termos de legislação, os direitos das pessoas com deficiência e sua inclusão estão bem definidos e atendidos. Porém, a efetiva inclusão na prática cotidiana das instituições de ensino, como veremos no decorrer deste trabalho, ainda precisa ser conquistada.

Entre os exemplos de textos legais sobre o tema, podemos citar:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, que apresenta diversos artigos referentes a educação especial, com destaque ao seu artigo 208 que garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, nos capítulos 58 ao 60 trata especificamente das pessoas com deficiências e seu atendimento visando garantir a inclusão deste público;

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. O Brasil referendou-a sem alterações;

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de

proteção e dá outras providências. Posteriormente alterada pelo Decreto 5.296/2004;

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, regulamenta as Leis número 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e número 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Uma junção de várias legislações, com algumas alterações, inclusive nas terminologias;

De acordo com Mazzotta (2011, pag. 15),

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século.

O desconhecimento do grande público em relação aos problemas enfrentados por pessoas com deficiência agrava as dificuldades dessa população, ainda de certa forma marginalizada. Uma postura mais proativa da sociedade, por meio de planejamento e adequações, certamente faria o conceito de deficiência mudar de forma radical (SMITH, 2008), o que poderia alterar a ascensão social desses indivíduos e a sua visão de mundo, bem como de toda a sociedade envolvida nesse contexto.

Não obstante, durante a década de 1990 em virtude da pressão de agências internacionais como Banco Mundial, CEPAL e UNESCO é que a Educação Inclusiva ganha destaque, começando neste momento as preocupações com a formação dos professores que nela trabalham (MENDES, 2006). Porém, com o destaque obtido, surgiram importantes questões relativas à educação inclusiva, passando pela adequação dos espaços físicos, dos recursos pedagógicos e, também da formação e capacitação de professores e gestores. Não se pode esquecer que acessibilidade não diz respeito somente à parte física, pois inclui comunicação, transporte, recursos didáticos e tecnológicos, entre outros. (GUERREIRO, 2012; DÍAZ, et al., 2009; FERREIRA, 2007; MANTOAN, 2004)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão e Acessibilidade

O primeiro desafio relacionado à inclusão dos alunos com deficiência é definir o que é inclusão. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo 206 determina que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, sendo o primeiro: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Em seu artigo 208, a Constituição indica que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Desta forma, já em nossa Carta Magna, encontramos como princípio da educação em nosso país a igualdade de condições de acesso e permanência, independentemente das condições ou deficiência dos alunos.

O primeiro artigo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiências de 2015) enuncia que ela tem como objetivo: *“assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”*.

A oferta da Educação Especial por si só já apresenta dificuldades específicas. O desafio se amplia com a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas tradicionais e, em especial, com o ensino comum devido a necessidade de articulação (CAIADO e colaboradores, 2011).

Conforme ensina Cool e colaboradores (2004, p. 26) o processo de inclusão deve ser permanente:

A base das escolas inclusivas situa-se na declaração universal dos direitos humanos: os poderes públicos têm a obrigação de garantir um ensino não segregador, que se prolongue posteriormente na integração à sociedade, a todos os alunos, sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais. Dessa perspectiva, o problema não está em analisar em que condições os alunos com necessidades educacionais especiais podem ser escolarizados na escola regular; o compromisso é garantir uma educação de qualidade para todos eles e realizar as transformações que sejam necessárias para se conseguir isso.

As instituições de ensino, nesta perspectiva, têm um papel imprescindível de, muitas vezes, serem o primeiro e necessário passo para a inclusão de pessoas com deficiência em nossa sociedade. Mas, para isso, é fundamental dotá-las de condições para tal papel. Sobre o processo de inclusão, Lima (2010, p. 73) é categórico:

Verifica-se uma compreensão diferenciada do processo de 'inclusão'. Incluir o aluno com NEE na rotina da sala de aula é uma evocação da integração, ou seja, a necessidade de que o sujeito se adapte, se adeque à organização, enquanto a proposta da inclusão buscaria transformar a estrutura educacional e atender às necessidades do aluno.

Para Smith (2008, p. 57): “O debate sobre inclusão e sobre onde os alunos com deficiência devem receber a educação é uma das mais complexas e mais discutidas questões enfrentadas por pais e educadores”. Porém, este tão necessário debate sofre interferências de medos e preconceitos, como veremos no decorrer deste trabalho.

Importante lembrar que uma escola inclusiva não ocorre apenas pela adequação dos espaços físicos. Adequações dos recursos pedagógicos e capacitação dos técnicos de apoio, colaboradores, docentes e gestores também são fundamentais (GUERREIRO, 2012).

Os objetivos das políticas governamentais são basicamente incluir os estudantes, independentemente das necessidades educacionais especiais que demandam (LIMA, 2010) e todas as instituições de ensino devem promover essa acessibilidade.

Conforme os ensinamentos de Fernandes e Orrico (2012, p. 73):

O conceito de acessibilidade é definido como possibilidade e condições de alcance para a utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida

Tornar as escolas acessíveis é muito mais do que dar acesso à educação, é propiciar a iniciação de convivência social. Para Lima (2010, p. 60) propiciar acessibilidade é “oferecer oportunidade de diálogo aos que estavam isolados” e muitas vezes “oferecer elementos inerentes à condição humana”.

A integração dos alunos com deficiência e o uso progressivo dos espaços escolares por estes, tendem a fornecer indicadores sobre maneiras de aperfeiçoar as necessárias adaptações e, conseqüentemente, favorecendo a acessibilidade (LIMA,

2010). Assim, alcançar a acessibilidade é um processo de quebra de paradigmas, passando-se de uma postura apenas adaptativa para uma postura de luta pelos direitos e, sobretudo, de funcionalidade (FERNANDES E ORRICO, 2012).

Com base nesta premissa, se torna então necessário entendemos que uma escola inclusiva e acessível é aquela que oferece igualdade de condições e o mesmo nível de ensino para todos os alunos, independentemente de sua condição física ou possíveis deficiências ou necessidades educacionais específicas (DÍAZ, et al., 2009; FERREIRA, 2007; MANTOAN, 2004). Os desafios da educação especial perpassam todas as áreas e todos os atores envolvidos no processo ensino aprendizagem nas instituições de ensino, o que inclui o Instituto Federal do Acre.

2.2 Professores e Intérpretes de Libras

A educação especial requer uma grande equipe de profissionais qualificados para tonar as escolas acessivas e inclusivas. Porém, o professor tem um papel central no processo ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

De forma importante, fica com os professores a responsabilidade de conciliar todos os desafios pedagógicos referentes à inclusão. Segundo Ricardo Terra (2013, pag. 113):

São os professores que essencialmente carregam a árdua tarefa de conciliar, mesmo com todas as carências existentes no sistema educacional brasileiro, suas atividades, a fim de atingir satisfatoriamente, a todos os seus alunos, inclusive, alunos com NEE¹, visando transpor todas as dificuldades existentes na sua inserção e inclusão à rede regular de ensino.

Tornar as aulas acessíveis aos alunos com deficiência não é uma tarefa fácil e exige capacitação e conhecimentos específicos para que não haja defasagem em relação aos conteúdos que seriam apresentados em uma classe especial, daquele que seria oferecido em uma sala do ensino regular (SOARES e CARVALHO, 2012).

Ainda sobre o papel dos professores, Soares e Carvalho (2012), em sua obra 'O professor e o aluno com deficiência', listam diversos aspectos que devem ser considerados em relação aos professores diante dos alunos com deficiência, tais como: aspectos da ordem jurídica, aspectos políticos, aspectos pedagógicos, que são

¹ Necessidades Educacionais Especiais.

definidores de condições de efetivação de seu trabalho educacional junto a este público.

Apesar de seu papel central, os professores sentem-se despreparados para atender aos alunos com deficiência, como veremos no decorrer deste trabalho, e pesquisas como a realizada por Caiado e Colaboradores (2011), aponta que, em sua maioria, os professores pouco conhecem sobre as Tecnologias Assistivas e não sabem manusear esses recursos.

Em relação ao atendimento dos alunos com surdez, os intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), são personagens indispensáveis e fundamentais, uma vez que os alunos surdos, via de regra, têm a Língua de Sinais como sua primeira língua e a Língua Portuguesa, tanto na modalidade oral e escrita, como segunda língua (DORZIAT, 2015).

O sucesso do processo ensino aprendizagem dos alunos surdos passa por uma escola bilíngue, onde a Língua de Sinais (Libras) e a modalidade escrita da Língua Portuguesa estejam presentes em todo processo educativo (QUILES, 2015). Neste contexto, o intérprete de Libras deixa de ser um mero auxiliar e passa a ser um indispensável interlocutor entre professores e alunos.

A inclusão dos alunos surdos requer como pressupostos o reconhecimento das diferenças linguísticas e culturais que envolvem estes alunos. Como também, aspectos cognitivos, linguísticos e afetivos (CRUZ e ARAÚJO, 2016).

3 JUSTIFICATIVA: O desafio da inclusão no Instituto Federal do Acre

O Instituto Federal do Acre (IFAC) integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta de 38 institutos no país, mais de 400 unidades organizadas, oferecendo ensino gratuito do médio ao pós-doutorado. Essa instituição é bastante nova, tendo iniciado suas atividades acadêmicas em julho de 2010 com a oferta de nove cursos com ênfase em Recursos Naturais e Ambiente, Saúde e Segurança.

O IFAC é composto por quatro *campi* que se situam em diferentes regiões do Estado do Acre, a saber: Rio Branco e Xapuri que se encontram na região do Alto Acre, Sena Madureira que está localizada na região do Alto Purus e Cruzeiro do Sul localizado no Vale do Juruá, extremo ocidental do Brasil, região que apresenta como características marcantes uma grande diversidade de riquezas naturais e, até pouco tempo, o isolamento.

O Instituto Federal do Acre busca a integração total dos estudantes com deficiência, em consonância com a educação inclusiva que ganha, a cada dia, maior relevância nas discussões pedagógicas de escolas e instituições de ensino. Segundo a literatura, apesar da relevância, a maioria das pessoas desconhece as dificuldades que as pessoas com deficiência apresentam. Aqueles que se preocupam com o drama desta parcela da população são os que possuem algum parente ou conhecido com deficiência ou, então, profissionais que, de alguma forma, atendem esse público, muitas vezes sem a capacitação necessária para bem atender efetivamente as suas necessidades educacionais específicas (ORRÚ, 2012).

Os desafios ainda são grandes para se atingir uma inclusão plena, de maneira especial em instituições que trabalham com a perspectiva de inclusão total dos alunos com deficiência, como é o caso do Instituto Federal do Acre (IFAC). A percepção dos professores em relação ao seu perfil profissional para o atendimento de estudantes com deficiência tem papel fundamental para o êxito da educação inclusiva (CAIADO, 2011, TERRA, 2013, SMITH, 2008). Contudo, há, até o momento, poucos projetos de pesquisa abordando a inclusão de alunos com deficiência focados nas comunidades da Região Norte, ou sobre a visão daqueles que tem que lhes prestar atendimento acadêmico (ex: docentes).

Considerando esse contexto existem, portanto, questões a serem determinadas quanto ao ensino inclusivo oferecido aos alunos com deficiência matriculados nos cursos de Institutos Federais (IFES) que integram a Rede Federal

de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da região Norte do Brasil, incluindo o existente no Estado do Acre (IFAC). Dentre estas questões se destaca:

a) como ocorre a inclusão dos estudantes com deficiência no ambiente de ensino do IFAC, considerando a recente instalação das Coordenações dos Núcleos de Apoios aos Portadores de Necessidades Específicas (NAPNE) em seus quatro *campi*;

b) qual o sentimento (“Sentimento de Pertença”) dos alunos com deficiência como membros efetivos das turmas das quais fazem parte;

c) qual a visão dos profissionais de ensino que atendem esse público; e

d) que estratégias podem contribuir para a inclusão efetiva dos estudantes com deficiência no Instituto Federal do Acre.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a acessibilidade e forma de ensino oferecido aos alunos com deficiência do Instituto Federal do Acre, considerando as perspectivas institucional (estrutural e de divulgação) e de seus professores, intérpretes e alunos.

2.2 Objetivos Específicos

1. Analisar as condições oferecidas pelo Instituto Federal do Acre (IFAC) para o atendimento educacional dos alunos com deficiência, incluindo as questões estruturais, acadêmicas e de divulgação.

2. Comparar as condições oferecidas pelo IFAC para o atendimento educacional dos alunos com deficiência com o oferecido pela Universidade Federal Fluminense do estado do Rio de Janeiro.

3. Investigar as percepções dos professores do Instituto Federal do Acre sobre seu perfil profissional e as condições oferecidas para o atendimento dos alunos com deficiência;

4. Investigar as percepções dos profissionais (intérpretes) que atendem o grupo com a deficiência de maior incidência do Instituto Federal do Acre, a surdez, sobre as condições oferecidas para o adequado atendimento;

5. Investigar o perfil, vivências e perspectivas dos estudantes com deficiência do Instituto Federal do Acre.

3 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou a abordagem quali-quantitativa. Empregou questionários contendo questões fechadas, abertas e semiabertas, além de entrevista com roteiro semiestruturado como forma de avaliação (CAREGNATO e MUTTI, 2006), envolvendo aspectos como metodologia de ensino dos professores, atendimento oferecido, dificuldades existentes, entre outros.

O Instituto Federal escolhido localiza-se em um Estado da Região Norte do país e sua escolha resultou da sua recente implementação com cinco anos de funcionamento no sentido do objetivo de analisar o atendimento aos alunos surdos oferecido em uma instituição que iniciou suas atividades já na perspectiva da inclusão.

Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz, parecer número 644.846, a pesquisa foi realizada entre junho de 2014 e novembro de 2016. Foram aplicados, juntamente com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, questionários junto aos Coordenadores dos NAPNEs (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) dos campi do IFAC, aos professores, aos intérpretes de Libras e alunos com deficiência auditiva.

Além dos questionários, foram realizadas entrevistas com os coordenadores dos NAPNEs e alunos participantes da pesquisa com o auxílio de intérpretes que possibilitaram, além de novas informações e esclarecimentos, uma análise qualitativa por meio de questões que emergiram no contexto das entrevistas, conforme discutido na literatura (PATTON, 1980 apud COHEN *et al.*, 2001).

Após a realização dos trabalhos que compõem esta tese, novamente foram ouvidos os coordenadores do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de todos os campi do IFAC, no sentido de tentar comprovar a percepção dos professores e alunos frente ao que é realmente oferecido pela instituição.

A metodologia específica de cada trabalho que compõe esta tese é apresentada detalhadamente com cada um deles.

4 RESULTADOS

A presente seção é composta por cinco artigos, publicados (03) ou submetidos (02) a periódicos científicos, os quais passamos a apresentar.

No primeiro estudo, que publicamos na revista *Creative Education*, realizamos uma comparação da acessibilidade dos sites de Institutos e Universidades Federais, a partir da percepção de que, atualmente, as páginas destas instituições na Internet são o primeiro contato dos alunos com as mesmas, seja pela busca de informações referentes a seus cursos ou por formas de ingresso. Neste contexto, a verificação da acessibilidade destes sites em relação às pessoas com deficiências ganha grande relevância.

O segundo estudo, publicado pela Revista *Educação Especial* da Universidade Federal de Santa Maria, apresenta a análise das condições de acessibilidade do Instituto Federal do Acre, foco de nossa pesquisa, pelo prisma institucional, investigando-se o atendimento aos alunos com deficiência prestado pelos NAPNEs (Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Especiais), nos quatro *campi* daquele Instituto.

Em virtude de ser a surdez a deficiência com maior incidência no Instituto Federal do Acre, na época da pesquisa com doze alunos surdos, decidiu-se focar parte de nosso estudo no atendimento deste público específico pelos Intérpretes de Libras. Assim, o terceiro estudo publicado pela revista *Creative Education* apresenta a percepção desses profissionais que trabalhavam, no momento da pesquisa, junto aqueles alunos. Por terem um papel essencial de conectar os alunos surdos aos professores e colegas, sua avaliação do processo de educação especial e inclusão seria fundamental para compreender seus desafios e necessidades.

O próximo estudo, submetido à revista *Reflexão e Ação* da Universidade de Santa Cruz do Sul, aborda o atendimento aos alunos com deficiência no Instituto Federal do Acre pelo prisma dos professores. Tendo em vista seu papel central no processo de ensino e aprendizagem, a percepção dos professores é de suma importância para entender o processo e desafios da educação especial e a inclusão deste público.

Por fim, o quinto estudo, submetido à Revista *Educação Especial* da Universidade Federal de Santa Maria, apresenta a percepção daqueles que são a razão de ser da educação especial: os alunos com deficiência. Por serem o objetivo e

razão de ser do processo, a investigação e análise de sua avaliação do processo se tornou imprescindível para o constante aprimoramento de seu atendimento.

4.1 ESTUDO UM

O mundo virtual da internet está presente cada vez mais na vida da sociedade, mas a sua acessibilidade ainda não é garantida de forma plena e inclusiva para aqueles com deficiência. Neste primeiro estudo investigamos a presença de ferramentas de acessibilidade consideradas de menor complexidade (aumento de fonte textual, atalhos de navegação e alto contraste) em todos os 38 sites dos Institutos Federais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e 59 sites das Universidades Federais do Brasil.

Os resultados entre os Institutos Federais revelaram que 12 dos 38 sites avaliados ainda não possuem nenhuma destas ferramentas, o que dificulta ou impede o acesso daqueles com deficiência. Um índice ainda maior é observado nos sites das Universidades, comprometendo o acesso ao ensino superior.

Os dados deste trabalho indicam uma necessidade premente de que estas instituições se adequem para atender a esse público que tem o direito ao acesso, mas que ainda tem que ser lembrado quanto as suas necessidades especiais considerando os diferentes ambientes que permeiam suas vidas, incluindo o mundo virtual da internet.

Este artigo foi publicado na Revista **Creative Education** Vol.06 No.18(2015), Article ID:60854,7 pages [10.4236/ce.2015.618207](https://doi.org/10.4236/ce.2015.618207) . César Gomes de Freitas, Cristina Maria Delou, Sandreia Castro de Souza, Mairene Nascimento Braga, Helena Carla Castro,* (2015) People with Special Needs and the Accessibility of Websites of Educational Institutions: Using the Brazilian System to Point to a Current and Problematic Global Issue. *Creative Education*, 06, 2021-2027. doi: [10.4236/ce.2015.618207](https://doi.org/10.4236/ce.2015.618207)

People with Special Needs and the Accessibility of Websites of Educational Institutions: Using the Brazilian System to Point to a Current and Problematic Global Issue

César Gomes de Freitas¹, Cristina Maria Delou^{2*}, Sandreia Castro de Souza³, Mairene Nascimento Braga³, Helena Carla Castro^{1,2,4*}

¹PGEBS, Fiocruz e Instituto Federal do Acre (IFAC), Rio Branco, Brasil

²CMPDI, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Brasil

³Curso de Processos Escolares, Instituto Federal do Acre (IFAC), Cruzeiro do Sul, Brasil

⁴PPBI, IB, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Brasil

Email: *cristinadelou@id.uff.br, *hcastrorangel@yahoo.com.br

Copyright © 2015 by authors and Scientific Research Publishing Inc.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License (CC BY).

<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



Received 7 July 2014; accepted 27 October 2015; published 30 October 2015

ABSTRACT

The virtual world of the internet is increasingly present in society. However the accessibility to this world is not fully guaranteed in an inclusive way for those with special needs. In this study, we investigated the presence of accessibility tools considered of less complexity (increase of text font, navigation shortcuts and high contrast) in homepages of 97 Brazilian Educational Institutions including 38 Federal Institutes of Vocational Education, Science and Technology which were specialized in technical formation and 59 Federal Universities. The results of the Federal Institutes revealed that 12 of the 38 sites had none of the tools evaluated, which might hinder or prevent the access of those with special needs. The analysis also revealed the increase of text font as the tool with the highest incidence in the evaluated sites (26 of 38 sites). The universities analysis showed that 41 of the 59 sites evaluated did not have any of the tools analyzed and only the Federal University of Ceará showed all evaluated tools. According to our overall analysis, this is a global issue in several

educational institutions who ignore the right of the people with special needs to access this educational virtual world. This lack of access may hugely compromise this people's life in a longer perspective so they should be remembered by those who have the control of these virtual environments. People with special needs may have a full and complete life, including in the virtual world of internet, if conditions of accessibility are offered and this is mandatory for educational institutions like those evaluated in this study.

Keywords:

Accessibility, Internet, People with Special Needs, Educational Institutions

1. Introduction

According to [Ferreira & Nunes \(2008\)](#), web accessibility refers to the feasibility of using the World Wide Web resources to obtain data, information and/or knowledge regardless of the user's limitation or special needs.

Thus, it is important to provide to the websites of Internet several accessibility tools that allow any user, with any individual characteristics, to access the content available online without difficulties and in an independent way.

The current literature comments that the defense of the citizenship and the right of educating people with disabilities is a very recent attitude in our society ([Mazzotta, 2011](#)). The adequability of physical spaces and training of teachers and educational professionals has been continuously requested by the global society. However, we should not forget that the virtual world as accessibility is not just a physical perspective, but also includes communication, transportation, teaching resources and technology, among others ([Guerreiro, 2012](#)). Thus, not only the academic or professional environments should be adapted to the students and others with special needs, but also the virtual world should be prepared to attend them.

For that matter, the websites of educational institutions should pay even more attention to these students as the access to these sites represents not only the chance of getting a higher education but also the perspective of getting a better professional life. However, this depends mainly on the presence of different Internet tools that adapt this environment for this group.

[Conforto & Santarosa \(2002\)](#) discuss that it is necessary to provide to each user all tools, mechanisms and interfaces which enable not only the full access, but also the use of the information provided in the virtual environment. This is important in order to break the model of our current society that sets limits, and excludes groups of

intelligent men and women who are from these communities with special needs. Currently, there are different special needs that prevent or hinder the use of the internet world. For example, people with visual problems, such as those with low vision (visual acuity below 30%), require tools and adaptations of low complexity that allow their use and access the information available on the internet pages. Others, such as those with hearing problems (need = sign language) and physical deficiency (need = oral tales) demand more financial investment to adapt the system to them.

The virtual world has been an important environment for diffusing information about federal agencies and institutes, including the educational ones, not only in Brazil but also in other countries. Therefore, in this work we evaluated the presence of accessibility tools considered of less complexity (increase of text font, navigation shortcuts and high contrast) in the 97 homepages of Brazilian Educational Federal Institutions including 38 Institutes of Vocational Education, Science and Technology specialized in technical formation and 59 universities. Our purpose is to discuss the issue of attending the people with special needs in the virtual world of educational institutions, reminding that this group needs this information for getting a better professional and social life even more than other person.

2. Methodology

In order to verify the presence of accessibility tools of lesser complexity (increased text font, navigation shortcuts and high contrast) we evaluated 97 Brazilian Educational Institutions, including 38 Federal Institutes of Vocational Education, Science and Technology specialized in technical formation and 59 Federal Universities during March 15th and April 15th, 2014.

3. Results and Discussion

According to some authors, virtual accessibility is the right of accessing information with no communication barriers, with the possibility of using equipments and appropriate programs, including content and presentations in alternative formats ([Acessibilidade Brasil, 2014](#)). Therefore, this should be not restricted to physical access to buildings adapted for this purpose, and should include the free access to the virtual environment with no further help.

In this work, we evaluated the presence of three accessibility tools of low complexity (increase of text font, navigation shortcuts and high contrast) for people with visual needs in 38 Federal Institutes of Technical Education websites that are part of the Brazilian Federal Network of Professional Education, Science and Technology ([Table 1](#)). The network consists of 38 institutes differently distributed in the Brazilian regions, including 5 in the Midwest, 11 in the Northeast, 7 in the North, 9 in the Southeast and 6 in the South.

According to our analysis, 12 institutions (31%) have no accessibility tool for people with visual needs, whereas six (15%) presented all three tools evaluated. Three of the six institutes that have these tools are located in the Southeast, while there is no institute in the North or Northeast regions that fulfilled this search completely ([Table 1](#)).

In 26 sites (68%) of the 38 analyzed, the tool to increase the text fonts of the sites was found. This is a fundamental tool for those users with visual impairments that was the most prevalent in the search performed. Another important tool for the group with low vision is the high contrast, allowing the change in the site color background, easy to read. Such tool is present in only 11 sites, and in a smaller proportion only 7 of the 38 sites evaluated have the shortcut tool ([Table 1](#)).

In this work we also evaluated the presence of these accessibility tools with low complexity for people with visual needs in the websites of 59 Federal Universities of Brazil ([Table 2](#)). Among the universities analyzed, 18 are located in the southeast region, 11 in the north, 5 in the Midwest, 14 in the Northeast region and 11 in the south. Among all 59, 40 universities (67%) have no accessibility tool while only one (Universidade Federal do Ceará) present all evaluated tools (increase of text font, navigation shortcuts and high contrast) ([Table 2](#)).

Ten University websites (16%) showed two of the accessibility tools analyzed whereas in 7 sites (11%) there was found only one tool ([Table 2](#)).

Table 1. Comparison of the presence of low complexity accessibility tools (increase of text Font, navigation shortcuts and high contrast) for people with special need in 38 websites of Federal Institutes that are part of Brazilian Federal Network of Professional Education, Science and Technology.

#	Name of the Brazilian Federal Institute	Local (Region)	Presence of Tools		
			Font	Contrast	Shortcuts
1.	Instituto Federal Roraima	North	Present	Present	Absent
2.	Instituto Federal do Pará	North	Present	Absent	Absent
3.	Instituto Federal do Amapá	North	Present	Absent	Absent
4.	Instituto Federal Tocantins	North	Present	Absent	Absent
5.	Instituto Federal do Acre	North	Absent	Absent	Absent
6.	Instituto Federal do Amazonas	North	Absent	Absent	Absent
7.	Instituto Federal Rondônia	North	Absent	Absent	Absent
8.	Instituto Federal Baiano	Northeast	Present	Present	Absent
9.	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Northeast	Present	Present	Absent
10.	Instituto Federal de Paraíba	Northeast	Present	Absent	Present
11.	Instituto Federal Sergipe	Northeast	Present	Absent	Absent
12.	Instituto Federal do Pernambuco	Northeast	Present	Absent	Absent
13.	Instituto Federal do Maranhão	Northeast	Present	Absent	Absent
14.	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Northeast	Present	Absent	Absent
15.	Instituto Federal do Piauí	Northeast	Present	Absent	Absent
16.	Instituto Federal do Ceará	Northeast	Present	Absent	Absent
17.	Instituto Federal de Alagoas	Northeast	Absent	Absent	Absent
18.	Instituto Federal Bahia	Northeast	Absent	Absent	Absent
19.	Instituto Federal do Mato Grosso	Midwest	Present	Present	Present
20.	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	Midwest	Present	Absent	Absent
21.	Instituto Federal Distrito Federal	Midwest	Present	Absent	Absent
22.	Instituto Federal de Goiás	Midwest	Present	Absent	Absent
23.	Instituto Federal Goiano	Midwest	Absent	Absent	Absent
24.	Instituto Federal Fluminense	Southeast	Present	Present	Present
25.	Instituto Federal Rio de Janeiro	Southeast	Present	Present	Present
26.	Instituto Federal do Norte de Minas	Southeast	Present	Present	Present
27.	Instituto Federal do Sul de Minas	Southeast	Present	Present	Absent
28.	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Southeast	Present	Absent	Absent
29.	Instituto Federal São Paulo	Southeast	Present	Absent	Absent
30.	Instituto Federal de Minas Gerais	Southeast	Present	Absent	Absent
31.	Instituto Federal do Espírito Santo	Southeast	Absent	Absent	Absent
32.	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Southeast	Absent	Absent	Absent
33.	Instituto Federal Rio Grande do Sul	South	Present	Present	Present
34.	Instituto Federal Farroupilha	South	Present	Present	Present
35.	Instituto Federal Sul-Rio-grandense	South	Present	Present	Absent
36.	Instituto Federal Paraná	South	Absent	Absent	Absent
37.	Instituto Federal Santa Catarina	South	Absent	Absent	Absent
38.	Instituto Federal Catarinense	South	Absent	Absent	Absent

As reported in the literature, the challenges on getting a higher education for people with special needs are huge. In the National Policy of Special Education, Brazil ([Brasil, 2008](#)) reports that the actions and movements for inclusion, and a global phenomenon that involves political, cultural, social and educational activities, should be triggered to defend the right of all students without discrimination of any kind.

The data described in our study show that, at least in terms of accessibility of Brazilian Federal Universities and Institutes websites for people with visual needs is not connected with the Brazilian and global concerns on including this group. Aiming to check the websites of universities around the world, we visited the sites of some institutions of other countries such as Lund University, Sweden, Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Mexico, and the University of Oxford, UK. The websites of these institutions have accessibility tools on your pages following the standards of the Web Accessibility Initiative (WAI) of the World Wide Web Consortium (W3C), the organization that establishes standards for internet. According to Corradi (2001) the Web Accessibility Initiative, is “one of the largest initiatives to promote accessibility on the Internet”. Despite the existence of numerous global initiatives for promoting standards and different standards about digital content in various guides for the development of accessible interface, the comparison of accessibility as a parameter using the three tools of lesser complexity (increasing text font, navigation shortcuts and high contrast) revealed that a lot still has to be done even in the lower level of complexity.

According to [Smith \(2008\)](#), we should provide a support system and related services for people with special needs, which involves different alternatives and strategies, with individual attention. Affordability should not restrict the accessibility that has to be present in the virtual world. The term digital accessibility, according to [Corradi \(2011\)](#), “is understood as a condition of access and use, with autonomy and independence of computer systems, information environments and media, regardless of sensory, motor and linguistic conditions of users”.

When it comes to public educational institutions such as Brazilian Federal universities and Institutes, they should include students with special needs and make available the tools to provide digital accessibility. Every effort should be made to provide access to the information on their websites for all students regardless of their sensory, language and motor conditions ([Corradi, 2011](#)).

Table 2. Comparison of the presence of low complexity accessibility tools (increase of text font, navigation shortcuts and high contrast) for people with special need in websites of 59 Brazilian Federal Universities (Part I).

#	Name of the Brazilian Federal University	Local (Region)	Presence of Tools		
			Font	Contrast	Shortcuts
1.	Universidade Federal de Roraima	North	Present	Present	Absent
2.	Universidade Federal do Acre	North	Absent	Absent	Absent
3.	Universidade Federal do Amapá	North	Absent	Absent	Absent
4.	Universidade Federal do Amazonas	North	Absent	Absent	Absent
5.	Universidade Federal do Pará	North	Absent	Absent	Absent
6.	Universidade Federal do Tocantins	North	Absent	Absent	Absent
7.	Universidade Federal de Rondônia	North	Absent	Absent	Absent
8.	Universidade Federal Rural da Amazônia	North	Absent	Absent	Absent
9.	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	North	Absent	Absent	Absent
10.	Universidade Federal do Oeste do Pará	North	Absent	Absent	Absent
11.	Universidade Federal Rural da Amazônia	North	Absent	Absent	Absent
12.	Universidade Federal de Ceará	Northeast	Present	Present	Present
13.	Universidade Federal de Maranhão	Northeast	Present	Present	Absent
14.	Universidade Federal da Bahia	Northeast	Present	Present	Absent
15.	Universidade Federal de Paraíba	Northeast	Present	Present	Absent
16.	Universidade Federal de Alagoas	Northeast	Present	Absent	Present
17.	Universidade Federal de Sergipe	Northeast	Absent	Present	Absent
18.	Universidade Federal de Campina Grande	Northeast	Absent	Absent	Absent
19.	Universidade Federal de Pernambuco	Northeast	Absent	Absent	Absent
20.	Universidade Federal de Piauí	Northeast	Absent	Absent	Absent
21.	Universidade Federal de Rio Grande do Norte	Northeast	Absent	Absent	Absent
22.	Universidade Federal do Sul da Bahia	Northeast	Absent	Absent	Absent
23.	Universidade Federal do Vale do São Francisco	Northeast	Absent	Absent	Absent
24.	Universidade Federal do Oeste da Bahia	Northeast	Absent	Absent	Absent
25.	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Northeast	Absent	Absent	Absent
26.	Universidade Federal de Goiás	Midwest	Present	Present	Absent
27.	Universidade Federal de Mato Grosso	Midwest	Present	Present	Absent
28.	Universidade Federal de Brasília	Midwest	Absent	Absent	Absent
29.	Universidade Federal da Grande Dourados	Midwest	Absent	Absent	Absent
30.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Midwest	Absent	Absent	Absent
31.	Universidade Federal de Viçosa	Southeast	Present	Present	Absent
32.	Universidade Federal de Itajubá	Southeast	Present	Absent	Absent
33.	Universidade Federal de São João Del-Rei	Southeast	Present	Absent	Absent
34.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Southeast	Present	Absent	Absent
35.	Universidade Federal de Minas Gerais	Southeast	Absent	Absent	Absent
36.	Universidade Federal de São Paulo	Southeast	Absent	Absent	Absent
37.	Universidade Federal de Uberlândia	Southeast	Absent	Absent	Absent

Table 2. Comparison of the presence of low complexity accessibility tools (increase of text font, navigation shortcuts and high contrast) for people with special need in websites of 59 Brazilian Federal Universities (Part II).

Name of the Brazilian Federal University	Local (Region)	Presence of Tools		
		Font	Contrast	Shortcuts
38. Universidade Federal do Espírito Santo	Southeast	Absent	Absent	Absent
39. Universidade Federal do Rio de Janeiro	Southeast	Absent	Absent	Absent
40. Universidade Federal de Alfenas	Southeast	Absent	Absent	Absent
41. Universidade Federal de Juiz de Fora	Southeast	Absent	Absent	Absent
42. Universidade Federal de Larvas	Southeast	Absent	Absent	Absent
43. Universidade Federal de Ouro Preto	Southeast	Absent	Absent	Absent
44. Universidade Federal de São Carlos	Southeast	Absent	Absent	Absent
45. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Southeast	Absent	Absent	Absent
46. Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Southeast	Absent	Absent	Absent
47. Universidade F. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Southeast	Absent	Absent	Absent
48. Universidade Federal Fluminense	Southeast	Absent	Absent	Absent
49. Universidade Federal de Pelotas	South	Present	Present	Absent
50. Universidade F. Ciências da Saúde de Porto Alegre	South	Present	Present	Absent
51. Universidade Federal de Santa Maria	South	Present	Absent	Absent
52. Universidade Federal do Rio Grande do Sul	South	Present	Absent	Absent
53. Universidade F. da Integração Latino-Americana	South	Present	Absent	Absent
54. Universidade Federal Santa Catarina	South	Absent	Absent	Absent
55. Universidade Federal do Paraná	South	Absent	Absent	Absent
56. Universidade Federal do Rio Grande	South	Absent	Absent	Absent
57. Universidade Federal da Fronteira Sul	South	Absent	Absent	Absent
58. Universidade Federal do Pampa	South	Absent	Absent	Absent
59. Universidade Tecnológica Federal do Paraná	South	Absent	Absent	Absent

Although important, the digital accessibility is not easily achieved, since there are numerous sensory and motor limitations that need to be compensated by different tools (Ferreira, 2008). However, despite the difficulties, the digital accessibility should be relentlessly pursued by all societies.

4. Final Remarks

Our data revealed that most of the Brazilian Federal Technical Institutes analyzed in this study presented at least one accessibility tool in their websites (68%), disclosing their concern and awareness of the importance of such mechanisms to people with visual needs. In contrast, this consciousness was not observed on Federal

Universities homepages, where only one website presented all the tools of low complexity and only 30% had some of the tools analyzed.

Even among the sites of the Federal Institutes, there is still 12 (31%) that do not offer tools on their websites and/or alternatives of access. Among the sites of the 41 Federal Universities, 70% of them do not offer such tools and/or mechanisms that facilitate, or even make it possible, the navigation of individuals with special needs.

Considering the popularization of the Internet, it is essential that schools, universities and educational institutions allow everyone to find the information about how they can get an education degree also through their websites. and portals should not be restrictive environments, needing to be more similar to their physical places (buildings and constructions) that are in general physically adapted ([Smith, 2008](#)).

Finally, we suggest more studies that involve people with special needs (e.g. Blind or with low vision, deaf, hearing and/or physically impaired) to analyze the World Wide Web, including websites of educational institutions, to help on pointing their vulnerabilities and inadequacy, helping in improving the accessibility for them.

References

1. [Acessibilidade Brasil \(2014\). O que é acessibilidade.
\[http://www.acessibilidadebrasil.org.br/versao_anterior/index.php?itemid=45\]\(http://www.acessibilidadebrasil.org.br/versao_anterior/index.php?itemid=45\)](#)
2. [Brasil \(2008\). Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>](#)
3. [Conforto, D., & Santarosa, L. M. C. \(2002\). Acessibilidade à Web: Internet para Todos. Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática—PGIE/UFRGS, 5, 87-102.](#)
4. [Corradi, J. A. M. \(2011\). Acessibilidade em ambientes informacionais digitais: Uma questão de diferença. São Paulo: Editora Unesp.](#)
5. [Ferreira, L, S. B., & Nunes, R. R. \(2008\). E-usuabilidade. Rio de Janeiro: LTC.](#)

6. Guerreiro, E. M. B. R. (2012). A acessibilidade e a educação: Um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. Revista Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria, 25, 217-232. <http://dx.doi.org/10.5902/4415>

7. Mazzotta, M. J. S. (2011). Educação especial no Brasil: Histórias e políticas públicas (6th ed.). São Paulo: Cortez.

8. Smith, D. D. (2008). Introdução à educação especial: Ensinar em tempos de inclusão (5th ed.). Porto Alegre: Artmed.

4.2 ESTUDO DOIS

Considerando a importância das condições institucionais de atendimento aos alunos com deficiências, neste segundo artigo buscou-se verificar essa questão no IFAC, com especial atenção aos Núcleos de Apoio aos Portadores de Necessidades Específicas, os NAPNE's que são os responsáveis pelo planejamento e acompanhamento das ações referentes aos alunos com deficiência no Instituto Federal do Acre.

Os resultados indicam que os esforços, a consciência das necessidades pertinentes à Educação Especial e o planejamento do NAPNE ainda não resulta em uma inclusão plena e que o atendimento aos alunos com deficiência ainda precisa ser aprimorado.

Este artigo foi publicado na Revista Educação Especial, v. 28, n. 53, set./dez. 2015: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/15747>.

Alunos com Deficiência: Investigação e Análise das Condições de Atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil

Cesar Gomes de Freitas, Cristina Maria Delou, Helena Carla Castro

RESUMO

Instituições de ensino buscam oferecer educação de forma inclusiva a todos os estudantes. Contudo, a acessibilidade ainda não é garantida de forma plena e inclusiva para todos os indivíduos com deficiência. Este público tem o direito à educação, mas ainda tem que ser lembrado considerando os diferentes ambientes que permeiam suas vidas, incluindo os ambientes educacionais de nível superior. Neste trabalho investigamos as condições institucionais oferecidas por um dos 38 Institutos Federais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Neste estudo, comparamos o atendimento do Instituto Federal com a Universidade Federal Fluminense que já trabalha com a questão de acessibilidade em seus *campi*. Os resultados mostram que existe a meta de adequação nos quatro *campi* do referido Instituto Federal. Contudo, a completude do atendimento ainda se distancia da prestação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Os dados deste trabalho indicam uma necessidade de que esta Instituição promova a adequação de forma contínua para atender ao público em foco, podendo inferir que este quadro de inadequação possa estar sendo compartilhado por outros Institutos Federais.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade, educação especial, Institutos Federais.

1 INTRODUÇÃO

Na educação formal ou não formal, dotar os espaços de aprendizagem de condições efetivas para a inclusão de alunos com deficiência é uma missão não apenas das instituições de ensino, mas também de toda a sociedade. De acordo com Mazzotta (2011), a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é algo recente em nossa sociedade.

A adequação dos espaços físicos, dos recursos pedagógicos e, também da formação e capacitação de professores e gestores tem sido continuamente requisitados pela sociedade brasileira. Contudo, considerando-se que acessibilidade não diz respeito somente aos espaços físicos, outros parâmetros ainda têm que ser trabalhados como a comunicação e capacitação profissional, os recursos didáticos e tecnológicos, dentre outros, principalmente no que tange ao atendimento das pessoas com deficiência (GUERREIRO, 2012).

A sociedade evoluiu significativamente quando se avalia o tratamento dispensado as pessoas com deficiência, considerando-se principalmente épocas remotas na qual era comum abandonar crianças com deficiência nas florestas ou jogá-las nos rios, sendo que para aqueles que chegavam à vida adulta o tratamento era também cruel (SMITH, 2008). Nesta lenta, mas gradual evolução, o atendimento, a prestação de serviços e a inclusão efetiva das pessoas com deficiência na sociedade ganhou qualidade e importância, geralmente com o auxílio de legislação específica.

Nas últimas décadas houve um aumento no número de matrículas de alunos com deficiência no Brasil, em cinco anos, de 2007 a 2012, o número de alunos com deficiência na escola regular passou de cerca de 306 mil para mais de 620 mil, um aumento de 102,78%, com resultados destacados do seu desenvolvimento acadêmico (CHAVES, 2014). Contudo, ainda há falhas, lacunas e queixas de exclusão do aprendizado deste público específico (LIMA, 2010). Segundo Caiado, Jesus e Baptista (2001, p. 17): “Os atendimentos educacionais especializados aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação têm sido um dos grandes desafios para os profissionais da Educação, principalmente no que se refere à sua articulação com o ensino comum”.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma das universidades que possui trabalhos publicados que apontam as experiências e avanços em relação ao atendimento ofertado a este público específico (DELOU, et al., 2011-2013; MERÇON, et al., 2013; LYRIO, et al., 2014; SOUZA, et al., 2012; CARDOSO, et al., 2014). A busca desta Universidade Federal em melhorar o atendimento aos alunos com deficiência resultou, entre outras conquistas, a oferta do curso de extensão Escola de Inclusão (DELOU, et al., 2012 a e b) e do Curso de Mestrado Profissionalizante em Diversidade e Inclusão do Instituto de Biologia envolvendo docentes no atendimento a discentes com deficiência no Instituto de Biologia (DELOU et al., 2013).

Atualmente o desafio da inclusão está presente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. A Rede é composta de 38 institutos

com mais de 400 unidades organizadas, oferecendo ensino gratuito do nível médio até o pós-doutoramento (REDE, 2013). Sua abrangência e importância, devido a sua capacidade de formar cidadãos habilitados e preparados para a vida profissional, faz com que um perfil inclusivo na sua forma de divulgação seja crucial para contribuir para os índices de formação de pessoas com deficiência.

No intuito de manter a sua missão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em análise, denominado neste trabalho pelas iniciais IFAC, iniciou a oferta de cursos a partir de 2010, com aproximadamente 350 discentes matriculados em nove cursos dos eixos de Recursos Naturais; Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios, sendo estes distribuídos em quatro campi.

Atualmente o IFAC oferece Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Cursos Técnicos de Nível Médio nas formas integrada ao ensino médio e subsequente, Cursos Técnicos de nível médio modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) com o programa PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional), Cursos Superiores de Tecnologia, além de Programas, como Mulheres Mil e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Baseado na perspectiva do ensino para todos, o objetivo deste trabalho foi realizar um estudo de caso, investigando e analisando as condições de atendimento aos estudantes com deficiência oferecidas institucionalmente pelo Instituto Federal em análise (IFAC), um dos Institutos da Rede Federal. Nosso trabalho ainda compara as condições deste Instituto com as ofertadas pela UFF pontuando as principais diferenças existentes entre estas instituições, no sentido de identificar pontos a serem melhorados na perspectiva no ensino técnico-profissional para o público com deficiência e de servir de orientação para outros institutos federais brasileiros.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho utilizou a abordagem quali-quantitativa que empregou questionários (com questões fechadas, abertas e semiabertas) e entrevista com roteiro semi-estruturado como formas de avaliação.

A escolha das instituições envolvidas resultou do objetivo de comparar o atendimento aos alunos com deficiência oferecido em uma instituição com implantação recente, e conseqüentemente com poucos anos de existência, com o atendimento oferecido em uma instituição com vários anos de existência e com

trabalho de destaque na Educação Especial e Inclusiva. O Instituto Federal escolhido localiza-se em um Estado da Região Norte do país, enquanto a Universidade Federal Fluminense localiza-se na Região Sudeste, no Estado do Rio de Janeiro.

Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz, parecer número 644.846, a pesquisa foi realizada entre outubro de 2013 e fevereiro de 2014 no sentido de verificar as condições oferecidas institucionalmente aos ANES por um Instituto Federal e por uma Universidade Federal. Para isso, foram aplicados juntamente com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, questionários contendo 12 (doze) questões, aos quatro coordenadores dos Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) de cada um dos quatro campi do IFECT em quatro cidades, como também à coordenadora do núcleo de acessibilidade e inclusão da UFF.

Além dos questionários quantitativos, foi utilizada, também, como ferramenta, entrevista, na qual algumas questões emergiram do contexto imediato e foram formuladas no curso natural dos acontecimentos, ou seja, as mesmas foram semi-planejadas com antecedência, mas ajustadas de acordo com o decorrer da entrevista (PATTON, 1980 apud COHEN *et al.*, 2001).

Após a aplicação dos questionários e realização das entrevistas, o material organizado foi interpretado com o suporte do referencial teórico-conceitual pesquisado. As respostas para as perguntas dos questionários foram categorizadas na proposta de análise de conteúdo de Bardin (2002), considerando as principais idéias e concepções apresentadas. Por se tratar de um estudo qualitativo, alguns dados tiveram apoio quantitativo e foram apresentados por meio de gráficos em frequência simples, de acordo com a proposta de Triviños (2008), fazendo uso, também, da análise de discurso, no qual a linguística tem como reflexo a construção social do participante (CAREGNATO e MUTTI, 2006).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme relatado na literatura, os desafios na área de atendimento educacional dos alunos com deficiência são enormes, sendo uma luta necessária para garantir a cidadania plena dos alunos com deficiência. A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação, Brasil (2008) relata que as ações e movimentos pela inclusão, além de um fenômeno mundial que envolve ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, são desencadeadas em defesa do direito de todos os alunos compartilharem os mesmos espaços, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Os dados encontrados na nossa pesquisa demonstram que o IFAC está conectado nesta perspectiva inclusiva. A criação dos Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNES) em todos os seus *campi* corrobora a referida conexão com as preocupações mundiais relativas à inclusão.

Ainda segundo Brasil:

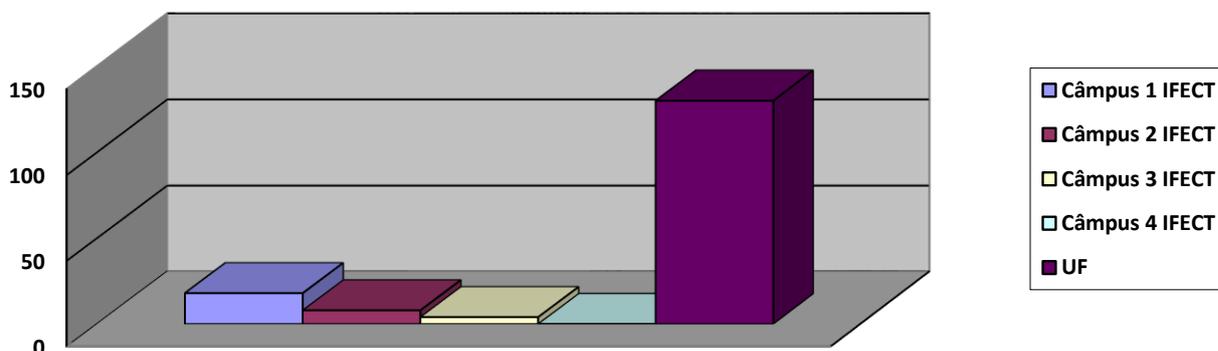
A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

No período em que a pesquisa foi realizada as coordenações dos NAPNES nos campi do IFAC eram ocupadas por uma professora (Campus 2) e por três Assistentes Sociais (Campus 1, Campus 3 e Campus 4), enquanto na UFF a função era ocupada por uma jornalista. Todos os participantes da presente pesquisa têm pós-graduação/especialização como último nível de escolaridade, sendo três do sexo feminino e um do sexo masculino, no IFAC, e do sexo feminino na UFF.

No final de 2013, o IFAC atendia um total de 30 (trinta) estudantes com vários tipos de necessidade especial, dos quais 18 (dezoito) eram oriundos do campus 1, 08 (oito) do campus 2 e 04 (quatro) do campus 3. O campus 4 não possuía nenhum

estudante com necessidade especial. O IFAC possuía menos alunos atendidos do que a UFF, que possuía, na época da pesquisa, 130 alunos com algum tipo de necessidade especial.

Gráfico 1 – Comparação do número de alunos com necessidades especiais no IFAC (Campus 1-4 IFECT) e na UFF em 2013.



O total de alunos do IFAC ao final de 2013 era de 2.956 o que fixa o percentual de alunos com necessidades especiais atendidos em relação ao total de alunos no valor de 1,01%. Esse percentual é baixo se considerarmos a média da população brasileira com deficiência. Deve se considerar ainda o fato de que 5% das vagas em todos os processos seletivos do IFAC são reservadas às pessoas com deficiência.

Os campi 1 e 2 do IFAC são aqueles com maior número de estudantes com deficiências provavelmente porque possuem o maior número de alunos matriculados. O campus 4 chama a atenção, por ser o terceiro *campi* do IFAC em número de alunos e ainda não possuir nenhum ANES, enquanto o campus de 3, o menor em número de alunos, possui dois ANES.

No campus 1, as deficiências observadas neste grupo de alunos estão ligadas a surdez, cegueira, baixa visão, síndromes e transtornos. No campus 2, as deficiências estão ligadas à surdez, dificuldades de locomoção, retardo mental leve e baixa visão, e no campus 3, a dificuldade de locomoção (Tabela 1). As pessoas atendidas na UF incluem aquelas que apresentam surdez, cegueira, dificuldades de locomoção, síndromes e transtornos, altas habilidade/superdotação ou nanismo.

Os objetivos da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação do Ministério da Educação são ambiciosos e buscam a inclusão total dos alunos com deficiência, incluindo a transversalidade. Porém, quando analisamos o atendimento institucional oferecido em uma instituição de educação pública, verifica-se o quanto é longo o caminho a se percorrer até alcançar os objetivos almejados.

Uma das dificuldades observadas em relação ao atendimento institucional oferecido pelos Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Especiais dos campi do IFAC, diz respeito à alta rotatividade de seus coordenadores. Do início de nossa pesquisa, em outubro de 2013 até o início de 2014, houve mudanças nas coordenações em três dos quatro *campi*. Esta rotatividade, além de ser prejudicial ao andamento e desenvolvimento dos trabalhos, impede que haja confiança dos alunos com deficiência na Instituição e, especialmente, em seu vínculo institucional, ou seja, os coordenadores dos NAPNEs.

Tabela 3 – Comparação das deficiências declaradas pelos Alunos matriculados nos Campi do IFAC.

Deficiências	Campus 1 IFAC	Campus 2 IFAC	Campus 3 IFAC	Campus 4 IFAC
Surdez	X	X	-	-
Cegueira	X	-	-	-
Baixa Visão	X	X	-	-
Síndromes e Transtornos	X	-	-	-
Dificuldades de Locomoção	-	X	X	-
Retardo Mental	-	X	-	-

De acordo com Smith (2008), a educação especial precisa prever um sistema de apoio e serviços correlatos, o qual envolva um grupo de serviços diversificados, com componentes individualmente determinados e aplicados. Ainda para Smith (2008, p. 55): “O termo grupo de serviço implica em disponibilizar diversos serviços em um mesmo local, facilitando o acesso e evitando deslocamentos desnecessários”. No IFAC, o atendimento aos alunos com deficiência acaba ficando restrito ao NAPNE, mas a falta de recursos e materiais específicos para o atendimento a este público, segundo aos próprios coordenadores, limita e compromete a qualidade dos serviços prestados.

Nas entrevistas realizadas com os coordenadores dos NAPNEs, verifica-se uma consciência da importância e relevância do papel destes órgãos para a efetiva inclusão dos alunos com deficiência. Todavia, talvez pelo fato desta consciência, detectamos nos discursos dos coordenadores certo sentimento de impotência e desânimo por não haver condições materiais e de espaço físico para realizar um trabalho mais abrangente e eficaz em busca da inclusão efetiva destes alunos. A referida impotência e desânimo podem ser uma das razões que causam a rotatividade de coordenadores referida anteriormente.

Em relação às ações acadêmicas, verificamos que os campi 1 e 2 do IFAC são os que realizam maior número de ações, em parte pela demanda de atendimento ao

maior número de alunos com deficiência (Tabela 2). O campus 4, por não atender nenhum destes alunos, é o que menos ações já realizou na área, como poderia ser de se esperar, reafirmando o conceito de que a demanda impulsiona modificações no sistema.

Tabela 4 – Comparação das Ações Acadêmicas e Estruturais adotadas pelo IFAC (Campus 1-4) e pela UFF em relação ao atendimento aos alunos com deficiência.

Ações	Campus 1 IFAC	Campus 2 IFAC	Campus 3 IFAC	Campus 4 IFAC	UFF
Interpretes de Língua dos Sinais	X	X	-	-	X
Ampliação de Materiais	X	-	-	-	X
Curso de Formação para Professores	-	X	-	-	-
Orientação aos Professores	-	-	-	-	-
Tutoria Acadêmica	X	X	-	-	X
Rampa de Acesso	X	-	-	-	X
Banheiros Adaptados	X	-	X	-	X

Ações práticas e que não requerem desembolso financeiro, como o desenvolvimento de avaliações específicas para este público não são desenvolvidas, o que denota o quanto ainda há para avançar no atendimento aos alunos com deficiência, posto que ainda se trabalha por demandas e não por atendimento/acesso prévio da sociedade.

As ações estruturais, quando ocorrem, são as básicas e fundamentais para facilitar o acesso aos alunos com dificuldades de movimentação, como a construção de rampas e banheiros adaptados. O campus 2 não possuía nem mesmo esses itens básicos no momento de realização desta pesquisa, dispondo de dois prédios alugados, um com escadas e o segundo com escadas e elevador.

Os principais problemas relatados em relação ao atendimento aos alunos com deficiência foram a falta de conhecimento dos professores em relação a este público e a falta de materiais e estrutura física para o atendimento especializado. A falta de conhecimento dos professores pode decorrer em virtude do grande número de professores que possuem apenas bacharelado, pois aqueles que passaram por licenciaturas, via de regras tiveram disciplinas sobre a temática inclusão e atendimento aos alunos com deficiência.

Em relação às ações específicas focadas nos docentes, as ações mais comuns foram a realização de oficinas e orientações específicas. Um ponto que merece destaque é a atitude do campus 2 que realizou oficinas em parceria com o NAPI (Núcleo de Apoio Pedagógico a Inclusão) da Secretaria Estadual de Educação. Desta

forma, aproveitam-se os conhecimentos e experiências dos profissionais deste órgão em benefício de professores e alunos do IFAC.

Quando questionados sobre a existência de espaços pedagógicos e/ou material didático específico para uso dos alunos com deficiência, apenas o campus 1 disponibiliza materiais específicos. Nenhum dos campi oferece espaços pedagógicos específicos aos alunos com deficiência. Este é outro ponto que denota o quanto ainda é necessário avançar na área.

No tópico sobre existência de formas de acompanhamento e verificação da inclusão especialmente voltada aos ANES, apenas os campi 1 e 2 realizam tal acompanhamento por meio de visitas individualizadas. Os campi 3 e 4, não realizam devido ao baixo número de alunos com deficiência ou sua ausência entre o corpo discente.

TERRA E GOMES (2013) relatam que a inclusão escolar implica, efetivamente, em um aprimoramento constante dos professores, com a apresentação de instrumentos e referenciais que evoluam e desenvolvam as práticas pedagógicas aplicadas por eles. Tal evolução e desenvolvimento necessitam de ações acadêmicas e pedagógicas específicas, concebidas para atender as especificidades dos alunos com deficiência. Como já verificado acima, no IFECT as ações acadêmicas e pedagógicas são limitadas e insuficientes para garantir um atendimento pleno e eficaz aos alunos com deficiência.

É necessário ressaltar os ensinamentos de Mendes (2006) sobre os problemas da educação especial brasileira, que, segundo a qual, não se limitam à falta de acesso. Os poucos alunos que têm tido acesso não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos (Tabela 3). E este é o panorama que se percebe no IFAC ao verificarmos o discurso dos coordenadores dos NAPNES, ou seja, desânimo, falta de profissionais e recursos específicos, comprometendo a qualidade dos serviços prestados aos alunos com deficiência.

Neste estudo foi possível verificar a falta de uma coordenação geral entre as ações e atividades dos NAPNEs do IFAC, no qual o planejamento e as ações acontecem de maneira individual em cada campi. Possivelmente uma maior efetividade de ações poderiam existir caso houvesse maior comunicação e ações conjuntas entre os referidos núcleos. Contudo, as experiências são individualizadas e não há troca de informações e de boas práticas entre os campi, o que poderia ser muito útil e proveitoso.

A comparação das ações realizadas nas diversas áreas referentes à acessibilidade entre o IFAC e a UFF demonstra necessidade de aprimoramento das ações para garantir tanto a acessibilidade quanto à inclusão dos alunos com deficiência. Talvez possa ser interessante utilizar ferramentas administrativas, como o *benchmarking*, ferramenta da administração que permite a comparação do desempenho das organizações e respectivas funções ou processos face ao que é considerado "o melhor nível", visando não apenas a equiparação dos níveis de performance, mas também a sua ultrapassagem.

Tabela 5 – Comparação dos principais problemas relatados pelo IFAC (campus 1-4) e pela UFF em relação ao atendimento aos alunos com deficiência.

Problemas	Campus 1 IFAC	Campus 2 IFAC	Campus 3 IFAC	Campus 4 IFAC	UFF
Falta de conhecimento dos servidores	X	X	X	-	-
Falta de Materiais e Equipamentos pedagógicos	X	X	X	-	-
Falta de Estrutura Física	-	X	X	-	-
Viabilidade Financeira para execução de obras/projetos	-	-	-	-	X

A diversidade humana implica a consideração das diferenças, sejam estas decorrentes de deficiência, doenças, cor da pele ou nível socioeconômico. Na perspectiva da convivência com as diversidades entre sujeitos, propõem-se a organização de uma sociedade inclusiva (Lima, 2010). Para alcançar tal inclusão, a acessibilidade necessariamente precisa fazer parte das preocupações e objetivos das Instituições de Ensino.

Outro dado que revela o quanto o IFAC ainda precisa aprimorar o atendimento aos alunos com deficiência é o fato de que, na época da elaboração da presente pesquisa, em nenhum dos *campi* havia vagas reservadas a este público em seus estacionamentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Lima (2010) o desenvolvimento da Educação Especial é um processo dinâmico, dialético e contínuo e destaca a importância das interações e nas trocas enriquecedoras. No IFAC percebe-se a ausência de uma coordenação central das ações dos NAPNES, sendo as ações individualizadas e não havendo interações e trocas que certamente contribuiriam para troca de experiências que alcançaram sucesso. Com isso, o atendimento aos alunos com deficiência no IFAC sofre dos

mesmos problemas verificados em grande parte das instituições de ensino e corroboram as preocupações no geral, os estudos nacionais indicam que, mesmo para as poucas matrículas existentes, faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com deficiência matriculados em classes comuns (Mendes, 2010).

Os dados levantados demonstram a necessidade de aperfeiçoamento das condições institucionais de atendimento aos alunos com deficiência no IFAC, uma vez que o Instituto reserva 5% das vagas em seus processos seletivos a pessoas com deficiência, o que não tem sido utilizado pelos mesmos.

Verificou-se que a UF adota ações e processos na área acadêmica, estrutural, de materiais específicos para alunos com necessidades especiais, além de ações específicas com os docentes que poderiam auxiliar no planejamento de programas destinados aos alunos com deficiência em outras instituições de ensino, em especial uma instituição nova e ainda em fase de implantação como o Instituto Federal (IFAC).

Conforme demonstrado, a UFF possui uma experiência em ações, processos e experiências que, ao tornar-se modelo, podem ser úteis e relevantes para indicar caminhos para, com as devidas adaptações, aperfeiçoar o atendimento aos alunos com deficiência não só no IFAC, mas em toda Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As ações, processos e experiências executadas pela UFF promovem a acessibilidade dos alunos com deficiência. A mesma acessibilidade que deve ser continuamente buscada por todas as Instituições de Ensino que efetivamente buscam a inclusão dos alunos com deficiência.

O presente trabalho pesquisou junto aos respectivos coordenadores dos Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e avaliou o ambiente institucional quanto a acessibilidade aos alunos com deficiência. Novas pesquisas envolvendo os professores e os alunos com deficiência para verificação detalhada das mudanças necessárias para aprimorar o atendimento aos alunos com deficiência podem ser importantes para nortear futuras ações administrativas e acadêmicas do respectivo Instituto Federal.

5 REFERÊNCIAS

- BARDIN L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2002.
- BRASIL. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 07 Abr. 2014.
- CAIADO, K. JESUS, D.M. de. BAPTISTA, C.R. (Organizadores). **Professores e educação especial**: formação em foco. Porto Alegre: Edição/CDV/FACITEC, 2011.
- CARDOSO, F.S. THIENGO, A. SILVA, N. RODRIGUES, C.R. PAIXAO, I.C. DELOU, C. CASTRO, H.C. . **Proteins**: proposing the construction of a Didactical Multimedia Material to get Teachers and Interdisciplinarity Together. *Advances in education*, v. 03, p. 1-7, 2014.
- CHAVES, S. Inclusão para todos. In: **Escola Pública**, V. 37, p. 20-25, 2014.
- CAREGNATO, R.C.A; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto- Enfermagem*, v.15, n.4, p.679-84, 2006.
- COHEN L, MANION L, MORRISON K. **Research Methods in Education**. 5. ed. Inglaterra: Editora Routledge Falmer; 2001.
- DELOU, C.M. C.;DELOU, GUIMARAES, I.M. CORTES, C.E.S. OLIVEIRA, R.D.V.L. MARINHO, L.P. OLIVEIRA, R.M.M. RODRIGUES, C.R. CASTRO, H.C. A Educação Inclusiva e a Escola de Inclusão. In: **Formando para Continuamente Formar**. Fio da Ação, v. 2, p. 51-71, 2012.
- DELOU, C.M.C. MACHADO, S. GUIMARÃES, I. M. MARINHO, L. MARIANI, R. VASCONCELOS, K. RODRIGUES, C.R. CASTRO, H.C. **School of Inclusion**: The contribution of a Federal University to the Inclusive Education. *Advances in Education*, v. 1, p. 04-10, 2012.
- DELOU, C.M.C. MAZZA, I. MARINHO, L. MARIANI, R. RODRIGUES, C.R. CASTRO, H.C. A universidade, a escola e as necessidades especiais: Como melhorar? Como contribuir?. In: **Revista Praxis On-Line**, v. 6, p. 11-17, 2012.
- DELOU, C.M. RANGEL, L. STELLING, E.P. CASTRO, H.C. A surdez e a formação continuada: o caso do mestrado profissional em diversidade e inclusão da UFF. In: XII Congresso Internacional e XVIII Seminário Nacional do INES, 2013, Rio de Janeiro. **Educação de Surdos em Países Há línguas em português (José Saramago)**. Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e, 2013. v. 12. p. 599-603.
- GUERREIRO, E.M.B.R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. In: **Revista Educação**

Especial, Universidade Federal de Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago, 2012.

LIMA, P.A. **Educação inclusiva**: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde. São Paulo: Avercamp, 2010.

LYRIO, E. DELOU, C. MARINHO, L. CASTRO, H.C. **ATMK: A Monera Kingdom Atlas for Presenting Cell Morphology and Biotechnology for Visually Impaired Students**. *Creative Education*, v. 05, p. 290-296, 2014.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006, pag. 387-559.

MERÇON, T. DELOU, C. SANTOS, D. CASTRO, H.C. Libras e sexualidade: comparação de sinais com a American Sign Language para a produção de materiais didáticos sobre temas de importância à saúde da mulher. In: XII Congresso Internacional e XVIII Seminário Nacional do INES, 2013, Rio de Janeiro. **Educação de Surdos em Países de Língua Portuguesa Há línguas em português (José Saramago)**. Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e, 2013. v. 12. p. 604-610.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://www.redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em 01 Ago. 2013.

SMITH, D.D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA, R. de. DELOU, C.M.C. CÔRTEZ, M.B.V. GUIMARÃES, I.M. MACHADO, S. RODRIGUES, C.R. CASTRO, H.C. **Blindness and fungi kingdom: a new approach for teaching a biological theme for students with special visual needs**. *Creative Education*, v. 3, p. 674-678, 2012.

TERRA, R.N. GOMES C.G. **Inclusão escolar**: carências e desafios da formação e atuação profissional. *Revista Educação Especial*, Universidade Federal de Santa Maria, v. 26, n. 45, p. 109-124, jan/abr. 2013.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. 4. ed. São Paulo: Atlas; 2008.

4.3 ESTUDO TRÊS

A participação de outros profissionais no ensino de alunos com deficiência é crucial em casos como os que envolvem surdez, visto a necessidade de intérpretes da sua primeira língua (Libras) na mediação deste processo. Dentro deste contexto, nosso terceiro estudo procurou investigar a realidade e percepção dos interpretes de Libras do IFAC em relação ao trabalho realizado junto aos alunos com deficiência auditiva. Na busca pela inclusão dos alunos com deficiência auditiva, os interpretes de libras tem um papel imprescindível no ambiente escolar, ainda a ser valorizado pelos professores.

Os resultados indicam que muito precisa ser aprimorado para alcançar a inclusão efetiva dos alunos com deficiência auditiva. Como responsável pela mediação da aprendizagem e da comunicação entre professores e alunos, o desempenho dos interpretes de Libras tem implicações diretas no sucesso acadêmico e no processo de inclusão efetiva destes alunos.

Este artigo foi publicado na revista **Creative Education** Vol.08 No. 04(2017), Article ID:75901,9 pages [10.4236/ce.2017.84050](https://doi.org/10.4236/ce.2017.84050).

Cite this paper: de Freitas, C. G., Delou, C. M., Amorim, G. S., Teixeira, E. M., & Castro, H. C. (2017). Sign Language Interpreters: Perception Analysis about Working with Deaf Students in a Federal Institute of Education, Science and Technology in the Northern Region of Brazil. *Creative Education*, 8, 657-665. <https://doi.org/10.4236/ce.2017.84050>

Sign Language Interpreters: Perception Analysis about Working with Deaf Students in a Federal Institute of Education, Science and Technology in the Northern Region of Brazil

Cesar Gomes de Freitas¹, Cristina Maria Delou², Gildete da Silva Amorim³, Edilene de Melo Teixeira³, Helena Carla Castro^{1,3}

¹PGEBS, Fiocruz, RJ e Instituto Federal do Acre, IFAC, Niterói, Brazil

²CMPDI, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, Brazil

³PPBI, LABiEMol, GCM, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, Brazil

Copyright © 2017 by authors and Scientific Research Publishing Inc.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License (CC BY 4.0).

<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



Received: March 21, 2017; Accepted: April 27, 2017; Published: April 30, 2017

ABSTRACT

The interpreters of Sign Language have an essential role in the education of deaf students in all countries including Brazil. They mediate the whole teaching and learning process as they are responsible for the communication among teachers and students. Due to their important role, their performance has direct implications in the student's academic success as well as in the process of their inclusion in the society, which begins at early age at school. In the present study we investigated the perception of Brazilian interpreters that work in a Federal Institute of education, science and technology in the northern region of Brazil. Thus, we analyzed their opinion about different aspects involving their work with students with hearing disabilities in this institution. On that purpose we employed a quali-quantitative approach by using a questionnaire with structured and non-structured questions. According to the interpreters' point of view, some actions still have to be done to achieve the effective inclusion of students with hearing impairment in the educational institution evaluated. On that matter, the work of interpreters should be more recognized as important for the teaching and learning process of deaf students leading to the improvement of their

work conditions for attending them. These professionals also reported the importance of teachers learning sign language for improving the psychological aspects of these students and their perception of the institution acceptance.

Keywords: Deafness, Sign Language, LIBRAS, Special Education

1. Introduction

The hearing is an important sense with an essential role on teaching-learning process. It uses the ears as channels for receiving information from the outside world. Deafness is the partial or total loss of the hearing sense ([WHO, 2017](#)). It can be congenital or acquired and may significantly compromise the teaching process currently based on orality worldwide ([Lima, 2010](#)).

According to [Soares and Carvalho \(2012\)](#), the first specialized school for deaf people, the Institut National de Jeunes Sourds de Paris, was created in 1760 by Charles-Michel de l'Épée at France. In Brazil, the inclusion of people with hearing disabilities in the educational system is much more recent and characterized as a slow process ([Dias et al., 2014](#)).

The Brazilian Guidelines and Bases Law (LDB) regulates the educational access and the specialized services to include students with disabilities and linguistics special needs such as deaf students in the current educational system. Importantly, the presence of these students in this system brought several challenges that range from the lack of specialized support services to meet their linguistic needs (e.g. interpreters), to the presence of unprepared teachers to attend in a inclusive perspective and deal with classes that present hearing and deaf people at same time ([Dias et al., 2014, Flores & Rumjanek, 2015](#)).

The issue of deaf education in Brazil is still a problem with no easy solution. Bilingual classes or schools that deal with deaf and hearing-impaired students are rare or even non-existent in most regions of Brazil and are only accessible to a minority in this and other several countries ([Dias et al., 2014](#)).

Based on this context it is important to consider that the success to reach an effective inclusion of deaf students does not rely only on the teachers work but also on many elements necessary to achieve it. According to [Smith \(2008, p. 41\)](#): “The special education also includes a wide range of related services, which are combined to form multidisciplinary teams assigned to handle the specific needs of each student with disabilities”. On this aspect, the Sign language interpreters are very important as they are part of this educational scenario with an important role in it.

The Sign Language interpreters should pursue quality in their work to ensure the inclusion of deaf students at schools. They should be part of a multidisciplinary teaching team and engage collaboratively with teachers to guarantee for the deaf students the education access so they can have a proper understanding of the whole scholar curriculum, including complex disciplines such as science and biotechnology ([Smith, 2008, Rumjanek et al., 2012, Flores & Rumjanek, 2015](#)).

In Brazil, since the creation of the graduation course in the area of Brazilian Sign Language (LIBRAS) named Letras-Libras, translators and Interpreters are more recognized as part of the educational system, which strength this important linguistic area and help to ensure the deaf people language right. At same time their unsuccessful experiences have been informally reported, revealing the necessity of specialization and further continued training.

Due to the Brazilian inclusion law, the Sign Language Interpreter is even more necessary in the educational system as deaf people are now accessing it. According to [Lima \(2010, p. 143\)](#) “the formation and the training of people for acting in an inclusive society involves critical thinking”, thus it is comprehensive the growing demand for this professional as, with the law enforcement, the numbers of deaf students are increasing in the initial and higher educational levels. In a classroom with a mono-oral-language educational system, it is impossible to these students to advance in their studies and acquire knowledge with quality without an interpreter ([Lacerda, 2010](#)).

However, it is important to note that the insertion of these professionals in the educational spaces needs to be previously and carefully approached. The inclusive practice observed to date revealed the lack of recognition of the richness of the deaf culture and language at these spaces and the lack of preparation as well as opportunities for discussions about this public in these institutions, which may compromise the performance of these professionals.

The challenges are plenty and include the relationship between teachers and interpreters. Trustiness between these two professionals is crucial ([Lacerda, 2002](#)), but it only occurs after a negotiation and discussions about their role and their teaching practice to make it suitable for both of them besides the student. In order to avoid problems and guarantee the quality of the education offered to the deaf public, these students should be the main focus of these professionals, whether in public or private schools, to empowered them and meet their specific demands.

Currently the challenge of including people with disabilities is real in the Brazilian Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. The

Brazilian network involves 38 institutes with more than 400 units that offer free courses from technical to post doctorate level ([Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education, 2013](#)). As they form citizens technically prepared for working on the real life, the presentation of an inclusive profile is crucial for contributing with the education of people with special needs such as deaf people.

The Federal Institute of Education, Science and Technology (IFECT) of Brazilian Northern Region is one of the institutes of the Brazilian Federal Network. It started in 2010 with approximately 350 students enrolled in nine courses spread across four campuses, involving natural resources, environment, health and safety, and management and business. Currently, IFECT offers different courses from mid-level Technical Courses in high school and mid-level Technical Courses EJA (adult and youth education), among others.

IFECT reserves 5% of all entrances to people with disabilities, including deaf people. According to the IFECT data, deafness is the disability with a higher frequency among the students that occupy these vacancies.

In order to analyze the inclusive educational profile of these institutions and the interpreters participation on deaf students academic, we performed a case study, investigating and analyzing the conditions of the interpreters work through the perspective of these professionals. This analysis aims to identify issues to be solved and/or improved, serving as a guide for other Federal Institutions.

2. Materials and Methods

This work was performed in a Federal Institute located in a State of the North region of Brazil selected due to its recent creation. This work used a quali-quantitative approach and a questionnaire with closed, open and semi-open questions ([Caregnate, & Mutti, 2006](#)).

After approval by the Ethics and Research Committee of Instituto Oswaldo Cruz, Fiocruz, number 644,846, the survey was conducted in May and June 2015 to verify the perceptions about working with deaf students in the IFECT of eleven interpreters (n = 11), aged between 22 and 31 years and that were working at the time of the survey. Thus a questionnaire containing 10 (ten) questions was applied along with the term of free informed consent.

Due to the geographic distance between IFECT units, seven interpreters received the questionnaire delivered in person, whereas four received it by e-mail, immediately answering and returning it. The quantitative analysis was presented

through graphics of simple frequency, according to the proposal of Triviños (2008). In addition a qualitative analysis was performed through issues that have emerged in the context of the open questions (Patton, 1980 apud [Cohen et al., 2001](#)).

3. Results and Discussion

As reported by the literature, the challenges in the educational area involving students with disabilities are still huge. Thus, it has been necessary for them to struggle to ensure their full citizenship and rights ([Dias et al, 2014, Flores & Rumjanek, 2015](#)).

The National Special Education Policy reports the inclusion actions and movements as a worldwide phenomenon triggered in the defense of all students rights on learning together, without discrimination of any kind, including political, cultural, social, and/or educational ([Brazil, 2008](#)). The data found in our research showed that IFECT is connected with this inclusive world perspective, confirmed by the creation of services (e.g. NAPNES) for attending individuals with special needs in all campuses. The Nucleus of Support for Students with Special Needs (NAPNES) contributes to the institution connection with these global concerns regarding inclusion as concentrate several inclusive actions to assure these students rights and accessibility.

The interpreters of IFECT are subordinated to NAPNES coordination. According to our analysis about NAPNES organization, the interpreters have a vital role on the teaching-learning process of IFECT deaf students. Mostly all teaching-learning process that involves deaf students on IFECT depend on the interpreter as no professor knows LIBRAS fluently enough to assure teaching this public. Thus the interpreters end up having a holistic view of all teaching and learning process of the deaf student and can contribute significantly to it, doing more than only interpreter disciplines ([Martins, 2006](#)).

The analysis of conceptions/perceptions of interpreters in relation to the service offered to deaf students may assist in the understanding of the current work conditions of these professionals as well as to improve education for this audience in the IFECT.

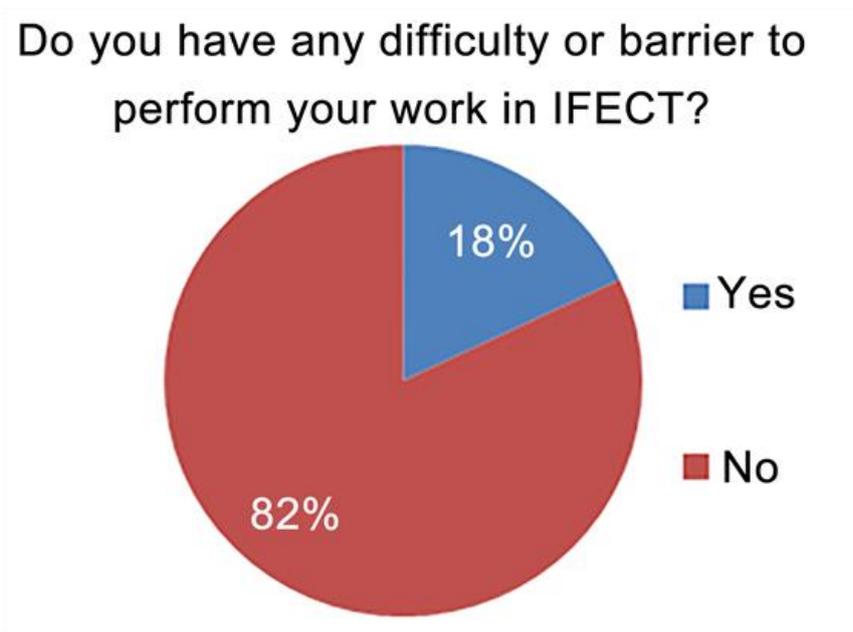
In this paper we applied a questionnaire to 11 (eleven) interpreters that work at two IFECT campuses at the time of the survey. Four of them were from IFECT and nine were hired as temporary servers to work with the deaf students.

According to the eleven interpreters when asked if there is inclusion of deaf students at IFECT, all participants answered positively (100%). This result is consistent with the fact that IFECT had 20 (twenty) deaf students enrolled in three of its four campuses in the time of this research. It is important to notice that this answer can be

evaluated as regarding mainly to the physical inclusion of the students not assuring the educational/academic inclusion of them with access to all academic/educational disciplines contents.

Interestingly, 82% of the interpreters answered negatively when asked about the existence of difficulties or barriers to their professional work ([Chart 1](#)).

Chart 1. Answers of interpreters about the existence of barriers or difficulties in carrying out their work with deaf students of IFECT.



Among the answers of the interpreters that reported difficulties, the most cited issues were regarding professors performance including lack of didactical methodology, planning, and interaction with interpreters and deaf students. Another important issue cited was the lack of specific signs to interpreter, which according to one of the interpreters: “the great difficulty is the lack of signs, as there are some disciplines that have no signs for teaching several topics”.

Three legal events were important in the history of the Brazilian deaf communities including: 1) the regulation of [Law 10,436](#) on 24 April 2002 that recognized the Brazilian Sign Language not only as one of the official Brazilian languages but also as the first language of deaf people. 2) The Decree 5626 in 2005 that approached the deaf social inclusion, highlighting ACE guidelines of bilingual education, and 3) the [Law 12,319](#)/2010 that recognized the interpreters as educational

professionals. These laws represented significant victories compared to the history of linguistic oppression that has restricted the use of Sign Language in the last century, with schools full of clinical spaces for rehabilitation of hearing and speech.

The Decree 5626/2005 regulated the Brazilian Sign language (LIBRAS) Law with significant impacts on the recognition of bilingualism right for Brazilian deaf people. Among these impacts, we may cite 1) LIBRAS as an obligatory discipline of teacher training courses 2) the formation of LIBRAS teachers at graduation level, 3) training and hiring interpreter/translator of LIBRAS/Portuguese, 4) offering inclusive classes and schools in the educational system, and finally the [Law 2015/13,146](#) Chapter IV, art. 28.30 about right of education.

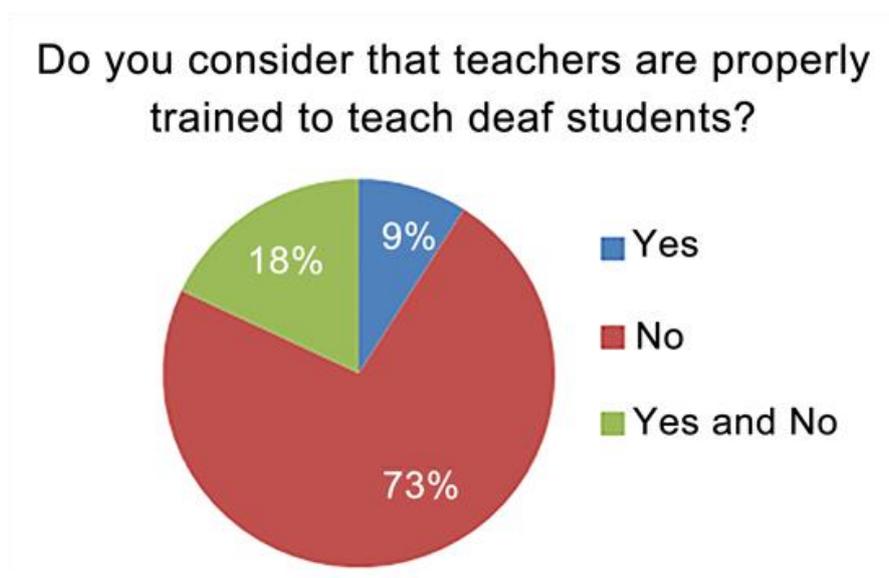
Deaf people are currently strengthening their citizenship. However, as a minority class, the conquer of these spaces at the so called “inclusive” context of the 21st century is not easy. Thus, there is still a long road to be pursued to achieve their full constitutional rights.

At the linguistic perspective, the absence of signs for teaching complex disciplines forces the interpreters to: 1) use the manual alphabet to replace the unknown signal or 2) encode temporarily new signals with and/or in agreement to the deaf people and used it as “official” in that particular situation. Despite this strategy has been of great value, it leads to learning with different signs at different places without sign consistency. Thus this situation regarding scarcity of signs reinforces the need for studies and researches regarding the production of sign language glossaries and scientific dictionaries.

In relation to teachers and classroom methodologies, if they meet the expectations and needs of deaf students, 63% of the responses were negative whereas only 18% were positive. Two of the participants answered that it depends on the teacher, since some are more sensitive to deaf students (not shown). In this question, the biggest complaint of the interpreters was, despite the image importance on deaf student comprehension, the lack of images in the presentation strategies used by these teachers in their classes is huge. [Campello \(2008\)](#) in her doctoral thesis presented the visual pedagogy that can be understood as the education stood on visual strategies. Therefore the teachers that extensively use visual material as their greatest ally on the teaching process are the most successful professionals on teaching deaf students. Thus, the widely use of images by the teachers in the classroom would be an excellent strategy for improving the academic development of the IFECT deaf students.

From the eleven interpreters evaluated, 73% answered negatively when asked if they consider teachers properly trained to teach deaf students. Two participants reported once more that it depends on the teacher ([Chart 2](#)). According to the interpreters, in order to improve the teaching and learning process of deaf students, for example teachers could receive practical guidance on strategies to be used with this public, with the increase of visual materials, approaches and strategies.

Chart 2. Answers of the interpreters about the proper training of teachers to teach the deaf students of IFECT.



The Brazilian [Law No. 13,146](#), 6 July 2015, in chapter IV discusses the right to education of people with disabilities. Among several topics, the article 28 regulates the obligation of the Government to “ensure, create, develop, implement, promote, monitor and evaluate” several actions to ensure this right. The item X brings the need for “pedagogical inclusive practices for teachers training and offer continuing training for specialized educational service”, which reinforced the view of interpreters about offering a continued training for these professionals in the search for a more in-depth knowledge regarding this specialized area.

About the material and support offered by the Institution to perform a good professional work, 82% of the interpreters responded positively. In this topic, we detected a problem in one campus as all negative answers were from the same campus. The dissatisfaction involved the lack of equipment and specific materials not offered to deaf students. However, despite this dissatisfaction, when asked to evaluate

the work performed by NAPNE, 90% of participants considered suitable the work carried out by this nucleus.

When asked about what was missing for IFECT be an inclusive Institution, 55% of participants of the survey cited the lack of training of staff and teachers. Some commented about the lack of basic knowledge of LIBRAS among the staff and teachers that would be essential and helpful with deaf students. Even those who considered IFECT as an inclusive institution pointed out the need to fix some issues such as the improvement of the communication and the need for basic courses of LIBRAS to servers, staff and teachers. One of the interpreters stated that “we need to break some attitudinal barriers”.

Most answers pointed out that IFECT is on the right path in relation to the permanence of deaf students. One of the interpreters commented: “I have had cases of students dropout. I think they need more incentive to study from the family, the institution and teachers”. The testimony of another interpreter were similar: “years ago it didn’t have such permanence of deaf due to the absence of interpreters, but now, the deaf have linguistic support to stay.

In the space offered for making suggestions or comments on topics not approached in the questionnaire, some interest observations were pointed out: “The Federal Institute is still growing in the perspective of inclusion, but in the short time that I’m at service as interpreter, there have been great development and I believe that it will improve continuously”. Another interpreter commented: “I wish that all in the Federal Institute search for the understanding about inclusion, so that they can change their attitudes and teaching methodologies. I also wish that this public get into the Federal Institute and feel the difference from other institutions. Because inclusion is not just a detail here or there, but as a whole, from the entrance door to the classroom. We have to understand that we are all at risk of being disabled someday, thus we have to modify ourselves and then complement the others”.

4. Conclusions

In the present work we analyzed the perception of all IFECT interpreters in relation to their service with deaf students, professors performance and institution conditions. It is important to reinforce the limitations of this study due to the small number of interpreters evaluated, but at same time we should recognize the role of this work on stimulating more researches involving this important professional class, the

sign language interpreters and the creation and/or organization of scientific signs including glossaries and dictionaries.

The current analysis pointed how important is the preparation of teachers to receive and meet these deaf students needs. At several times this research revealed the importance of planning and organizing the teaching methods to properly teach deaf students.

A very important point based on the perception of interpreters was the need for teachers to obtain the basic skills of Brazilian Sign Language to improve the teacher/student communication. In addition, they should be better trained to attend deaf students, needing greater investment in continued training and qualification as well as to the interpreters that need to learn more signs to work.

However, despite the identification of issues to be solved, the opinion of interpreters was positive as a whole as they reported that IFECT is following the right path to achieve the inclusion of this public. Clearly, the union of all professional efforts with their experiences with deaf people in the educational environment, including the sign language interpreters, may improve the teaching quality on attending this public.

The work with students with disabilities is neither simple nor easy. It requires knowledge, commitment and dedication and in the case of deaf students, all the institutional support, materials and methods are essential to guarantee the good work of interpreters. Thus, new researches involving not only interpreters but also teachers and deaf students are in need for a more detailed analysis and to improve teaching this audience. These data can be important to guide future academic and administrative actions not only on IFECT but also on the Brazilian Federal Network of Professional Education and other IFECT-like institutions worldwide.

References

1. Brazil (2008). National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education. Brasília: MEC/SEESP. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> [Paper reference 1]
2. Brazil Law No. 10,436, of 24 April 2002 (2002). It Disposes on the Brazilian Sign Language and Gives Other Provisions. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm [Paper reference 1]

3. Brazil Law No. 12,319, of 1 September 2010 (2010). Regulating the Profession of Translator and Interpreter of the Brazilian Sign Language. LIBRAS. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm
[Paper reference 1]
4. Brazil Law No. 13,146, of 6 July 2015 (2015). Institutes the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities (Statute of Persons with Disabilities). Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
[Paper reference 1]
5. Campello, A. R. (2008). Visual Pedagogy in the Education of the Deaf and Dumb (166 p.). Thesis, Florianópolis: Federal University of Santa Catarina. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp070893.pdf> [Paper reference 4]
6. Caregnate, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Qualitative Research: Discourse Analysis versus Content Analysis. *Text & Context—Nursing*, 15, 679-684. [Paper reference 3]
7. Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2001). *Research Methods in Education* (5th ed.). Oxford: Routledge Falmer Publisher. [Paper reference null]
8. Dias, L., Mariani, R., Delou, C. M., Winagraski, E., Carvalho, H. S., & Castro, H. C. (2014). Deafness and the Educational Rights: A Brief Review through a Brazilian Perspective. *Creative Education*, 5, 491-500. <https://doi.org/10.4236/ce.2014.57058> [Paper reference 1]
9. Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education (2013). *History of the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education*. Brasília: MEC. <http://www.redefederal.mec.gov.br> [Paper reference 3]

10. Flores, A. C. F., & Rumjanek, V. M. (2015). Teaching Science to Elementary School Deaf Children in Brazil. *Creative Education*, 6, 2127-2135. <https://doi.org/10.4236/ce.2015.620216> [Paper reference 1]
11. Lacerda, C. B. F. (2002). The Sign Language Educational Interpreter in Elementary School: Reflecting on Limits and Possibilities. In: A. C. B. Lodi, S. R. de Campos, & O. Teske (Eds.), *Literature and Minorities/Organizers*. Porto Alegre: Mediation. [Paper reference 1]
12. Lacerda, C. B. F. (2010). Translators and Interpreters of Brazilian Sign Language: Training and Acting in Inclusive Educational Spaces. *Cadernos Educacionais*, 36, 133-153. [Paper reference 1]
13. Lima, P. A. (2010). *Inclusive Education: Inquiries and Actions in the Areas of Education and Health*. São Paulo: Avercamp. [Paper reference 2]
14. Martins, V. R. de O. (2006). Implications and Achievements of the Performance of Sign Language Interpreters in Higher Education. *Thematic Education Digital*, 7, 158-167. [Paper reference 1]
15. Rumjanek, V. M., Barral, J., Schiaffino, R. S., Almeida, D., & Pinto-Silva, F. E. (2012). Teaching Science to the Deaf—A Brazilian Experience. In *INTED Proceedings* (pp. 361-366). [Paper reference 1]
16. Smith, D. D. (2008). *Introduction to Special Education: Teaching in Times of Inclusion* (5th ed.). Porto Alegre: Artmed. [Paper reference 1]
17. Soares, M. A. L., & Carvalho, M. de F. (2012). *The Teacher and the Student with a Disability*. São Paulo: Cortez. [Paper reference 1]
18. World Health Organization (2017). *Deafness and Hearing Loss*. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> [Paper reference 2]

4.4 ESTUDO QUATRO

O professor tem papel central no processo de ensino-aprendizagem e consequentemente no processo de inclusão dos alunos com deficiência. Em nosso quarto estudo, o foco da pesquisa foi investigar a percepção dos professores em relação ao atendimento aos alunos com deficiência.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário enviado por e-mail a todos os professores do Instituto Federal do Acre, total de 248 professores na época da pesquisa, dentre os quais 53 responderam a solicitação, uma amostra interessante pois abrange todos os campi daquele Instituto Federal. Em conversas informais com os colegas, muitos afirmaram não ter respondido o questionário por nunca terem tido alunos com deficiência em suas turmas, indicando desconhecimento da necessidade de avaliação acadêmica contínua.

O manuscrito deste estudo foi submetido à periódico científico e aguarda avaliação.

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

RESUMO

As políticas de inclusão dos alunos com deficiência são uma realidade na legislação educacional atual. Porém, a inclusão na prática ainda apresenta inúmeros desafios para tornar-se realidade no dia a dia das Instituições de Ensino. Um dos desafios é a falta de preparação dos professores para contribuir, em suas aulas, com a inclusão dos alunos com deficiência. O presente trabalho procurou investigar a realidade e percepção dos professores de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil da região norte do País em relação ao atendimento aos alunos com deficiência. Este trabalho utilizou uma abordagem quali-quantitativa que empregou questionários e entrevistas. Os resultados indicam que o caminho a ser percorrido para atingir a inclusão efetiva dos alunos com deficiência ainda é longo.

PALAVRAS-CHAVE: educação especial, professores, Institutos Federais.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os objetivos das instituições de ensino na atualidade, um dos maiores e mais desafiadores é a necessidade da inclusão total dos alunos com algum tipo de deficiência em todos os níveis e modalidades. Seja na educação formal ou não formal, é necessário buscar a adaptação dos espaços de aprendizagem e planejar ações para alcançar as condições efetivas para a inclusão de alunos com deficiência (AD), sendo esta uma batalha de toda sociedade e não restrita apenas as escolas e demais instituições de ensino. Ensina Mazzotta (2011), que a busca por cidadania e da igualdade na educação de pessoas com deficiência ainda é um processo novo e em desenvolvimento em nossa sociedade.

Neste contexto, objetivos como a adequação dos espaços físicos, dos recursos pedagógicos utilizados e a necessária formação e capacitação de professores entraram na pauta das exigências para uma escola verdadeiramente acessível para todos os seus alunos. Entretanto, considerando-se que acessibilidade não se restringe somente à parte física, outros aspectos ainda devem ser trabalhados como

por exemplo: a comunicação e formação profissional de todos os envolvidos, incluindo os gestores, no que diz respeito ao atendimento das pessoas com deficiência (GUERREIRO, 2012).

Quando analisamos a emergência da Educação Especial como campo do saber, verificamos, conforme Leandra Possa (2016, p. 535), que: “esta é uma história nada singular ou evolutiva”. Mas, que vem, aos poucos, emergindo como tema importante da educação e do ensino.

A sociedade mudou significativamente quando se avalia o tratamento dispensado as pessoas com deficiência, considerando-se principalmente épocas remotas na qual era comum abandonar crianças com deficiência nas florestas ou jogá-las nos rios, sendo que para aqueles que chegavam à vida adulta o tratamento ainda era cruel (SMITH, 2008). Nesta lenta, mas gradual evolução, o atendimento, a prestação de serviços e a inclusão efetiva das pessoas com deficiência na vida da sociedade ganhou qualidade e importância, por vezes com o auxílio de legislação específica (BRASIL, 2016).

Nas últimas décadas houve um aumento no número de matrículas de AD no Brasil, com resultados destacados do seu desenvolvimento acadêmico. Contudo, ainda há falhas, lacunas e queixas de exclusão do aprendizado deste público específico (LIMA, 2010). Tais preocupações não são novas, uma vez que segundo Caiado, Jesus e Baptista (2001, pag. 17): “Os atendimentos educacionais especializados aos alunos com deficiência têm sido um dos grandes desafios para os profissionais da Educação, principalmente no que se refere à sua articulação com o ensino básico” e a educação superior.

Cabe aos professores um papel central na Educação Especial, uma vez que, conforme Tavares et al (2016), este profissional é considerado ator de suma importância dentro das instituições de ensino, por seu papel de central no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, a percepção destes profissionais sobre o atendimento aos alunos com deficiência torna-se relevante para analisar o processo de inclusão deste público.

Como em qualquer instituição de ensino o desafio da acessibilidade e inclusão estão presentes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. Constituída por 38 institutos e mais de 400 campi que oferecem cursos gratuitos do nível médio até o pós-doutoramento (REDE, 2013). Com a missão formar cidadãos habilitados e preparados para a vida profissional, a busca de um perfil

inclusivo torna-se determinante para contribuir com os índices de formação de seus alunos com deficiência.

No intuito de manter a sua missão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da região Norte do país em análise, denominado neste trabalho pelas iniciais IFECT, iniciou suas atividades acadêmicas em 2010.

Presentemente, o IFAC oferece Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Cursos Técnicos de Nível Médio nas formas integradas ao ensino médio e subsequente, Cursos Técnicos de nível médio modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) com o programa PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional), Cursos Superiores de Tecnologia, além de Programas, como Mulheres Mil e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Tendo em vista que o IFECT reserva 5% de suas vagas para AD anualmente e baseado na perspectiva do ensino para todos, o objetivo do presente estudo foi realizar um estudo de caso, investigando e analisando a percepção dos professores do ensino técnico-profissional em relação as condições de atendimento aos estudantes com deficiência oferecidas pelos campi do respectivo Instituto Federal (IFECT), um dos Institutos da Rede Federal brasileira, no sentido de identificar pontos a serem melhorados no atendimento do público com deficiência do IFECT e de servir de orientação para outros Institutos Federais e instituições de ensino.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho utilizou a abordagem quali-quantitativa que empregou questionários (contendo questões fechadas, abertas e semiabertas) além de entrevista com roteiro semiestruturado como formas de avaliação (CAREGNATO e MUTTI, 2006).

O Instituto Federal escolhido localiza-se em um Estado da Região Norte do país e sua escolha resultou da sua característica de ser uma instituição com implantação recente, com reserva de 5% das vagas para AD.

Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz, parecer número 644.846, a pesquisa foi realizada entre setembro de 2014 e janeiro de 2015 a partir do envio, por e-mail, dos questionários, juntamente com o termo de livre consentimento esclarecido, contendo 22 (vinte e duas) questões, a todos os 248 professores do referido Instituto.

Além dos questionários quantitativos, foram realizadas entrevistas que possibilitaram, além de novas informações e esclarecimentos, uma análise qualitativa por meio de questões que emergiram no contexto das entrevistas (PATTON, 1980 apud COHEN *et al.*, 2001).

Por se tratar de um estudo quali-quantitativo, as respostas para as perguntas utilizadas nas entrevistas foram categorizadas conforme a análise de conteúdo segundo Bardin (2002), aonde considerou-se as principais ideias e concepções apresentadas, formando, assim, três categorias fundamentais, reflexo a construção social do participante (CAREGNATO e MUTTI, 2006), a saber: intérpretes, ações estruturantes e formação de professores. A análise quantitativa foi apresentada por meio de gráficos em frequência simples, de acordo com a proposta de Triviños (2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os professores ainda são considerados um dos elementos centrais para o sucesso do processo ensino-aprendizado. Segundo Terra e Gomes (2013, pag. 117) quando o assunto é educação especial, sua relevância neste processo torna-se ainda mais crítica: “A inclusão escolar implica, efetivamente, um aprimoramento constante dos professores, com a apresentação de instrumentos e referenciais que evoluam e desenvolvam as práticas pedagógicas aplicadas por eles”.

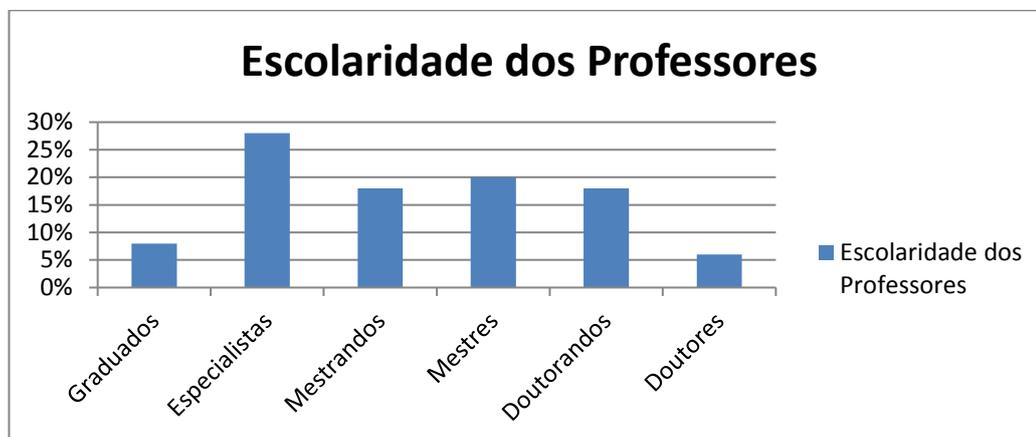
Dada essa relevância, este trabalho buscou conhecer a realidade e perspectiva da educação especial na visão dos professores de um Instituto Federal do Brasil, instituição que atende um amplo espectro de alunos, do ensino médio e técnico até cursos superiores e licenciaturas, tendo 5% de suas vagas reservadas a esse público.

Na época da realização da pesquisa, o IFAC analisado possuía 248 professores, para os quais foi enviado via e-mail o questionário da pesquisa, sendo esse respondido por 53 professores, perfazendo uma amostra de 21% do número total de desses profissionais no IFAC.

Na análise do perfil dos respondentes, observa-se que dos 53 professores que participaram da pesquisa, 27 são do sexo masculino e 26 pertencem ao sexo feminino.

Quanto a escolaridade, 8% são graduados, 28% possuem especialização, 18% estão cursando mestrado, 20% possuem a titulação de mestre, 18% estão cursando o doutorado e 6% são doutores.

Gráfico 4. Escolaridade dos Professores.

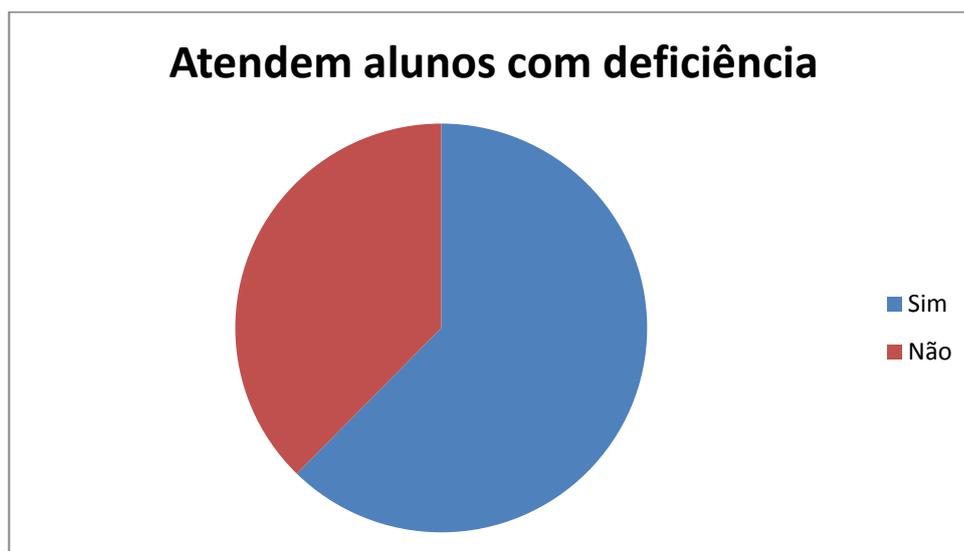


Com relação ao tema da pesquisa, quando questionados se atendiam alunos com deficiência, 31 (58%) dos entrevistados responderam positivamente, enquanto 19 (35%) responderam negativamente. Outros 03 professores (6%) responderam não saber se atendiam alunos com deficiência, o que denota um desconhecimento ou descompromisso preocupante no atendimento deste público, que deveria ser reconhecido e identificado para ser prontamente atendido, já que a instituição tem reserva de vagas para os mesmos.

Os dados sobre esse atendimento sugerem que quando o professor possui, em suas turmas, alunos com deficiência, ficam mais propensos e/ou sensibilizados a responder um questionário sobre o tema, considerando que informalmente alguns professores que não responderam ao e-mail justificaram que o motivo por não terem participado da pesquisa foi exatamente por não atenderem alunos com deficiência.

Com relação ao tipo de deficiência apresentadas pelos alunos atendidos pelos professores, foram relatados três casos de cegueira, quatro com dificuldades de locomoção, seis com síndromes e transtornos, seis com baixa visão e um caso de autismo, observando-se um elevado número de alunos com surdez, sendo vinte estudantes surdos no total.

Gráfico 5 Atendimento a alunos com deficiência.



No sentido de identificar o conhecimento dos professores sobre o IFAC e sua condição institucional quanto ao tema, foi questionado sobre se as ações referentes aos alunos com deficiência no IFAC seguem alguma diretriz, normas ou “*políticas institucionais*” específicas. Para esta questão, 19 professores (35%) responderam positivamente, 09 (16%) responderam negativamente e, de forma preocupante, a maior parcela das respostas (47%) informou o desconhecimento dos professores sobre a existência de qualquer diretriz, norma ou “política institucional” específica.

O desconhecimento da posição institucional fragiliza legalmente a atuação do profissional, que definirá sua atuação a margem do que é estabelecido pelo IFAC. Dentre os que relataram conhecer a existência de alguma diretriz (19), cinco professores citaram o Núcleo de Atendimento aos Estudantes com Necessidades Específicas (NAPNE), porém, desconhecendo a existência de qualquer diretriz específica. Doze professores que responderam positivamente sobre o conhecimento da existência de diretriz, não conseguiram citar qualquer diretriz ou norma e apenas duas professoras citaram resoluções específicas. Uma citou a resolução do IFAC que criou o NAPNE e outra citou a resolução do IFAC que regulamentou o funcionamento do NAPNE.

Ao identificarmos as regras institucionais do IFAC em questão, identificamos que não há qualquer diretriz específica sobre o tema na respectiva Instituição. De fato, conforme os dois professores indicaram, os únicos documentos sobre o tema são as resoluções de criação e de regulamentação do NAPNE (FREITAS e colaboradores, 2016).

A análise das percepções dos professores considerando categorias de respostas que poderiam afetar diretamente as atividades dos profissionais, resultou na classificação das mesmas em três categorias que denominamos de: Recursos de Atendimento, Ações Estruturantes e Formação de Professores.

3.1 Recursos de Atendimento

Em relação à pergunta sobre a existência de ações acadêmicas adotadas pelo IFAC para melhorar o atendimento aos alunos com deficiência, a maioria dos respondentes, 28 professores (52%) respondeu positivamente. Ao comentarem esta questão, os professores citaram a contratação de interpretes para os alunos surdos, produção de material didático (ampliação de materiais para alunos com baixa visão), realização de palestras e cursos sobre a temática, sendo em maior número, a referências sobre a existência do NAPNE.

Essa percepção desses profissionais vai ao encontro da atuação do referido Instituto Federal no qual as ações mais visíveis são aquelas citadas, referente à contratação de interpretes e ampliação de materiais para estudantes com baixa visão. Entretanto, os NAPNEs têm com frequência desenvolvido cursos rápidos de formação e capacitação para os docentes com o intuito de prepará-los para o atendimento aos alunos com deficiência e poucos foram os professores que demonstraram interesse em tais cursos ou formação, como informou a coordenação do NAPNE. Esse fato pode estar relacionado com a questão de que ao não ter AD presentes em sala de aula, se veja obrigado ou estimulado para tal.

Para avaliar o reconhecimento das condições de trabalho e o cenário deste IFAC na perspectiva dos professores os questionam sobre a existência de problemas relacionados ao atendimento dos alunos com deficiência enfrentados atualmente pelo IFAC. Neste contexto, 36 professores (67%) reconhecem que problemas existem, enquanto 15 professores (28%) informaram desconhecer a existência de problemas. Dentre os problemas citados na época estão o baixo número de intérpretes de Libras, ausência de orientação aos professores de como atender os alunos com deficiência, inexistência de material de apoio e falta de formação (cursos) específicos para os docentes relacionados a temática dos alunos com deficiência, estando este último em conflito com a existência e atuação do NAPNE no IFAC.

A situação dos intérpretes, no momento da compilação dos dados da pesquisa já foi amenizado com a contratação, via concurso, de interpretes próprios

para os campi do IFAC. Um exemplo de como a situação já foi crítica, no segundo semestre de 2012 os alunos surdos não tinham intérpretes, pois o IFAC não conseguia contratar profissionais por não haver estes profissionais disponíveis no mercado, havendo como consequência a reprovação dos estudantes no respectivo semestre.

A literatura ressalta a essencialidade e importância da presença do intérprete para o desenvolvimento acadêmico-intelectual do público surdo que tem a Libras como primeira língua garantida por lei mas que sofre com a ausência de profissionais qualificados disponíveis no mercado (COOL e Colaboradores 2004).

3.2 Ações Estruturantes da instituição analisada

Quanto à existência de ações estruturais adotadas pelo IFAC para melhorar o atendimento aos alunos com deficiência, 49% dos professores participantes da pesquisa responderam de forma positiva, enquanto 32% responderam não saber. As ações estruturais mais citadas pelos docentes foram a construção de rampas, vagas especiais no estacionamento e banheiros adaptados. Ainda assim, foram relatados problemas de acessibilidade nos prédios do IFAC, o que vai ao encontro da literatura que, conforme Lima (pag. 55, 2010): “O processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência envolve alteração na estrutura física da escola e dos outros ambientes e espaços”.

Em virtude dos campi do IFAC estarem instalados em edifícios novos, construídos especialmente para as instalações acadêmicas, estes seguem os padrões de acessibilidade. A exceção é um câmpus do interior que ainda está instalado em uma antiga escola pública adaptada para recebê-lo, enquanto o prédio próprio é construído.

Em relação à existência de espaços pedagógicos e/ou materiais específicos para uso dos alunos com necessidade do IFAC, a maioria (73%) os desconhecem, o que vai ao encontro do reconhecimento do NAPNE por apenas 35% desses professores.

Em acordo com isso, os professores que responderam positivamente citaram, em sua maioria, os esforços do NAPNE para adaptar os materiais didáticos aos alunos, especialmente, os com baixa visão. De fato, nenhum dos campi efetivamente dispõe de espaços pedagógicos específicos para atendimento dos AD que poderia facilitar e melhorar seu desempenho acadêmico.

3.3 Formação dos professores

Sobre a existência de ações do IFAC focada nos docentes para melhorar/aprimorar o atendimento aos alunos com deficiência, 12 professores (22%) responderam positivamente, 20 professores (38%) responderam negativamente, 20 professores (38%) responderam não saber e um não respondeu à questão. Entre as ações citadas, verificam-se a realização de palestras e cursos básicos de linguagem dos sinais (libras) oferecidos pelo NAPNE aos professores e técnicos dos campi.

Chama a atenção o percentual de 76% dos docentes incapazes de citar ações do IFAC focada nos professores visando melhorar o atendimento aos alunos com deficiência. Como há registro de que tais ações efetivamente acontecem, tem-se como hipótese para este desconhecimento a falta de interesse dos professores, pelo fato de não terem obrigatoriedade e/ou por não estarem atendendo no presente momento algum AD, ou ainda problemas na comunicação destas ações. Segundo as coordenações dos NAPNEs, a comunicação destas ações é feita através do *e-mail* institucional.

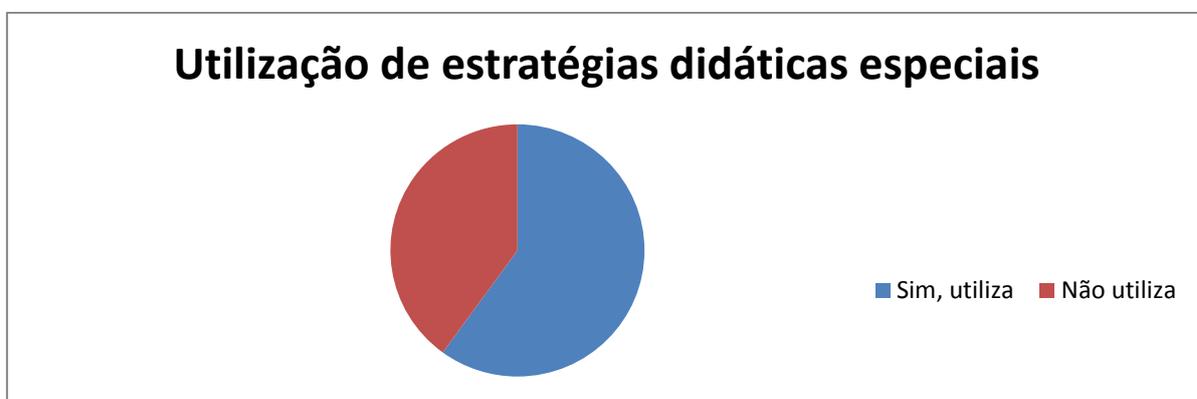
Ao serem questionados sobre a existência de alguma forma de avaliação do ensino-aprendizado especialmente voltada aos alunos com deficiência, apenas oito professores (15%), responderam positivamente. As formas de avaliação voltadas aos alunos com deficiência citadas nesta questão foram a adaptação do conteúdo ao contexto da necessidade, mudança dos objetivos em relação ao nível do conteúdo, além de dois docentes que registraram que, quando existem, acontecem por iniciativa individual dos docentes. Torna-se preocupante o percentual de 85% de docentes que não utilizam ou desconhecem formas de avaliação especificamente voltadas aos alunos com deficiência, sendo esse um cenário que depende da capacitação profissional deste para o atendimento dessa questão.

Quanto à existência de alguma forma de acompanhamento e verificação da inclusão especialmente voltada aos alunos com deficiência, novamente apenas oito professores (15%) responderam positivamente. Os docentes justificaram as respostas positivas indicando que o NAPNE realiza, ou deveria realizar este acompanhamento. Na prática, tal avaliação, quando existe, é bastante limitada e falha, pois não há formas institucionais de acompanhamento e verificação da efetividade da inclusão, segundo as coordenações dos NAPNEs.

Quando questionados se eles próprios utilizam alguma estratégia didática com os alunos com deficiência, 60% respondeu positivamente, sendo estratégia citada

pela maioria dos docentes a ampliação de materiais para alunos com baixa visão, realizado com o apoio do NAPNE. Outras estratégias também foram citadas indicando o posicionamento em sala no caso de existência de alunos surdos que realizam leitura labial, disponibilidade de aulas de reforço, preparação de recursos visuais didáticos especiais para os alunos de baixa visão, flexibilidade na forma e prazos de avaliação. Três professores que responderam negativamente informaram nunca ter trabalho com alunos com deficiência e chamou a atenção o depoimento de uma das participantes da pesquisa; a Professora “a”: “Tento ser atenciosa com eles, mas não sou preparada para trabalhar com eles”.

Gráfico 6 – Utilização de estratégias didáticas especiais para alunos com deficiência.



Com análise dessa questão percebe-se o quanto ainda é necessário avançar no atendimento aos alunos com deficiência no Instituto pesquisado, uma vez que quase 40% dos professores participantes da pesquisa responderam não utilizar estratégias didáticas específicas para atendimentos aos alunos com deficiência. Mesmo entre os que responderam positivamente, percebem-se ações bastante limitadas, considerando que a literatura relata formas que vão desde tecnologia assertiva até uma ampla variedade de serviços correlatos, que se combinam para criar equipes multidisciplinares (SMITH, 2008).

Ao serem questionados se quando há alunos com deficiência, suas aulas são iguais àquelas quando não há a presença destes alunos, 24 professores (45%) responderam que sim e 26 professores (49%) responderam que não. Outros três professores não responderam a questão em virtude de nunca terem trabalhado com alunos com deficiência, o que não impediria a resposta.

Nas justificativas desta questão, alguns comentários dos participantes da pesquisa são importantes de serem avaliados qualitativamente, visto que denota a

falta de preparo dos profissionais daqueles que já tiveram alunos deste tipo e estão mostrados no quadro 1:

Quadro 1: Justificativas dos professores por não diferenciarem suas aulas tendo ou não alunos com deficiência presentes em sala.

Professor	Respostas
"b"	"Não sei como agir. Tentei estratégias como ficar voltada para eles para que tentassem a leitura labial, porém eles não a fazem... tentei entregar apostilas antes e levar mais apresentações em data show, mais eles não sabem ler ou escrever".
"c"	"Por vários motivos: primeiro os estudantes não sabem que o meu planejamento é diferenciado; segundo, se houver um planejamento prévio para a aula, não há necessidade da mudança, e terceiro, porque, em minha opinião, notadamente fazer uma aula diferente pode levar os demais alunos a fazerem comentários e acabarem 'ferindo' os alunos com deficiência".
"d"	"Esforço-me para envolver todos no assunto. Não direciono as falas especificamente aos alunos com deficiência para não os constranger ou parecer que a aula seja somente para eles".
"e"	"Não sou preparado para trabalhar com alunos com deficiência".

Neste item, as respostas e os depoimentos demonstram novamente, o longo caminho ainda necessário para oferecer um atendimento efetivamente inclusivo aos alunos com deficiência, em especial, pela falta de preparo, informação, formação e capacitações dos professores para este público específico, cuja graduação aparentemente não os preparou para esta importante e obrigatória tarefa.

Sobre a participação em algum curso ou formação voltado diretamente para o atendimento aos alunos com deficiência, apenas 17 professores (32%) responderam sim, enquanto 36 professores (67%) responderam não. Os cursos e formações citados foram referentes a inclusão, curso de libras, curso de atendimento a alunos com baixa visão e cegueira, e oficina sobre alunos com altas habilidades.

Considerando-se ainda que o referido Instituto Federal oferece, por meio do NAPNE, cursos de formação e capacitação para os professores, com relativa regularidade, surpreende o percentual de 70% dos professores responderem nunca ter participado de algum curso ou formação voltados ao atendimento dos alunos com

deficiência. Tal situação poderia ter pelo menos duas explicações que inclui novamente a falta de interesse dos professores por tais cursos quando oferecidos ou a falta de comunicação, sem que os professores recebam as informações sobre o curso, perdendo assim a oportunidade de participar dos mesmos.

Em relação à existência, em suas formações acadêmicas (graduação ou licenciatura), de disciplinas que abordavam temas ligados à Educação Especial ou inclusão de pessoas com deficiência, apenas 13 professores (24%) responderam positivamente e 40 professores (75%) responderam negativamente. O baixo número de respostas positivas pode ter como razão o fato da diversidade de formação dos professores dos Institutos Federais, sendo grande o número destes com bacharelado. As respostas positivas foram predominantemente de professores com formação em licenciaturas. Há que se considerar que raríssimos cursos de mestrado e doutorado possuem disciplinas voltadas para esse tema, como são exemplos a Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e a Pós-graduação em Ciências e Biotecnologia da UFF (Universidade Federal Fluminense), ambas com formato optativo o que também não garante a uniformidade de formação dos mestres e doutores nesta temática.

Ainda sobre a formação acadêmica, quando questionados se achavam se deveria haver mais disciplinas que abordassem temas ligados à Educação Especial ou inclusão de pessoas com deficiência, 50 professores (94%) responderam positivamente, mostrando a compreensão da necessidade de capacitação frente a demanda e apenas 03 (6%) responderam negativamente.

Isso vai ao encontro da justificativa da maioria das respostas lembrando a necessidade dos professores em preparar-se adequadamente para receber todos os tipos de alunos, em especial os com deficiências. Depoimentos de docentes entrevistados reforçam ainda a necessidade de discussão dessa questão para esclarecimento dos profissionais:

Professor “f” - resposta positiva: “Não se pode fugir de uma política de estado que foi empurrada a goela a baixo como foi feita nas escolas de todo o Brasil. As escolas especiais foram desativadas e criadas nas escolas ditas “normais” as salas de recursos. Os alunos com deficiência foram levados a se integrar no âmbito escolar de uma hora para outra e os professores não foram preparados para essa mudança tão abrupta. Tenho conhecimento de relatos nada agradáveis sobre o assunto”.

Professor “g” - resposta negativa: “Não, pois sou bacharel em administração, creio que não seria o foco da formação. Porém creio que a rede federal

tem profissionais gabaritados a nível internacional, falta sim uma política pública federal, ou ainda em nível de instituição, a condição de aperfeiçoamento, e com inserções de atualização dessa formação”.

Apesar das poucas respostas negativas, a maioria dos docentes participantes da pesquisa demonstra consciência da necessidade de aprimoramento e desenvolvimento de técnicas e estratégias para o atendimento efetivo aos alunos com deficiência, indo ao encontro de autores como ORRÚ, 2012 e TERRA e GOMES, 2013.

A maioria dos professores que respondeu ao questionário concorda que na formação de gestores de instituições de ensino (escolas, institutos e universidades) deveria haver a presença de temas ligados à Educação Especial ou inclusão de pessoas com deficiência. Demonstrando, novamente, consciência sobre a necessidade de formação, no caso para gestores das Instituições de Ensino, para aprimoramento do atendimento aos AD.

Quanto ao oferecimento de acessibilidade total referente a todos os cursos oferecidos pelo IFAC a toda e qualquer pessoa com qualquer tipo de necessidade específica, 28 professores (53%) responderam positivamente enquanto 23 professores (43%) responderam negativamente. As respostas positivas foram justificadas pela existência de legislação específica referente à inclusão, enquanto outros lembraram a responsabilidade social das instituições de ensino. Em contraste, os docentes cujas respostas foram negativas se justificando pela falta de vontade política e pela falta de formação e treinamento para os professores e técnicos, ignorando de certa forma, que a lei existe e deve ser cumprida. Alguns depoimentos chamaram atenção, como os exemplos no quadro 2.

Os depoimentos observados no quadro 2 corroboram a afirmação de Soares e Carvalho (2012, pag.11) sobre educação especial: “Trata-se, então, de um tema importante e polêmico que envolve a dimensão da desigualdade social, da exclusão dos indivíduos dos mais diversos bens sociais, principalmente da educação”.

De acordo com Terra e Gomes (2013) os professores são os que efetivamente carregam a árdua tarefa de conciliar, mesmo com todas as carências existentes no sistema educacional brasileiro, suas atividades, a fim de atingir satisfatoriamente, a todos os seus alunos, inclusive, alunos com deficiência, visando transpor todas as dificuldades existentes na sua inserção e inclusão à rede regular de ensino. Neste contexto, o entendimento de que, como profissionais de ensino em exercício, eles não podem se furtar de cumprir a lei, muito menos quando citam como

cauda para o não cumprimento sua própria formação “incompleta”. A busca pela qualificação deveria se torna mandatória.

Quadro 2: Justificativas dos professores a resposta sobre a possibilidade de inclusão total dos alunos do IFAC.

Professor	Respostas	Justificativas
“h”	Não	“Creio que não seja possível, pois cada curso tem suas especificidades, não sei que estou sendo preconceituosa, mas não vejo a possibilidade de um deficiente visual fazer um curso de Segurança no Trabalho, por exemplo”.
“i”	Não	“No momento, não há infraestrutura e nem equipe para essa total acessibilidade”.
“j”	Não	“O docente e a própria estrutura ainda não estão preparados para tal ato”.
“k”	Não	“Não, de acordo com as características de alguns cursos e suas especificidades fica difícil o acesso a portadores de determinadas necessidades. A exemplo da área de agrárias para portadores de deficiências relacionadas à locomoção”.
“l”	Não	“Acredito que deve ser feito um estudo minucioso da oferta de vagas para alunos com deficiência em cada curso, uma vez que cada deficiência tem sua limitação, e cada profissão exige pessoas com habilidades e pré-requisitos específicos. Desta forma, um determinado tipo específico de deficiência, pode limitar a pessoa de exercer determinado tipo de profissão”.
“m”	Sim	“Porque basta implantar as políticas que já existem na Instituição e trabalhar na formação contínua dos docentes para atender esse público”.

Alguns dos depoimentos de docentes que participaram da pesquisa corroboram o alerta de Mazzotta (2011) de que as coisas e situações desconhecidas causam temor e que a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas com deficiência, por ‘serem diferentes’, fossem marginalizadas ou ignoradas. O desconhecimento sobre essas deficiências, agravada pela ausência

de cursos e formações, apresenta-se por si só, como um sério problema e obstáculo para uma inclusão efetiva destes estudantes. Não podendo ser utilizada, contudo, como justificativa para o não cumprimento de suas obrigações profissionais com qualidade.

Ao trabalharem na ponta, atendendo diretamente aqueles aos quais se destinam todos os esforços do sistema educacional, os professores acabam arcando e sofrendo diretamente com os problemas e dificuldades da educação brasileira, especialmente, conforme verificado nas respostas e nos depoimentos, no que tange a Educação Especial de nossos estudantes com deficiência. Verificando-se os dados obtidos neste trabalho, percebe-se necessário considerar a observação de Lima (2010) referente aos componentes do processo de inclusão escolar, de que a busca por uma formação humanista dos docentes, abordando as situações de deficiência e necessidades educacionais específicas das pessoas é fundamental e indispensável e mais que tudo, presentes no universo de formação, incluindo ensino superior e pós-graduação.

Já existem relatos, como o de Tenor e Deliberato (2015), apresentando formas de sistematização de um programa de capacitação aos professores do aluno surdo que podem servir de referência para planejamento e execução de ações nesta área.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino aos alunos com deficiência é um desafio para professores, pedagogos, pessoal de apoio escolar e, conseqüentemente, para todas as instituições de ensino. De maneira especial, por seu contato direto com os alunos, os professores precisam adaptar sua didática, estratégias, projetos e materiais de ensino-aprendizagem para facilitar a inclusão dos estudantes com deficiência, necessitando para isso constante apoio institucional.

Porém, conforme apontam os professores participantes desta pesquisa e servidores do IFAC, na prática as coisas nem sempre são como deveriam ser e como a lei requer. Muito ainda precisa se avançar no atendimento aos alunos com deficiência para garantir uma inclusão efetiva. Os professores necessitam se capacitar para alcançar, apesar de não acreditarem ser possível, o que cria desde o princípio uma barreira para sua plena atuação profissional.

Por meio da análise das respostas e depoimentos dos professores do IFAC analisado, percebemos neste estudo a consciência destes profissionais sobre a necessidade de formação e capacitação em relação ao atendimento aos alunos com deficiência. Porém, tal consciência não se concretiza em conhecimento e/ou participação efetiva dos mesmos nos cursos e formação oferecidos pela Instituição, em parte pela dificuldade de conciliar as atividades diárias (aulas, orientações, participações em comissões, etc.) com a participação em cursos de formação e capacitação.

Ainda conforme as respostas e depoimentos, restam ainda preconceitos e mitos por parte de número relativamente alto de docentes em relação ao atendimento oferecido aos alunos com deficiência, reforçando a urgência no esclarecimento dessa classe de profissionais por meio de formação específica.

Os desafios da educação especial inclusiva ainda continuam grandes, segundo o presente estudo de caso, de maneira específica em Instituições que trabalham com a perspectiva de inclusão total dos alunos com deficiência como é o caso dos Institutos Federais do Brasil.

Apesar da amostragem de profissionais não ser considerada significativa (21%), ela reflete parte do ambiente em que o aluno é inserido. O professor é o principal parceiro do aluno em seu percurso acadêmico. Este professor, ainda sente-se inseguro de sua capacidade profissional para o atendimento deste público. Este trabalho foi compartilhado com os NAPNEs do IFAC e está originando ações no sentido de capitalizar melhoria da formação destes profissionais nesta instituição tão jovem que já nasceu dentro dessa visão inclusiva.

5 REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2002.
- BRASIL. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 27 Abr. 2016.
- CAIADO, K.; JESUS, D.M. de.; BAPTISTA, C.R. (Organizadores). **Professores e educação especial: formação em foco**. Porto Alegre: Edição/CDV/FACITEC, 2011.
- CAREGNATO, R.C. A; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto & Contexto- Enfermagem, v.15, n.4, p.679-84, 2006.

COHEN, L; MANION, L; MORRISON, K. **Research Methods in Education**. 5. ed. Inglaterra: Editora Routledge Falmer; 2001.

FREITAS, C. G. DELOU, C. M. CASTRO, H. C. Realidade e Perspectivas das Educação Especial em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. FARIAS, C. S. ARAUJO, J. C. do N. **Os Institutos Federais na Amazônia: caminhos, desafios e proposições**. Curitiba: CRV, 2016.

GUERREIRO, E.M.B.R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. In: **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago, 2012.

LIMA, P.A. **Educação inclusiva**: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde. São Paulo: Avercamp, 2010.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORRÚ, S. E. Estudantes com necessidades especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

POSSA, L. B. A emergência da Educação Especial como campo do saber e suas atualizações para o presente. In: **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 29, n. 56, p. 521-536, out/dez, 2016.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://www.redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em 23 Mar. 2015.

SOARES, M. A. L. CARVALHO, M de F. O professor e o aluno com deficiência. São Paulo: Cortez, 2012.

SMITH, D.D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAVARES, L.M.L. et al. A educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, UNESPE Marília, v. 22, n. 04, p. 527-542, out/dez, 2016.

TENOR, A. C. DELIBERATO, D. Sistematização de um programa de capacitação ao professor do aluno surdo. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, UNESPE Marília, v. 21, n. 03, p. 409-422, jul/set, 2015.

TERRA, R. N. GOMES C. G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 26, n. 45, p. 109-124, jan/abr. 2013.

4.5 ESTUDO CINCO

A frase "*Nada sobre nós, sem nós*" é utilizada pela comunidade surda, para requerer a sua participação em questões que envolve seu atendimento. No quinto e último estudo de nossa tese, apresentamos a percepção dos alunos com deficiência de maior incidência no Instituto Federal do Acre, os surdos, em relação ao atendimento por eles recebidos da Instituição. Tendo em vista que a surdez foi a deficiência que apresentava maior número de ocorrência, optou-se por focar essencialmente a pesquisa somente com esses alunos.

De forma importante, a pesquisa com os alunos veio corroborar as percepções dos coordenadores dos NAPNEs, dos Intérpretes de Libras e dos professores em relação às carências do ensino para este público específico, visto que apontam necessidade de aprimoramento tanto no aspecto institucional, quanto, principalmente, na necessidade de capacitação dos professores.

O manuscrito deste estudo foi submetido um periódico científico e aguarda o processo de avaliação.

INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SURDOS SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

RESUMO

O cenário da inserção dos alunos surdos no ensino médio e superior ainda se encontra em construção e demanda avaliações constantes para adequação do atendimento acadêmico deste público. Este trabalho apresentou como objetivo uma investigação e análise da percepção dos alunos com deficiência sobre o atendimento recebido em um Instituto Federal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O público alvo escolhido foi os alunos surdos de um Instituto Federal da Região Norte do país, que ainda está em fase de implantação, com cinco anos de atividade, considerando nessa escolha que a deficiência surdez é aquela que se apresenta em maior proporção dentre os alunos com deficiência atendidos nesta Instituição. O trabalho utilizou uma abordagem quali-quantitativa e empregou questionários e entrevistas. Os resultados indicaram que apesar de satisfeitos com o atendimento recebido, os alunos percebem a existência de diversos problemas e preocupações, principalmente em relação ao despreparo de professores para o atendimento a este público, o que aponta para a necessidade de que se realize formação acadêmica dos professores tanto em nível superior quanto em pós-graduação em relação a esse tema.

PALAVRAS-CHAVE: educação especial, alunos com deficiência, Institutos Federais.

1 INTRODUÇÃO

As preocupações com ensino dos estudantes com deficiência, em especial dos estudantes surdos não surgiram recentemente. Segundo Mazzotta (2011, pag. 18): “A primeira obra impressa sobre a educação de deficientes teve autoria de *Jean-Paul Bonet* e foi editada na França em 1620 com o título *Redação das letras e arte de ensinar os mudos a falar*”. Ainda segundo o mesmo autor, a primeira instituição especializada na educação de ‘surdos-mudos’ surgiu em Paris no ano de 1770, em

consonância com Soares e Carvalho que ressaltam, da mesma forma, que como ocorreu com o ensino regular, “foi com a Revolução Francesa que a escolarização dessas pessoas passou a ser gerida pelo Estado, com a criação dos primeiros institutos nacionais especializados em Paris: o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos” (2012, pag. 15).

No Brasil, D. Pedro II já mostrava preocupação com o ensino de pessoas com deficiências ao fundar em 1428, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Meninos Cegos. Porém, vários estudiosos do tema fixam como marco da Educação Especial no Brasil a década de 1970 quando surgem considerável número de textos legislativos, associações e estabelecimentos envolvidos na questão (CAIADO et al, 2011).

Apesar de fazer parte dos debates das áreas de educação e ensino por tanto tempo, ainda existe muita polêmica sobre o tema da educação especial e inclusão, observando-se o preconceito e o desconhecimento por parte dos atores envolvidos.

Segundo Cool e colaboradores (2004, pag. 190):

Um dos debates que ainda se trava no campo da educação das crianças surdas é o que se refere à sua integração com os colegas ouvintes nas escolas. Essa possibilidade é considerada negativa por grande parte de seus professores, pelas associações de pessoas surdas e por pesquisas relevantes. As razões que se alega são, entre outras, de que os professores das escolas ouvintes não têm formação suficiente e os alunos surdos não podem acompanhar as informações transmitidas oralmente, o que leva a aumentar seus problemas de aprendizagem.

Vale ressaltar que é indispensável a adequação dos espaços educacionais para que a inclusão escolar aconteça, porém, isso somente não é suficiente. É necessário buscar também as adequações dos recursos pedagógicos e a habilitação dos professores, gestores e demais colaboradores da escola. Especialmente quando estudamos o aprendizado dos alunos surdos, sobre o qual Guerreiro (2012, pag. 232) faz uma importante análise: “Considerando que a acessibilidade não se refere apenas à estrutura física de uma instituição de ensino, pois envolve também a comunicação, o transporte, os recursos didáticos e tecnológicos, há muito que avançar”.

Segundo a literatura, de forma geral, a inserção de alunos com deficiência na escola não é tarefa simples. As dificuldades do ensino-aprendizado de estudantes com surdez são acentuadas pela dificuldade de comunicação, pois conforme Lima (2010, pag. 118): “A audição é um sentido fundamental para a maioria das pessoas, afinal, o ouvido é um canal importante para receber informações do mundo externo”.

A surdez é a perda total ao parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido e pode comprometer significativamente o aprendizado e os aspectos cognitivos, se as pessoas afetadas não tiverem um atendimento educacional direcionado as suas necessidades específicas (ORRÚ, 2012).

O ensino de alunos com surdez não é um tema simples nas escolas. Segundo Cruz e Araújo (2016, p. 382): “A educação das pessoas com surdez tem sido um assunto muito polêmico nos últimos anos, marcada por conflitos e controvérsias”.

O fato dos estudantes com surdez constituírem um grupo heterogêneo, com diferentes necessidades educacionais específicas, ampliam as dificuldades das instituições de ensino (COOL et al, 2004). Afirmações que possam ser simplesmente generalizadas a todos os alunos surdos contribuem para dificultar, pois impedem que informações específicas e realísticas atinjam os profissionais que atendem esse público. Exemplos da diversidade que envolve os alunos surdos incluem o nível de letramento quanto ao português escrito e a adoção ou não da leitura labial, além do nível de entendimento da língua brasileira de sinais (Libras). Isto demonstra que as discussões sobre o ensino-aprendizado dos estudantes com surdez devem levar em consideração, reconhecer e respeitar as características das pessoas surdas.

Tendo em vista a legislação atual que garante o uso da Libras como primeira língua pelos surdos em nosso país, a comunicação desses se baseia na linguagem de sinais que faz parte de toda uma cultura que se mantém graças às associações destas pessoas. A Libras pode e deve auxiliar na construção da identidade pessoal dos surdos, devendo ser conhecida por todos, incluindo professores e colegas ouvintes, já que é uma das línguas oficiais do país. (COOL, 2004)

Causa preocupação estudos sobre a educação dos alunos surdos, como o realizado por Mendes (2006, pag. 399) que revelam que, quando matriculados em salas comuns, “mesmo para as poucas matrículas existentes, faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos”. Esse cenário então demanda constante avaliação e ajuste para o adequado atendimento desse público com a garantia do acesso ao ensino previsto em lei com presença de intérpretes e ambiente bilíngue.

Atualmente o desafio da inclusão está presente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. A Rede é constituída por 38 institutos, com mais de 400 unidades que oferecem cursos gratuitos do nível médio até o pós-doutorado (REDE, 2013). A grande abrangência e importância devido a sua

capacidade de formar cidadãos habilitados e preparados para a vida profissional faz com que um perfil inclusivo na forma de divulgação seja determinante para contribuir com o aumento dos índices de formação de pessoas com deficiência e garantia de acesso aos seus direitos.

No intuito de manter a sua missão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAC) da região Norte em análise neste estudo, começou as suas atividades acadêmicas a partir de 2010, para aproximadamente 350 discentes matriculados em nove cursos dos eixos de Recursos Naturais, Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios, distribuídos em quatro campi. Atualmente, o IFAC oferece Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Cursos Técnicos de Nível Médio nas formas integradas ao ensino médio e subsequente, Cursos Técnicos de nível médio modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) com o programa PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional), Cursos Superiores de Tecnologia, além de Programas, como Mulheres Mil e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Baseado na perspectiva do ensino para todos, realizamos neste trabalho um estudo de caso, investigando e analisando as condições de atendimento aos estudantes com deficiência auditiva (surdos) oferecidas pelo respectivo Instituto Federal (IFAC), um dos Institutos da Rede Federal brasileira, no sentido de identificar pontos a serem melhorados na perspectiva institucional e dos professores no ensino técnico-profissional para o público com surdez do IFAC e de servir de orientação para outros Institutos Federais brasileiros, pois, conforme relata Lima (2010, pag. 56): “Torna-se necessário estimular as instituições a efetuarem verificações periódicas, visando alcançar de fato a acessibilidade para todos”.

O objetivo deste trabalho foi realizar uma investigação e análise das percepções dos estudantes surdos de um Instituto Federal da região Norte do país em relação ao atendimento oferecido pela instituição ao público surdo, considerando que a Instituição ainda está em fase de implantação, mas já trabalhando na perspectiva da inclusão e procurando contribuir com esse cenário acadêmico de formação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho utilizou a abordagem quali-quantitativa que empregou questionários (contendo questões fechadas, abertas e semiabertas) além de

entrevista com roteiro semiestruturado como forma de avaliação (CAREGNATO e MUTTI, 2006), envolvendo aspectos como metodologia de ensino dos professores, atendimento oferecido, dificuldades existentes, entre outros.

O Instituto Federal escolhido localiza-se em um Estado da Região Norte do país e sua escolha resultou da sua recente implementação com cinco anos de funcionamento no sentido do objetivo de analisar o atendimento aos alunos surdos oferecido em uma instituição que iniciou suas atividades já na perspectiva da inclusão.

Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz, parecer número 644.846, a pesquisa foi realizada entre agosto e novembro de 2015 quando foram aplicados, juntamente com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, um questionário contendo 12 (doze) questões a todos os estudantes surdos dos três *campi* do referido Instituto.

Além dos questionários quantitativos, foram realizadas entrevistas com todos os participantes da pesquisa com o auxílio de interpretes que possibilitaram, além de novas informações e esclarecimentos, uma análise qualitativa por meio de questões que emergiram no contexto das entrevistas, conforme discutido na literatura (PATTON, 1980 apud COHEN *et al.*, 2001).

Além dos alunos surdos, também participaram da pesquisa os coordenadores do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de todos os campi do referido Instituto, no sentido de tentar comprovar a percepção dos alunos frente ao que é realmente oferecido pela instituição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa surgiu por experiências vivenciadas por um dos autores deste trabalho com a docência para alunos surdos. Tendo trabalhado como professor por oito anos, nunca havia atendido alunos com surdez. Ao iniciar seu trabalho no Instituto Federal, foco desta pesquisa, o professor teve dois alunos surdos na mesma turma. Em um primeiro momento a sensação foi de receio, para em seguida ser invadido por uma terrível sensação de impotência e despreparo. Infelizmente, não houve nenhum tipo de apoio ou informações de como agir por parte da Instituição, que estava tão despreparada para atender aos alunos com deficiência quanto o professor. Houve dificuldades de adaptação para o atendimento das necessidades daqueles alunos em relação ao lecionar e, também, em relação a avaliação dos mesmos.

Dificuldades, estas, que foram minimizadas com o auxílio dos interpretes de Libras que atendiam aquela turma.

Uma segunda experiência com alunos surdos ainda mais problemática, em outro campus do mesmo Instituto Federal, tratou-se da presença de uma aluna surda na turma, sem a presença de um interprete de Libras, por não haver profissionais disponíveis no mercado. Sem a presença fundamental para o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo, a estudante acabou por trancar o curso naquele semestre, tendo sua vida acadêmica atrasada.

Três anos após as experiências relatadas acima e tendo estas experiências como norte, surgiu a preocupação de investigar e analisar a percepção dos alunos surdos em relação ao seu atendimento, observando a progressão desse contexto acadêmico de formação dessa comunidade.

A presente pesquisa se iniciou com a análise dos registros dos NAPNEs dos campi do IFAC. Dos quatro *campi*, três possuíam alunos com surdez a época da pesquisa, perfazendo um total de doze alunos surdos. Dos três *campi* analisados, apenas um mantinha os registros e dados tanto dos atuais alunos como daqueles que evadiram de seus respectivos cursos. O segundo campus só dispõe de informações sobre os atuais, não tendo informações sobre os que desistiram dos cursos, enquanto o terceiro campus tinha seus dois primeiros alunos surdos cursando seus cursos no momento da pesquisa.

Analisando os dados do único campus que possuía dados completos, verificou-se que o campus teve seu primeiro aluno surdo matriculado no ano de 2012. Até os dias atuais o campus já teve um total de doze alunos surdos e destes, sete estavam cursando os cursos no momento da análise, sendo um já formado e quatro desistentes.

Os cursos em que prestavam atendimento a estes alunos eram: Superior em Tecnologia de Processos Escolares (dois alunos); Técnico em Segurança do Trabalho (três alunos); Técnico em Administração (três alunos); Técnico em Manutenção e Suporte de Informática (dois alunos); Técnico em Informática (um aluno) e Técnico em Recursos Humanos (um aluno).

As coordenações de NAPNE que mantém maior organização, controle e informações são aquelas cujos coordenadores estão a mais tempo exercendo a função. Em dois casos, os atuais coordenadores assumiram a função recentemente e segundo informações, tais coordenações apresentam alta rotatividade, o que representa um sério problema para o IFAC, pois segundo Freitas e colaboradores

(2005, pag. 771): “Esta rotatividade, além de ser prejudicial ao andamento e desenvolvimento dos trabalhos, impede o aumento da confiança dos alunos com deficiência nos coordenadores dos NAPNEs”.

3.1 A percepção dos alunos surdos

Durante a aplicação dos questionários a todos os alunos surdos matriculados na Instituição, nem todos aceitaram a participação da equipe de pesquisa durante o processo de respostas, sendo que dois dos alunos preferiram responder sozinhos e um apenas com a ajuda do interprete de Libras. Percebemos que poucos ficaram à vontade para conversar com a equipe de pesquisa, o que foi compreendido após análise dos questionários.

Na análise de perfil dos alunos participantes da pesquisa, observamos que estes foram alunos dos cursos superiores e técnicos do IFAC, que segundo suas respostas, sempre estudaram em escolas públicas, correspondendo ao padrão do público atendido por aquele Instituto.

A pesquisa buscou inicialmente identificar de que modo os alunos surdos conheceram o IFAC e identificamos que dos doze participantes da pesquisa, quatro relataram a Internet, quatro a comunidade surda, dois deles por meio da família, um por meio de amigos e um por outros cursos realizados naquela Instituição.

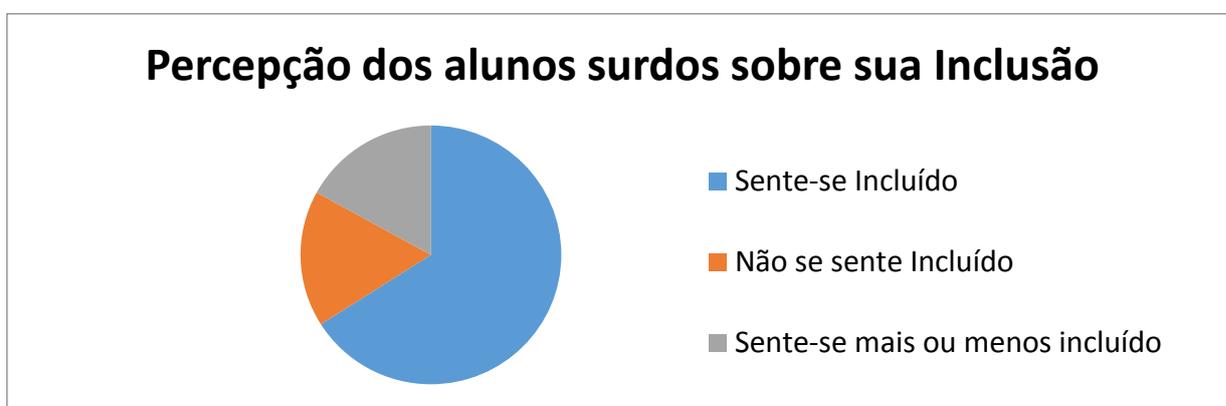
Quando questionados sobre a vida escolar anterior e achavam que houve inclusão por parte dos professores, equipe gestora e colaboradores das escolas na qual estudaram, 75% dos alunos responderam positivamente. Aqueles que responderam negativamente, justificaram sua resposta em razão da falta de interpretes, falta de estrutura e “falta de interesse” por parte da escola onde estudou.

Em relação às perspectivas que tinham ao chegar ao IFAC, de forma geral todos demonstraram ter, a época do ingresso, expectativas positivas quanto ao Instituto. As respostas deixaram claro que todos buscavam crescimento e mudar sua trajetória de vida, por meio de maior facilidade em entrar no mercado de trabalho. Três dos participantes da pesquisa relataram ainda sua ansiedade para estudar, buscar informações e aprender os conhecimentos necessários para ter condições de entrar no mercado de trabalho. A ansiedade dos jovens sobre a inserção no ambiente de trabalho é tema de diversas pesquisas que analisaram esta temática (TERRA e GOMES, 2013).

3.2 Atendimento aos alunos surdos no IFAC

Quando questionados sobre se sentir incluídos no IFAC, 66% responderam positivamente, enquanto 34% dos alunos surdos do Instituto não se sentiam plenamente incluídos. Esse é um índice significativo que aponta a necessidade de aprimoramento no atendimento destinado a este público, pois o sentimento de pertencimento que é discutido por vários autores como SMITH (2008), LIMA (2010) e ORRÚ (2012).

Gráfico 7: Percepção dos alunos surdos do IFAC sobre a inclusão.



Sobre a forma de tratamento recebido pelos colegas, 75% sentiam-se tratados da mesma forma que os demais colegas e aqueles que responderam negativamente indicaram como justificativa a existência de preconceito por parte dos colegas em relação a eles. Autores como COOL e colaboradores (2004) falam como a restrição e desconhecimento da língua dos sinais torna a comunicação entre ouvintes e surdos difícil e caracterizada pelo isolamento do sujeito surdo, geralmente em minoria em ambiente educacional inclusivo. Esse cenário pode comprometer inclusive não só as questões de socialização dos alunos surdos, mas também sua estabilidade sócio emocional, levando por vezes a evasão dos mesmos.

Em relação aos professores, 75% dos participantes acreditavam que eles não estão devidamente capacitados para atender alunos surdos. Vale a pena ressaltar que, considerando que essa é uma instituição que reserva vagas para esses alunos, esse é um alto número de alunos que apontam o despreparo de seus professores em relação ao atendimento específico de sua deficiência.

Uma das características do IFAC é possuir professores das mais variadas formações, muitos dos quais vindos de cursos de bacharelado, sem os conhecimentos

específicos sobre Educação Especial e Inclusiva, conhecimentos estes que estão presentes nos diversos cursos de licenciaturas. Sobre o papel dos professores na Educação Especial e Inclusiva, Caiado (2011, pag. 143) faz considerações importantes:

A literatura sobre Educação Inclusiva tem apontado que as atitudes dos professores face aos alunos com deficiência inseridos em suas salas de aulas depende de muitos fatores, entre eles, do tipo de sociedade em que se insere a escola, das concepções e representações sociais relativas à deficiência, à diferença, à diversidade, às dificuldades de aprendizagem; e dos recursos e mecanismos de financiamento das escolas. Todos esses aspectos representam na nossa realidade razoáveis desafios e cabe ressaltar *a priori* que a mudança na formação dos professores, embora seja uma condição necessária e essencial, não será suficiente para a Educação Inclusiva se concretize em nosso país.

Ainda sobre o papel dos professores, Terra e Gomes (2013, pag. 117) relatam: “A inclusão escolar implica, efetivamente, um aprimoramento constante dos professores, com a apresentação de instrumentos e referenciais que evoluam e desenvolvam as práticas pedagógicas aplicadas por eles”. Essa reflexão reforça a necessidade de se rever a formulação do ensino superior e de pós-graduação na formação de futuros docentes.

Sobre adaptações em relação a metodologia e didática para atender suas expectativas e necessidades, 75% dos alunos surdos informaram que tais adaptações simplesmente não acontecem. A maior parte das justificativas faz referencia a dificuldades para entender a explicação dos professores durante as aulas sempre acessadas via interpretes que geralmente não tem formação na área ou em áreas correlatas ou afins. Essa questão deve ser item de preocupação por parte destes profissionais, revelando necessidade de capacitação e treinamento de todos para melhor atendimento deste público, com o desenvolvimento de estratégias adequadas para tal (SOARES e CARVALHO, 2012).

A maioria dos alunos (75%) reclamou que os professores não fazem adaptações necessárias em suas apresentações em sala, como, por exemplo, a utilização de maior número de imagens e figuras para facilitar o entendimento dos assuntos abordados, tornando difícil entender as explicações durante as aulas. Lima (2010) afirma que o ensino do público surdo demanda o uso de imagens que usa o principal canal de aprendizagem destes alunos, a visão. Contudo, já se sabe que a adaptação do material didático com o aumento da imagética atende não só aos

surdos, como também, os ouvintes, considerando que a visão é o sentido também de grande importância para os ouvintes.

Estes resultados vão ao encontro da possível falta de capacitação e treinamento e da opinião de dois dos participantes da pesquisa que relataram perceber falta de dedicação dos professores em relação a suas deficiências. Essa percepção contribui para reduzir o sentimento de pertencimento ou de inclusão desses alunos surdos.

Quando questionados sobre o que falta para o IFAC ser de fato uma Instituição inclusiva, a maioria das respostas, 66%, versou sobre a necessidade de capacitar os professores na língua dos sinais (Libras) para, desta forma, melhorar a comunicação com os alunos surdos. Novamente o desconhecimento da língua parece ser o fato que contribui para a percepção dos alunos do não atendimento as suas demandas.

Ressalta-se também neste estudo que aparentemente os interpretes não estariam atendendo a demanda acadêmica destes alunos a contento, fazendo com que estes queiram que os professores saibam Libras e não mais dependam da atuação e performance dos interpretes contratados. Autores como COOL e colaboradores (2004) relatam que a performance dos interpretes pode ser comprometida não só pela ausência de formação na área específica da disciplina, bem como pela falta de interação prévia com o professor e a ausência de sinais sobre temas específicos.

Problemas de infraestrutura também foram citados por quatro dos participantes, que apontaram a necessidade de melhora na estrutura oferecida, como a criação de sala de recursos, que não existem em nenhum de seus *campi* daquele Instituto.

Todos os participantes responderam positivamente aos serem questionados se existe acessibilidade em relação a suas necessidades educacionais específicas no IFAC, provavelmente considerando a disponibilização de interpretes de Libras para todos os seus alunos surdos pelo IFAC. Contudo, dificuldades foram observadas em relação ao atendimento institucional oferecido pelo IFAC envolvendo: os Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) dos *campi* foram relatados provavelmente devido à alta rotatividade de seus coordenadores. Do início de nossa pesquisa até seu encerramento, ocorreram mudanças nas coordenações em três dos quatro *campi*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios do atendimento aos estudantes com surdez se encontram presentes em todas as Instituições de Ensino do Brasil que possui leis que visam garantir a esses alunos a sua cidadania e o seu acesso à educação. Por suas características e peculiaridades, o atendimento aos alunos surdos amplia consideravelmente tais desafios, considerando a sua primeira língua, a Libras que ainda é de desconhecimento de seus professores e apresentando ainda ausência de sinais para diversos temas acadêmicos, dificultando ainda mais o trabalho de interpretação/ tradução do intérprete.

A percepção dos alunos que participaram da pesquisa em relação ao sentimento de inclusão no IFAC analisado foi positiva, mas ainda 66% revela que o IFECT ainda precisa avançar para aumentar esse nível de percepção.

A maior dificuldade dos alunos surdos neste IFAC envolve, segundo eles, a falta de capacitação/preparo dos seus professores em relação a suas necessidades educacionais específicas, devendo a instituição urgentemente investir em cursos de formação e capacitações relacionados à Educação Especial e Inclusão de alunos com deficiência.

Outro elemento importante no processo de inclusão dos alunos surdos perpassa pela manutenção dos coordenadores dos NAPNEs, que deveriam ser mais valorizados, visando reduzir a rotatividade dos seus responsáveis e o interesse de pessoas qualificadas para o cargo, considerando que são os profissionais que viabilizam a melhoria do acesso pleno dos alunos surdos ao IFAC academicamente inclusivo.

O presente trabalho apresenta alguns aspectos a serem considerados por instituições de ensino superior que atendam público surdo, reforçando que pesquisas sobre o tema são continuamente necessárias para buscar informações e apresentar respostas aos problemas relacionados a inclusão da comunidade surda.

5 REFERÊNCIAS

- CAIADO, K.; JESUS, D.M. de.; BAPTISTA, C.R. (Organizadores). **Professores e educação especial**: formação em foco. Porto Alegre: Edição/CDV/FACITEC, 2011.
- CAREGNATO, R.C. A; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto- Enfermagem*, v.15, n.4, p.679-84, 2006.
- COHEN, L; MANION, L; MORRISON, K. **Research Methods in Education**. 5. ed. Inglaterra: Editora Routledge Falmer; 2001.
- COOL, C. MARCHESI, A. PALACIOS, J. (Organizadores). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CRUZ, S. R, ARAÚJO, D. A. C. A história da educação de alunos com surdez: ampliação de possibilidades. In: **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 29, n. 55, p. 373-384, out/dez, 2016.
- FERNANDES, E. M. ORRICO, H. F. **Acessibilidade e inclusão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012.
- FREITAS, C. G. DELOU, C. M. CASTRO, H. C. Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. **Revista Educação Especial**. v. 28. n. 53, set./dez. 2015.
- GUERREIRO, E.M.B.R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. In: **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago, 2012.
- LIMA, P.A. **Educação inclusiva: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde**. São Paulo: Avercamp, 2010.
- MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.
- ORRÚ, S. E. Estudantes com necessidades especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://www.redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em 23 Mar. 2015.

SOARES, M. A. L. CARVALHO, M de F. O professor e o aluno com deficiência. São Paulo: Cortez, 2012.

TERRA, R. N. GOMES C. G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. Revista Educação Especial, Universidade Federal de Santa Maria, v. 26, n. 45, p. 109-124, jan/abr. 2013.

5 DISCUSSÃO GERAL

A presente pesquisa surgiu não só devido às experiências vivenciadas pelo autor deste trabalho com a docência para alunos surdos, mas também devido à importância considerável da instituição como referência na formação de pessoas na região Norte, tendo um número considerável de alunos atendidos justificando a necessidade deste estudo. Considerando este cenário, faz-se premente investigar e analisar a realidade e perspectivas do ensino oferecido aos alunos com deficiência no Instituto Federal do Acre.

Assim, a elaboração do presente trabalho propiciou uma série de dados e análises em relação à inclusão no instituto federal avaliado que poderá auxiliar não só os alunos atendidos, o próprio IFAC e o presente autor desta tese, mas também outras instituições de ensino, bem como os profissionais envolvidos no atendimento deste público.

A definição da temática desta tese, significativamente influenciada pela experiência profissional do autor como docente de alunos com deficiência e a consequente percepção de despreparo, como professor, para trabalhar com tal público, revelou não só esse despreparo, mas a necessidade de formação para atender, de forma efetiva, as necessidades daqueles alunos, revelando um cenário e sentimentos comuns a vários professores que se deparam na mesma situação.

A realização desta pesquisa, além do conhecimento das especificidades do atendimento aos alunos com deficiência em uma Instituição Pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nos diversos âmbitos, incluindo o institucional, dos professores, alunos com deficiência e profissionais de auxílio - interpretes de Libras - pode proporcionar o conhecimento e/ou o aprofundamento imprescindível para alcançar um mínimo de preparação necessária para o atendimento a este público tão especial, em seus diferentes aspectos. Do ponto de vista do autor desta tese, sobretudo, despertou a consciência da necessidade de buscar atualização e capacitação constante nesta área, incluindo os profissionais envolvidos, e a própria instituição.

Uma instituição inclusiva deve começar pelo portal de entrada virtual, ou seja, os sites institucionais (CONFORTO e SANTAROSA, 2002). Desta forma, primeiro estudo, que procurou verificar a questão da acessibilidade dos sites de Instituições Públicas (Institutos e Universidades Federais), geralmente a primeira fonte de

informações para os alunos sobre tais Instituições, mostrou a necessidade de aprimoramento da acessibilidade destas ferramentas.

Apesar da maioria dos sites analisados (68%) possuírem pelo menos uma das ferramentas de acessibilidade de baixa complexidade pesquisadas (aumento de fonte textual, atalhos de navegação e alto contraste), apenas sete dos 97 sites das Instituições de Ensino analisadas possuíam as três ferramentas citadas em 2014.

Uma nova pesquisa, influenciada e inspirada por este estudo, realizada como trabalho de conclusão do curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, do campus Rio Branca do IFAC, utilizando outras formas de avaliação da acessibilidade realizada no primeiro semestre de 2017, apresentou os mesmos e preocupantes resultados, ou seja, os sites das Instituições Federais de Ensino (Universidades e Institutos) continuam pouco acessíveis (RIBEIRO, 2017).

Desta forma, o candidato a uma das vagas nestas Instituições já enfrentará, no primeiro contato com as mesmas, que geralmente acontece pelo seu site, uma barreira de acessibilidade. No caso dos alunos surdos, a ausência de vídeos explicativos em Língua Brasileira de Sinais restringe, ainda mais, o acesso desses futuros alunos, cuja primeira língua é a Libras. Mesmo quando analisamos os aspectos tecnológicos, vale lembrar o alerta de Orrú (2012, p. 115): “*A surdez provoca o isolamento social do sujeito surdo por impossibilitar a aquisição da língua da comunidade majoritária*”.

Uma forma interessante de evitar problemas de acessibilidade nos sites seria convidar pessoas com diferentes deficiências para testar os mecanismos e ferramentas a serem utilizados nos sites das Instituições, a fim de mostrar suas vulnerabilidades e, assim, aprimorá-los com relação à acessibilidade. Novamente a frase ‘*Nada Sobre Nós, Sem Nós*’, tradução do “*Nothing about us without us*” (UNITED NATIONS, 2004) pode ser aplicada para melhoria desta acessibilidade. Trata-se da ideia de empoderar as pessoas com deficiência para que elas participem das decisões que lhes dizem respeito. Ninguém melhor do que a pessoa que enfrenta um problema ou dificuldade para auxiliar nas respostas e soluções com melhores resultados práticos e efetivos.

Quando analisamos a pesquisa referente aos aspectos institucionais do atendimento aos alunos com deficiência, identificamos necessidades de aperfeiçoamento das condições institucionais, em especial de uma coordenação central das ações e estratégias em relação ao atendimento dos alunos com deficiência, uma vez que a adoção de ações e estratégias de modo isolado em cada

uma das unidades da instituição acaba duplicando trabalhos e esforços e, principalmente, dificultando a troca de experiências e soluções para os problemas vivenciados (SILVA e OLIVEIRA, 2016; QUILES, 2015; DORZIAT, 2015).

O trabalho mostrou a necessidade de valorização e atenção aos Coordenadores de NAPNE (Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas) e esforços no sentido de reduzir a rotatividade destes profissionais, em virtude de serem o elo de ligação entre os alunos e o campus. Neste sentido a criação da Coordenação de Ações Inclusivas pela pró-reitoria de Ensino do IFAC, com o intuito de centralizar e coordenar as ações de inclusão e acessibilidade foi muito importante, criando um centro de referência para os NAPNES e possibilitando melhor comunicação e troca de experiências.

Os resultados do estudo demonstraram a necessidade de aperfeiçoamento das condições institucionais de atendimento aos alunos com deficiência, aos quais são destinados 5% das vagas dos processos seletivos para seus cursos. Segundo a literatura, deve-se adotar uma postura institucional em busca da acessibilidade e integração, lembrando que se trata de um processo dinâmico, mutável e adaptativo as necessidades dos alunos e viabilidade das ações nas escolas, conforme ensina Coll e colaboradores (2004, p. 24): “seu objetivo é encontrar a melhor situação educativa para que o aluno desenvolva ao máximo suas possibilidades e, por isso, pode variar conforme as necessidades dos alunos e o tipo de resposta que as escolas podem proporcionar”.

Vários são os estudos que apontam o papel central do professor no atendimento das pessoas com deficiência (CAIADO et al, 2011; SOARES e CARVALHO, 2012; COOL et al, 2004; TAVARES et al, 2016), o que torna mais alarmante o resultado de nossa pesquisa que revelou a necessidade de capacitação deste profissional para o atendimento aos alunos com deficiência e a dicotomia entre a consciência da importância de buscar formações e capacitações e a efetiva participação nas oportunidades de alcançá-las.

Outro ponto preocupante verificado na pesquisa com os professores é a presença de discursos que revelam preconceito e mitos em relação aos alunos com deficiência, conforme demonstram alguns testemunhos apresentados neste estudo.

O que vai ao encontro do relato de Coll e colaboradores (2004, p. 24):

Uma parcela importante dos professores que trabalha nas escolas de educação especial tem uma certa prevenção quanto à integração educativa pelo tipo de organização das escolas regulares, pela homogeneidade habitual de seu currículo e pelas dificuldades dos

professores de se adaptarem às demandas dos alunos com dificuldade moderada de aprendizagem.

Os relatos encontrados no trabalho ainda coincidem com as conclusões de Caiado e colaboradores (2011) sobre o desconhecimento dos professores em relação aos recursos de Tecnologias Assistivas e que os mesmos não sabem manusear tais recursos, o que dificulta a inclusão dos alunos com deficiência.

O trabalho realizado junto aos Interpretes de Libras corroborou, ainda mais, a percepção dos professores quanto à necessidade de aprimoramento dos mesmos em relação ao atendimento aos alunos com deficiência, uma vez que na visão dos Interpretes, os professores não estão devidamente capacitados para atender os alunos surdos. Segundo estes profissionais, é aparente e facilmente perceptível a inabilidade dos profissionais do ensino em interagir diretamente com esses alunos. Esse fato é reforçado lamentavelmente, também, pela pesquisa com os próprios alunos, na qual estes apontaram a falta de preparo/capacitação dos seus professores em relação a suas necessidades educacionais específicas (SILVA e OLIVEIRA, 2016; QUILES, 2015; DORZIAT, 2015)

Como forma de melhorar e aperfeiçoar a comunicação entre professores e alunos, os Intérpretes sugeriram que os professores se apropriassem de conhecimentos mínimos sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que é apontado por alguns autores como a Dra Ana Regina Campello (CAMÈLLO e QUADROS, 2010; CAMPELLO, 2009; CAMPELLO e colaboradores, 2008).

O trabalho junto aos próprios alunos com deficiência indicou que a percepção tanto de professores, como dos intérpretes, encontra eco na vivência dos alunos com deficiência auditiva daquele Instituto. Os mesmos relataram problemas tanto com a falta de sentimento de pertença em relação as suas turmas quanto problemas em relação as práticas de ensino dos professores, sugerindo que a questão linguística possa ser uma das barreiras que contribui significativamente para sentimentos como indicado na literatura vigente (TENOR e DELIBERATO, 2015).

Além disso, quando focamos os alunos surdos é importante lembrar o ensinamento de Orrú (2012, p. 117):

A diversidade, traço marcante da humanidade, é extremamente válida no universo da surdez, que se apresenta com diferentes cenários linguísticos: surdos oralizados, usuários de língua de sinais, bilíngues, que fazem leitura labial, filhos de pais surdos, filhos de pais ouvintes e/ou com implante coclear.

Verifica-se que o universo da deficiência auditiva é amplo o que reforça a necessidade de constante busca por conhecimentos e informações sobre as especificidades de cada deficiência, indo obviamente além das questões linguísticas.

Como consequência deste trabalho de três anos e meio de pesquisas em relação ao atendimento oferecido aos alunos com deficiência e as necessidades indicada tanto por professores, alunos e Interpretes de Libras, buscou-se planejar ações específicas para a solução dos problemas levantados.

No período de realização da presente pesquisa, houve progressos em relação ao atendimento aos alunos com deficiência no Instituto Federal do Acre. A instituição buscou melhorias e mudanças na tentativa de aprimorar o atendimento a este público e se adequar à suas necessidades.

Entre as mudanças que aconteceram neste período, as quais fazemos votos de que a realização desta pesquisa e a consequente publicação dos artigos resultantes dela, que foram compartilhados com a gestão dos *campi* e reitoria, possam ter contribuído ou incentivado, destacamos:

1) Demarcação de vagas para pessoas com deficiência nos estacionamentos dos *campi*;

2) Redução da rotatividade dos coordenadores dos NAPNEs dos *campi*. Atualmente a média de tempo na função é de dois anos ou 25 meses. O coordenador com mais tempo na função tem 41 meses no cargo, o que está a menos tempo tem 15 meses na função.

3) Realização de concurso público, no ano de 2014, para a contratação de Intérpretes de Libras e nomeação de aprovados para os *campi*, com demanda de alunos surdos. Novo concurso para o cargo foi realizado em 2017. A partir destes concursos, o IFAC passa a contar com Intérpretes de Libras em seu quadro funcional efetivo;

4) Realização de licitação para aquisição de equipamentos de acessibilidade, tecnologia assistivas. Licitação para aquisição e aplicação de piso tátil e material de comunicação visual e tátil para todos os *campi* do IFAC, que se encontram em fase final de execução, aguardando apenas a entrega dos equipamentos;

5) Criação e fortalecimento da Coordenação de Ações Inclusivas (COAI), cujo objetivo é realizar a coordenação central das ações relacionadas a inclusão das pessoas com deficiência no IFAC e desenvolvimento de estratégias conjuntas para os NAPNEs;

6) Oferta de curso técnico em Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir do primeiro semestre de 2017 no campus da capital acreana. A formação de profissionais nesta área é fundamental para evitar problemas, como os ocorridos em 2012, naquele campus, quando não havia profissionais disponíveis para contratação no mercado, levando o campus a não disponibilizar intérpretes para alunos com surdez, comprometendo o semestre daqueles alunos;

7) Em agosto de 2016, realizamos um evento em parceria com o NAPNE, denominado “*Jornada Inclusiva*” para formação continuada de docentes e técnicos. O evento com duração de três dias envolveu palestras e minicursos para formação e capacitação direcionados à inclusão e educação especial, tendo a participação de pesquisadores da área vindos do Rio de Janeiro e Brasília. O evento foi divulgado por meio de cartazes, envio de e-mails e, também, no site da Instituição (Figura 6.1).

Figura 1: Divulgação do evento *Jornada Inclusiva* no IFAC Campus Rio Branco em página do site da Instituição.



Fonte: Site do Instituto Federal do Acre (www.ifac.edu.br)

Apesar do incentivo a participação realizado pela Gestão do campus que sediou o evento e de todas as formas de acesso viabilizadas para informação da comunidade técnica e docente, a participação não foi expressiva. Dos 88 docentes, 24 realizaram sua inscrição no evento e apenas 14 participaram efetivamente das atividades programadas. A baixa adesão também foi observada entre os 46 técnicos administrativos e educacionais do campus, dos quais apenas nove realizaram a inscrição e efetivamente participaram do evento.

O reduzido percentual de professores inscritos (27%) e o ainda menor percentual de professores que participaram do evento (16%) podem indicar uma falta de interesse na busca por capacitação/formação na área, a despeito da já citada consciência sobre despreparo para o atendimento do público com deficiência ou dificuldades em adequar as atividades diárias (aulas, orientações, participações em comissões, etc.) com a participação em cursos de formação e capacitação.

Fica evidente que um dos maiores desafios do Instituto Federal do Acre é encontrar maneiras de incentivar e proporcionar a possibilidade de efetiva participação dos docentes em cursos e capacitações com o tema inclusão. Tal necessidade foi verificada nos nossos estudos realizados entre os coordenadores dos NAPNEs, professores, Intérpretes de Libras e alunos, sendo corroborada com a literatura sobre o assunto (DORZIAT, 2015). Uma possível solução seria a oferta destes cursos e capacitações em diversos horários alternativos, evitando a possibilidade de o docente não participar por alegar estar em sala de aula no horário de realização do evento.

Ao final deste trabalho, novamente buscamos informações com os coordenadores dos NAPNEs e estes foram unânimes na opinião de que houve melhoras no atendimento oferecido aos alunos com deficiência. Porém, eles também foram unânimes em afirmar que é necessário maior aprimoramento do atendimento oferecido aos alunos com deficiência.

Um depoimento que chama a atenção é o de uma coordenadora que afirma que hoje os NAPNEs possuem maior destaque, uma vez que, segundo ela “no início o NAPNE era considerado um núcleo invisível. Convidei vários professores para nos auxiliar, mas sempre obtive recusa. No início nosso trabalho resumia-se em orientar os poucos professores que procuravam o núcleo para obter informações sobre acessibilidade ou ‘o que fazer’ com os alunos com deficiência”.

Outro ponto levantado pelos coordenadores é a necessidade de profissionais com qualificação e capacitação específica para auxiliar nos trabalhos de atendimento e maior investimento em qualificação da equipe. Esse fato vai ao encontro com inúmeros estudos que apontam a necessidade de avançar significativamente nas questões práticas ligadas à inclusão, entre elas estrutura e capacitação dos autores envolvidos (ANJOS, 2013; DÍAZ, et al., 2009; FERREIRA, 2007; MANTOAN, 2004; STAINBACK, STAINBACK, 1999).

Nos municípios do interior do Acre, faltam profissionais para emitir laudos de deficiência ou, pelo menos, para apontá-las, o que compromete a simples detecção de deficiências ou transtornos. Há enorme carência de profissionais especializados

nas mais diversas áreas na região Amazônica, incluindo diversos municípios do Acre, onde só é possível o acesso por via aérea e fluvial. Infelizmente as especificidades da região dificultam, ainda mais, as ações e iniciativas em busca da inclusão e acessibilidade dos alunos com deficiência (PORTAL DO GOVERNO DO ACRE, 2017).

Na opinião dos coordenadores, os principais desafios do IFAC são as seguintes:

- a) Aceitação de todos envolvidos nos processos educativos nos *campi* quanto aos alunos com deficiência, visto que lamentavelmente muitos servidores, incluindo professores, acham que o assunto não lhes diz respeito;
- b) Professores entenderem que incluir não é apenas estar lá, mas sim dar condições para que estes alunos possam se formar sem déficit de aprendizado, ou seja que todos os alunos tenham acesso ao mesmo nível de ensino aprendizagem, independentemente de suas deficiências ou necessidades educacionais específicas;
- c) Investimento em formação contínua e capacitação de todos os docentes sobre as diversas áreas das deficiências, considerando que a ignorância de certos aspectos referentes à Educação Especial limita severamente os avanços na qualidade de ensino para este público;
- d) Busca por parcerias com os diversos setores que trabalham com inclusão no Estado e Municípios para capacitar servidores dos *campi*. *Há que se observar que não é necessário ‘inventar a roda’, muitas soluções, ações e capacitações já foram utilizadas e mostraram sucesso. A troca de conhecimentos e informações com os diversos setores que trabalham com o tema é fundamental e extraordinariamente enriquecedora.* (DORZIAT, 2015; QUILES, 2015; CRUZ e ARAÚJO, 2016)

Quando analisamos as questões da inclusão não se pode deixar de indicar o imprescindível papel exercido pelos pais na busca e efetivação das mudanças no atendimento aos alunos com deficiência (MAZZOTTA, 2011). Talvez sejam os grupos por eles formados que exercem maior poder de pressão para alcançar as condições de acessibilidade e inclusão. Infelizmente, ainda não há registro da presença de tais grupos no estado do Acre.

A inclusão e a Educação Especial proporcionam não só o acesso à escola, mas também ao conhecimento, ao desenvolvimento e a autossuficiência. Para alcançar os

três últimos aspectos, é fundamental a oferta da primeira: o acesso à escola. A primeira perspectiva já é fato para a maioria das crianças em idade escolar, mas para outras, com deficiência, ainda são um desafio (LIMA, 2010).

Independentemente dos esforços necessários, deve-se eliminar a crença de que pessoas com deficiência devem ser evitadas, pois geram demanda e “*especialização*” de serviços a um alto custo, enquanto tem-se que conscientizar todos os envolvidos de que esses indivíduos devem ser protegidos, cuidados e educados assim como todos os membros de nossa sociedade (SMITH, 2008). É um trabalho que deve ser realizado em equipe, de forma integrada e coordenada, não sendo simples, mas importante, necessário e, principalmente, possível.

Quanto as contribuições da pesquisa na área de ensino, observamos que esse trabalho poderá contribuir para aperfeiçoar o atendimento aos alunos com deficiência no IFAC e servir de referência para outros institutos da Rede Federal de Educação Técnica, Científica e Tecnológica.

A divulgação e compartilhamento das ações positivas, dos problemas e dificuldades, erros e acertos em relação ao atendimento dos alunos com deficiência por si só contribui para que os exemplos positivos possam ser seguidos e os erros evitados sem a necessidade de vivência de tais situações.

Este estudo contribui, também, para a discussão do tema, de forma que ele não se restrinja, como é comum, às famílias, instituições e salas de aulas onde os alunos com deficiência estão presentes. A luta pela inclusão e acessibilidade deve ser de toda a sociedade, de cada pai, professor e estudante, enfim, de todos nós.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado nos estudos que compõem este trabalho, o caminho para alcançar uma inclusão efetiva e um ensino de qualidade ainda é longo, mas pode ser encurtado pelo esforço, participação e interesse de todos. Os resultados demonstram que a hipótese levantada pela experiência docente do pesquisador, ou seja, a necessidade de aprimoramento das condições de atendimento aos estudantes com deficiência na instituição analisada, foi confirmada.

Os sites, locais onde quase sempre se dá o primeiro contato dos alunos com as instituições de ensino carecem de acessibilidade. Ferramentas básicas ainda não são disponibilizadas, limitando o acesso a informações fundamentais sobre processos de seleção, chamadas de vagas e demais informações acadêmicas, seja na instituição analisada ou nas instituições federais incluídas no presente estudo.

No aspecto institucional observa-se melhorias no decorrer do início dos trabalhos desta tese até o momento atual. Ainda assim, tendo em vista as novas demandas e necessidades constantemente apresentadas, as mudanças devem continuar a serem ampliadas permanentemente.

Os Intérpretes, atualmente servidores efetivos, devem ser valorizados, tanto como elemento de intermediação e comunicação entre os alunos surdos, como colegas de trabalho dos professores, visto que são atores com visão privilegiada do processo de inclusão e acessibilidade dos alunos com deficiência, ou da falta destes, pela sua comunicação direta com as partes envolvidas.

Apesar de essenciais no processo educacional, é perceptível e identificável a falta de preparo dos professores para o atendimento aos alunos com deficiência, considerando o depoimento de todos os envolvidos. Torna-se então imprescindível o investimento em capacitação e aprimoramento contínuo deste profissional, sob pena de nunca se alcançar uma inclusão efetiva dos alunos com deficiência.

Os alunos corroboram as informações e impressões dos coordenadores dos NAPNEs, Intérpretes de Libras e professores, quanto a inclusão ainda insuficiente na instituição analisada e na acessibilidade, por vezes limitada, quanto ao processo de ensino-aprendizagem. Assim novas pesquisas sobre o tema nesta instituição ainda são necessárias e fundamentais para um contínuo processo de conscientização dos profissionais envolvidos (docentes e técnicos) para que esses possam vir a ser mais receptivos e dispostos a buscar formação e capacitação para o trabalho junto aos alunos com deficiência.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACESSIBILIDADE BRASIL. **O que é acessibilidade**. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br>> Acesso em 01 Ago. 2006.

ANJOS, H. P. dos et al.. Práticas pedagógicas e inclusão: a sobrevivência da integração nos processos inclusivos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 495-507, June. 2013.

AROLLES, S. **L'Enigme des Enfants-loups**. Paris, Éditions Publibook, 2007.

BARDIN L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2002.

BARROS, W. M. B. Educação especial e educação inclusiva: desafios para a construção do direito à educação. **Rev. Bras. Educ. Espec.** Marília, v. 13, n. 2, p. 293-294, Aug. 2007.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. SP, Cultrix, 2003

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 04 fev. 2017.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 30 mai. 2017.

_____. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 07 Abr. 2013.

BUENO, J. G. S. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Especial. 2002.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. 2ª. ed. São Paulo: Editora da PUC/SP - EDUC, 2004. v. 1. 187p.

CAIADO, K. R. M. JESUS, D. M de. BAPTISTA, C. R. (Orgs). **Professores e educação especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011.

CAMPELLO, A. R. S. QUADROS, R. M. de . **LIBRAS - Língua de Sinais Brasileira na área de Matemática**. 1. ed. Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM, 2010.

CAMPELLO, A. R. S. **Deficiência Auditiva**. 1. ed. Indaial: Editora Asselvi, 2009.

- CAMPELLO, A. R. S. RANGEL Luciana. FREITAS, Luiz Carlos. CASTRO, Nelson Pimenta de. **LIBRAS Fundamental**. 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Video, 2008.
- RIBEIRO, J. W. M. Análise automatizada de acessibilidade de portais federais de ensino brasileiro com base nas diretrizes de acessibilidade para conteúdo Web (WCAG 2.0). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de tecnologia em Sistemas para Internet. Instituto Federal do Acre. Defesa em 09 mar. 2017.
- CARDOSO, F.S. THIENGO, A. SILVA, N. RODRIGUES, C.R. PAIXAO, I.C. DELOU, C. CASTRO, H.C.. Proteins: proposing the construction of a Didactical Multimedia Material to get Teachers and Interdisciplinarity Together. **Advances in education**, v. 03, p. 1-7, 2014.
- CAREGNATO, R.C.A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v.15, n.4, p.679-84, 2006.
- CARNEIRO, MSC. Do ensino especial ao ensino regular: tentativas de integração escolar de alunos considerados portadores de necessidades educativas especiais. In ZANELLA, AV., et al., org. **Psicologia e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 163-172.
- CHAVES, S. Inclusão para todos. In: **Escola Pública**, V. 37, p. 20-25, 2014.
- CONFORTO, D. e SANTAROSA, L. M. C. Acessibilidade à Web: Internet para Todos. **Revista de Informática na Educação: Teoria, Prática – PGIE/UFRGS**. V.5 N° 2 p.87-102. nov/2002.
- COHEN L, MANION L, MORRISON K. **Research Methods in Education**. 5. ed. Inglaterra: Editora Routledge Falmer; 2001.
- COOL, C. MARCHESI, A. PALACIOS, J. (Organizadores). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CRUZ, S. R, ARAÚJO, D. A. C. A história da educação de alunos com surdez: ampliação de possibilidades. In: **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 29, n. 55, p. 373-384, out/dez, 2016.
- DELOU, C.M. C.; GUIMARAES, I.M. CORTES, C.E.S. OLIVEIRA, R.D.V.L. MARINHO, L.P. OLIVEIRA, R.M.M. RODRIGUES, C.R. CASTRO, H.C. A Educação Inclusiva e a Escola de Inclusão. In: Formando para Continuamente Formar. **Fio da Ação**, v. 2, p. 51-71, 2012.
- DELOU, C.M.C. MACHADO, S. GUIMARÃES, I. M. MARINHO, L. MARIANI, R. VASCONCELOS, K. RODRIGUES, C.R. CASTRO, H.C. School of Inclusion: The

contribution of a Federal University to the Inclusive Education. **Advances in Education**, v. 1, p. 04-10, 2012.

DELOU, C.M.C. MAZZA, I. MARINHO, L. MARIANI, R. RODRIGUES, C.R. CASTRO, H.C. A universidade, a escola e as necessidades especiais: Como melhorar? Como contribuir? In: **Revista Praxis On-Line**, v. 6, p. 11-17, 2012.

DELOU, C.M. RANGEL, L. STELLING, E.P. CASTRO, H.C. A surdez e a formação continuada: o caso do mestrado profissional em diversidade e inclusão da UFF. **Anais**. In: XII Congresso Internacional e XVIII Seminário Nacional do INES, 2013, Rio de Janeiro. Educação de Surdos em Países Há línguas em português (José Saramago). Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e, 2013. v. 12. p. 599-603.

DE SOUZA, F. B. et al. Reflexões sobre a educação a partir do filme “O Garoto Selvagem”. **Revista de Ciência e Inovação**, v. 1, n. 1, 2016.

DÍAZ, F., et al., (orgs). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. 354 p.

DORZIAT, A. Educação de surdos em tempos de inclusão. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 28, n. 52, p. 351-364, mai/ago. 2015.

FERREIRA LEAL, S. B. NUNES, R. R. E-usuabilidade. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p. 543-560, set./dez. 2007

FANTACINI, R. A. F.; DIAS, T. R. da S. Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual. **Rev. Bras. Educ. Espec.** Marília, v. 21, n. 1, p. 57-74, Mar. 2015 .

FEIJOO, A. M. L. C. de; GILL, D.; PROTASIO, M. M. Uma investigação do ser-aí do menino selvagem à luz do pensamento heideggeriano. **Psico-USF**, Itatiba, v. 17, n. 2, p. 225-232, Aug. 2012 .

FREITAS, C. G. DELOU, C. M. CASTRO, H. C. Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. **Revista Educação Especial**. v. 28. n. 53, set./dez. 2015.

FREITAS, C. G.; DELOU, C. M.; CASTRO, H. C.. Realidade e Perspectivas da Educação Especial em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no

Brasil. In: Cleilton Sampaio de Farias; José Júlio César do N. Araújo. (Org.). OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: caminhos, desafios e Proposições. 1ed.Curitiba/PR: Editora CRV, 2016, v. 01, p. 155-167.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. **Rev. Bras. Educ. Espec.** Marília, v. 17, n. spe1, p. 105-124, 2011.

GARCIA, R. M. C. Special education policy from the inclusive perspective and teacher education in Brazil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 101-119, 2013.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Rev. Bras. Educ. Espec.** Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, Dec. 2010.

KASSAR, M. de C. M. Special education on the perspective of inclusive education: implementation challenges of a national policy. **Educar em Revista**, n. 41, p. 61-79, 2011.

KASSAR, M. C. M. Special education in Brazil: inequalities and challenges in the recognition of diversity. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 833-849, 2012.

LIMA, P.A. **Educação inclusiva: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde**. São Paulo: Avercamp, 2010.

LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C.. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, Sept. 2012.

LYRIO, E. DELOU, C. MARINHO, L. CASTRO, H.C. ATMK: A Monera Kingdom Atlas for Presenting Cell Morphology and Biotechnology for Visually Impaired Students. **Creative Education**, v. 05, p. 290-296, 2014.

MANTOAN, M.T.E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: OMOTE, S. *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006, pag. 387-559.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2011.

MERÇON, T. DELOU, C. SANTOS, D. CASTRO, H.C. Libras e sexualidade: comparação de sinais com a American Sign Language para a produção de materiais didáticos sobre temas de importância à saúde da mulher. **Anais**. In: XII Congresso Internacional e XVIII Seminário Nacional do INES, 2013, Rio de Janeiro. Educação de Surdos em Países de Língua Portuguesa Há línguas em português (José Saramago). Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e, 2013. v. 12. p. 604-610.

ORRÚ, S. E. **Estudantes com necessidades especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

PASSERINO, L. M. MONTARDO, S. P. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. v. 08, p. 02-18. Abr. 2007.

PEREIRA, T. M. dos A.; GALUCH, M. T. B. O garoto selvagem: a importância das relações sociais e da educação no processo de desenvolvimento humano. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 553-571, maio/ago. 2012.

PEREIRA, J. Z.; SCOTT, J. B.; BARBOSA, T. M. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DE AÇÃO. **VIDYA**, v. 33, n. 2, p. 9, 2013.

PORTAL DO GOVERNO DO ACRE. Acre em números. Disponível em: <<http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/sobre-o-acre!/ut/p/c5/>> Acesso em 05 jun. 2017.

POSSA, L. B. A emergência da Educação Especial como campo do saber e suas atualizações para o presente. In: **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 29, n. 56, p. 521-536, out/dez, 2016.

PRIETO, R. G.; PAGNEZ, K. S. M. M.; GONZALEZ, R. K. Educação Especial e Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 3, 2014.

QUILES, R. E. S. Educação de surdos e deficientes auditivos: uma análise dos indicadores sociais. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 28, n. 51, p. 53-66, jan/abr. 2015.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://www.redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 Ago. 2013.

RBEE. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Publicada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE). Print version ISSN 1413-6538. On-line version ISSN 1980-5470. vol. 22 nº.4. Marília. Oct./Dec. 2016.

RODRIGUES, C.R. CASTRO, H.C. Blindness and fungi kingdom: a new approach for teaching a biological theme for students with special visual needs. **Creative Education**, v. 3, p. 674-678, 2012.

SILVA, K. S. X. OLIVEIRA, I. M. de. The Work of the Brazilian Sign Language Interpreter at School: a case study. **Educação e Realidade.** Porto Alegre. v. 41, n. 3. jul/set. 2016.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão.** 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOARES, M. A. L. CARVALHO, M de F. **O professor e o aluno com deficiência.** São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, R. de. DELOU, C.M.C. CÔRTEZ, M.B.V. GUIMARÃES, I.M. MACHADO, S. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TAVARES, L.M.L. et al. A educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente. In: **Rev. Bras. Edu. Esp.**, UNESPE Marília, v. 22, n. 04, p. 527-542, out/dez, 2016.

TENOR, A. C. DELIBERATO, D. Sistematização de um programa de capacitação ao professor do aluno surdo. In: **Rev. Bras. Edu. Esp.**, UNESPE Marília, v. 21, n. 03, p. 409-422, jul/set, 2015.

TERRA, R.N. GOMES C.G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 26, n. 45, p. 109-124, jan/abr. 2013.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** 4. ed. São Paulo: Atlas; 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

UNITED NATIONS. Nothing about Us, Without Us. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/international-day-of-persons-with-disabilities-3-december/international-day-of-disabled-persons-2004-nothing-about-us-without-us.html>>. Acesso em 09 jun. 2017.

ZANELLA, T. Percursos Marcantes na História das Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado. **ANAIS**. IV Colóquio Internacional de Educação (Educação, Diversidade e Ação Pedagógica) e I Seminário de “Estratégias e Ações Multidisciplinares”. Projeto Unoesc/Programa Observatório da Educação – CAPES v. 2, n. 1. 2014.

8 APÊNDICES E/OU ANEXOS

8.1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



FUNDAÇÃO OSWALDO
CRUZ -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Realidade e Perspectivas do Ensino de Biociências e Saúde para Pessoas com Necessidades Especiais na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre

Pesquisador: Cesar Gomes de Freitas

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 26609314.8.0000.5248

Instituição Proponente: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/IOC

Patrocinador Principal: Fundação Oswaldo Cruz -
FIOCRUZ/IOC UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE - UFF

Endereço: Av. Brasil 4036, Sala 705	
(Expansão)	2
Município: RIO DE	
F: RJ (21)	Fax:
	E-mail:



DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 644.846

Data da Relatoria: 17/03/2014

Apresentação do Projeto:

O ensino de pessoas com necessidades especiais demanda estrutura especializada, formação acadêmica adequada dos profissionais envolvidos e por vezes uma equipe multidisciplinar. O objetivo deste projeto é discutir e analisar o processo de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais do Instituto Federal do Acre (IFAC), tendo como foco de estudo a comunidade de alunos e professores dos cursos das áreas de Biociência e Saúde e afins dos quatro campi do IFAC, situados nas cidades de Rio Branco, Xapuri, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, ainda comparando com uma instituição federal de ensino, a universidade federal fluminense. Assim, temos como objetivos específicos, identificar e analisar as condições oferecidas pelo IFAC para o atendimento educacional desses alunos, incluindo as questões estruturais e acadêmicas, comparando esses resultados com a visão de professores e alunos sobre essa questão.

Com esses dados, os pesquisadores objetivam desenvolver e/ou propor estratégias, cursos de formação continuada para professores e materiais próprios para facilitar a inclusão dos estudantes com necessidades especiais voltados para a realidade do IFAC. Para atingir esses objetivos, utilizarão questionários (fechados, abertos e semi-abertos) e entrevistas com roteiro semi-estruturado como formas de avaliação, realizando uma análise de discurso do material obtido, no qual a linguística tem como reflexo a construção social do participante. A técnica utilizada incluirá também uma análise fenomenológica tendo como dados primários os questionários e, também, como dados secundários os dados provindos da realização de uma pesquisa bibliográfica. A relevância deste projeto está na necessidade de buscar contribuir para a inclusão de estudantes com necessidades especiais do IFAC, considerando-se a ausência de projetos nesta área de ensino focados para a região amazônica.

Endereço: Av. Brasil 4036, Sala 705	
(Expansão)	2
Município: RIO DE	
F: RJ (21)	Fax:
	E-mail:



FUNDAÇÃO OSWALDO
CRUZ -



Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar e analisar a forma como ocorre o ensino de Biociências e Saúde e áreas afins aos alunos com necessidades especiais do Instituto Federal do Acre considerando as perspectivas institucional, dos professores dos cursos ligados à Biociências e Saúde, e dos alunos desta instituições.

Objetivo Secundário:

-Comparar as condições oferecidas pelo IFAC para o atendimento educacional dos alunos com necessidades especiais com aquele oferecido pela Universidade Federal Fluminense - RJ;

-Investigar a visão dos professores do Instituto Federal do Acre sobre seu perfil profissional e as condições oferecidas para o atendimento dos alunos com necessidades especiais;

-Investigar e descrever o perfil, a realidade e as perspectivas dos estudantes com necessidades especiais do Instituto Federal do Acre;

-Desenvolver projetos, estratégias, cursos de formação continuada para professores materiais próprios para facilitar a inclusão dos estudantes com necessidades especiais voltados para a realidade do IFAC.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo o pesquisador os riscos para os participantes da pesquisa são mínimos.

Endereço: Av. Brasil 4036, Sala 705 (Expansão) 2	Município: RIO DE
F: RJ (21)	Fax: E-mail:

Benefícios:

Possível desenvolvimento de estratégias, materiais e informações que poderão melhorar o atendimento aos alunos com necessidades especiais no Instituto Federal do Acre.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está claro em seus propósitos e devidamente fundamentado. É do Grupo III, e, portanto, não necessita de submissão à CONEP antes de ser iniciado.

O projeto está suficientemente claro em seus propósitos e devidamente fundamentado. É do Grupo III, e, portanto, não necessita de submissão à CONEP antes de ser iniciado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados a folha de rosto, projeto de pesquisa, cronograma atualizado, orçamento da pesquisa, termo de consentimento livre e esclarecido, questionários, termos de colaboração

Recomendações:

Apresentar relatórios parciais (anuais) e relatório final do projeto de pesquisa é responsabilidade indelegável do pesquisador principal.

Qualquer modificação ou emenda ao projeto de pesquisa em pauta deve ser submetida à apreciação do CEP Fiocruz/IOC.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, em sua 192a Reunião Ordinária, realizada em 14.04.2014, o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz (CEP FIOCRUZ/IOC), de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se por aprovar o estudo em tela.

Endereço: Av. Brasil 4036, Sala 705 (Expansão) 2
Município: RIO DE
F: RJ (21) Fax: E-mail:

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O sujeito de pesquisa ou seu representante, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

O pesquisador responsável deverá da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

RIO DE JANEIRO, 13 de Maio de 2014

Assinado por:

José Henrique da Silva Pilotto (Coordenador)

Endereço: Av. Brasil 4036, Sala 705 (Expansão)			2
F: RJ (21)	Município: RIO DE	Fax:	E-mail:

8.2 QUESTIONÁRIO PESQUISA INSTITUCIONAL

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE	
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA	
<p>Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da Pesquisa intitulada: "Realidade e Perspectivas do Ensino de Biociências e Saúde para Pessoas com Necessidades Especiais na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre" cujo objetivo principal é analisar processo de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais do Instituto Federal do Acre (IFAC). Sinto-me informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos envolvidos e tenho a garantias de que não serei prejudicado em qualquer aspecto referente a minha participação nesta pesquisa, não havendo nem ônus ou bônus para minha pessoa. Foi-me garantido o sigilo da minha identidade e posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto resulte em qualquer penalidade, necessitando apenas o envio do e-mail cancelando a minha participação para o endereço labiomol2003@yahoo.com.br. Data: ____/____/____. Assinatura _____:</p>	

1. **Sexo:** () F () M **Idade** _____ **Profissão atual:** _____ **Local de Trabalho:** _____
2. **Nível escolaridade:** () Ensino Médio () Graduação incompleta: ___período () Graduação () Especialização/Pós graduação () Mestrado incompleto () Mestrado () Doutorado incompleto () Doutorado () Pós-Doutorado () outros _____
3. O IFAC atende alunos com algum tipo de necessidade especial? () sim, (quantos) _____ () não () não sei.
4. Se respondeu afirmativamente, quais são as necessidades especiais deste grupo de alunos ?() não sei () surdez () cegueira () dificuldade de locomoção () síndromes e transtornos () superdotação/altas habilidades () outros _____
5. As ações referentes aos alunos com necessidades especiais (ANEs) no IFAC seguem alguma diretriz, normas ou "*políticas institucionais*" específicas? () sim, (quais) _____ () não, porque () não sei, porque _____
6. Existem ações ACADÊMICAS adotadas pelo IFAC para melhorar o atendimento dos ANEs? () não. () não sei. () sim, _____
7. Existem ações ESTRUTURAIS adotadas pelo IFAC para melhorar o atendimento dos ANEs? () não. () não sei. () sim, _____
8. Existe(m) problema(s) relacionado(s) ao atendimento dos ANEs enfrentados atualmente pelo IFAC? () não. () não sei. () sim, _____
9. Existe alguma ação do IFAC focada nos docentes para melhorar/aprimorar o atendimento dos ANEs? () não. () não sei. () sim, (quais) _____
10. Existem espaços pedagógicos e/ou material didático específicos para uso dos ANEs do IFAC? () não. () não sei.

() sim, (quais)_____

11.

Existe alguma forma de avaliação do ensino-aprendizado especialmente voltada aos ANEs do IFAC?

() não. () não sei.

() sim, (quais)_____

12.

Existe alguma forma de acompanhamento e verificação da inclusão especialmente voltada aos ANEs? (

) não. () não sei.

() sim, (quais)_____

13.

Sugestão de perguntas que você acha que poderiam ter sido feitas e não constam neste questionário.

8.3 QUESTIONÁRIO PESQUISA PROFESSORES

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da Pesquisa intitulada: "**Realidade e Perspectivas do Ensino de Biociências e Saúde para Pessoas com Necessidades Especiais na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre**" cujo objetivo principal é analisar processo de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais do Instituto Federal do Acre (IFAC). Sinto-me informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos envolvidos e tenho a garantias de que **não serei prejudicado em qualquer aspecto referente a minha participação nesta pesquisa**, não havendo nem ônus ou bônus para minha pessoa. Foi-me garantido o sigilo da minha identidade e posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto resulte em qualquer penalidade, necessitando apenas o envio do e-mail cancelando a minha participação para o endereço labiomol2003@yahoo.com.br.
Data: ____/____/____. Assinatura _____

Sexo: () F () M **Idade** _____ **Profissão atual:** _____ **Local de Trabalho:** _____

Nível escolaridade: () Ensino Médio () Graduação incompleta: ___ período () Graduação () Especialização/Pós graduação
() Mestrado incompleto () Mestrado () Doutorado incompleto () Doutorado () Pós-Doutorado () outros _____

Como professor, você atende alunos com algum tipo de necessidade especial? () sim, (quantos) _____ () não () não sei.

Se respondeu afirmativamente, quais são as necessidades especiais deste grupo de alunos? () não sei () surdez () cegueira () dificuldade de locomoção () síndromes e transtornos () superdotação/altas habilidades
() outros _____

As ações referentes aos alunos com necessidades especiais (ANEs) no IFAC seguem alguma diretriz, normas ou "*políticas institucionais*" específicas?

() sim, (quais) _____
() não, porque _____
() não sei, porque _____

Existem ações ACADÊMICAS adotadas pelo IFAC para melhorar o atendimento dos ANEs? () não. () não sei. () sim,

Existem ações ESTRUTURAIS adotadas pelo IFAC para melhorar o atendimento dos ANEs? () não. () não sei. () sim,

Existe(m) problema(s) relacionado(s) ao atendimento dos ANEs enfrentados atualmente pelo IFAC? () não. () não sei. () sim,

Existe alguma ação do IFAC focada nos docentes para melhorar/aprimorar o atendimento dos ANEs? () não. () não sei. () sim, (quais)

Existem espaços pedagógicos e/ou material didático específicos para uso dos ANEs do IFAC? () não. () não sei. () sim, (quais)

Existe alguma forma de avaliação do ensino-aprendizado especialmente voltada aos ANEs do IFAC? () não. () não sei.
() sim, (quais) _____

Existe alguma forma de acompanhamento e verificação da inclusão especialmente voltada aos ANEs? () não. () não sei.

() sim, (quais) _____

Quais as estratégias didáticas utilizadas com os ANEs? () Não () Sim, (quais)

Suas aulas quando há ANEs na sala são iguais as aulas quando não há a presença destes alunos? ()
Sim () Não, (por que)?.

Você já participou de algum curso ou formação voltado diretamente para o atendimento aos ANEs? ()
Não () Sim, (quais)

Em sua formação acadêmica (graduação ou licenciatura), houve disciplinas que abordavam temas ligados à Educação Especial ou Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais? () Não ()
Sim, (quais) _____

Sugestão de perguntas que você acha que poderiam ter sido feitas e não constam neste questionário.

8.4 QUESTIONÁRIO PESQUISA INTÉRPRETES DE LIBRAS

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da Pesquisa intitulada: "**Realidade e Perspectivas do Ensino de Biociências e Saúde para Pessoas com Necessidades Especiais na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre**" cujo objetivo principal é analisar processo de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais do Instituto Federal do Acre (IFAC). Sinto-me informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos envolvidos e tenho a garantias de que **não serei prejudicado em qualquer aspecto referente a minha participação nesta pesquisa**, não havendo nem ônus ou bônus para minha pessoa. Foi-me garantido o sigilo da minha identidade e posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto resulte em qualquer penalidade, necessitando apenas o envio do e-mail cancelando a minha participação para o endereço labiomol2003@yahoo.com.br.
Data: ____/____/____. Assinatura _____

Questão 1:

1. HOJE VOCÊ ACREDITA QUE HÁ INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO IFAC?

() SIM () NÃO

SE NÃO, POR QUÊ?

Questão 2:

2. VOCÊ TEM ALGUMA DIFICULDADE OU BARREIRA EM REALIZAR SEU TRABALHO NO IFAC?

() SIM () NÃO

SE SIM, QUAIS?

Questão 3:

3. EM RELAÇÃO AOS DOCENTES E METODOLOGIA EM SALA DE AULA, ELAS ATENDEM AS EXPECTATIVAS E NECESSIDADES DOS SURDOS?

() SIM () NÃO

SE NÃO, POR QUÊ?

Questão 4:

4. VOCÊ CONSIDERA QUE OS PROFESSORES ESTÃO DEVIDAMENTE CAPACITADOS PARA ATENDER DE FORMA ADEQUADA OS ALUNOS COM SURDEZ

Questão 5:

5. E QUANTO A INSTITUIÇÃO (EXPECTATIVAS E NECESSIDADES)?

Questão 6:

A INSTITUIÇÃO FORNECE O APOIO E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA OS INTÉRPRETES REALIZAREM SEU TRABALHO DE MANEIRA SATISFATÓRIA?

() SIM () NÃO

SE NÃO, POR QUE?

Questão 7:

7. QUANTO AO TRABALHO REALIZADO PELO NAPNE, EM RELAÇÃO AO SURDO, VOCÊ CONSIDERA SATISFATÓRIO?

() SIM () NÃO

SE NÃO, POR QUÊ?

Questão 8:

- 8. SOB SEU PONTO DE VISTA, O QUE FALTA AO IFAC PARA SER DE FATO UMA INSTITUIÇÃO INCLUSIVA?**

Questão 9:

- 9. SABEMOS QUE POR LEI O ACESSO AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SÃO GARANTIDAS E OBRIGATÓRIAS, MAS E QUANTO A PERMANÊNCIA, COMO VOCÊ OBSERVA ISSO NO IFAC?**

Questão 10:

ALGUMA SUGESTÃO, CRÍTICA, COMENTÁRIO

8.5 QUESTIONÁRIO PESQUISA ALUNOS SURDOS

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar como sujeito da Pesquisa intitulada: "**Realidade e Perspectivas do Ensino de Biociências e Saúde para Pessoas com Necessidades Especiais na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre**" cujo objetivo principal é analisar processo de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais do Instituto Federal do Acre (IFAC). Sinto-me informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos envolvidos e tenho a garantias de que **não serei prejudicado em qualquer aspecto referente a minha participação nesta pesquisa**, não havendo nem ônus ou bônus para minha pessoa. Foi-me garantido o sigilo da minha identidade e posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto resulte em qualquer penalidade, necessitando apenas o envio do e-mail cancelando a minha participação para o endereço labiomol2003@yahoo.com.br.
Data: ____/____/____. Assinatura _____ :

NOME	
IDADE	
DEFICIÊNCIA	
SEXO	
CURSO/PERÍODO	
ANO DE INGRESSO	

COM QUAL IDADE VOCÊ INICIOU SEUS ESTUDOS?

A ESCOLA EM QUE VOCÊ INICIOU SEUS ESTUDOS ERA:

() PÚBLICA () PARTICULAR.

DURANTE SUA VIDA ESCOLAR, VOCÊ ACHA QUE HOUVE INCLUSÃO PELOS PROFESSORES, EQUIPE GESTORA, FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA E NÃO DOCENTES?

() SIM () NÃO

SE NÃO, POR QUÊ?

COMO VOCÊ CONHECEU O IFAC? ATRAVES DE QUE MEIO?

ANTES DO INGRESSO QUAIS ERAM SUAS EXPECTATIVAS, O QUE E COMO IMAGINAVAVA QUE SERIA?

HOJE VOCÊ SE SENTE INCLUIDO NO IFAC?

EM RELAÇÃO AOS COLEGAS, VOCÊ ACHA QUE É TRATADO DA MESMA FORMA QUE OS DEMAIS?

SIM NÃO

SE NÃO, POR QUÊ?

EM SUA OPINIÃO, OS PROFESSORES ESTÃO DEVIDAMENTE CAPACITADOS PARA ATENDER ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS?

SIM NÃO

EM RELAÇÃO AOS DOCENTES E METODOLOGIA, ELES ATENDEM AS SUAS EXPECTATIVAS E NECESSIDADES, HÁ ADAPTAÇÕES?

SIM NÃO

SE NÃO, POR QUÊ?

HOJE O VIVIDO, EM RELAÇÃO AO IFAC CORRESPONDE COM O IMAGINADO?

SOB SEU PONTO DE VISTA, O QUE FALTA AO IFAC PARA SER DE FATO UMA INSTITUIÇÃO INCLUSIVA?

EXISTE ACESSIBILIDADE EM RELAÇÃO A SUA DEFICIÊNCIA NO IFAC?

SIM NÃO

SE NÃO, POR QUÊ?

ALGUMA SUGESTÃO, CRÍTICA, COMENTÁRIO:

8.6 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Por meio do presente termo, eu _____ concordo em participar da pesquisa intitulada “**Realidade e Perspectivas do Ensino de Biociências e Saúde para Pessoas com Necessidades Especiais na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre**” e realizada pelo doutorando César Gomes de Freitas, sob orientação da Dra Helena Carla Castro do grupo, Coordenadora do Laboratório de Antibióticos, Bioquímica e Modelagem Molecular e Dra Cristina Maria Delou, Coordenadora do Programa de Extensão Escola de Inclusão, ambos situados no Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense. Esta pesquisa faz parte do trabalho de tese de doutoramento no Curso de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde – IOC –Ensino de Biociências e Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Tenho ciência de que a minha participação é **voluntária**, sem qualquer obrigatoriedade e a qualquer momento posso desistir de participar e retirar meu consentimento **sem qualquer ônus (prejuízo) ou bônus (ganho)**. A minha recusa em continuar no estudo ou mesmo de participar desta pesquisa também não me trará nenhum prejuízo pessoal (físico, psicológico ou financeiro) ou em sua relação com pesquisador ou com a Fundação Oswaldo Cruz.

Esta pesquisa tem o objetivo de discutir e analisar o processo de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais do Instituto Federal do Acre (IFAC), podendo seus resultados beneficiar todos os estudantes quanto ao atendimento acadêmico, criação e efetividade dos métodos de ensino. Este estudo pode permitir a criação de novos projetos, estratégias e materiais de ensino que irão auxiliar os alunos do ensino superior desta e de outras instituições na sua inserção e acesso a educação de qualidade.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e me é assegurado o sigilo sobre a minha participação, que não estará presente ao se divulgar os resultados obtidos nos questionários em textos e eventos científicos, o que está sendo permitido ao assinar este documento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios em participar da pesquisa e concordo em responder o questionário.

(Assinatura do participante)

FIOCRUZ - Instituto Oswaldo Cruz – Mestrado Acadêmico em Ensino de Biociências e Saúde.

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 21040-360

Pesquisador responsável: César Gomes de Freitas – Contato: (68) [9978.8308/cesar.freitas@ifac.edu.br](mailto:cesar.freitas@ifac.edu.br)

CEP: Av. Brasil, 4036, sala 705 - campus Expansão - Manguinhos - Tel.: 38829011 - cepfiocruz@ioc.fiocruz.br

8.7 TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Por meio deste documento **AUTORIZO** o pesquisador Cesar Gomes de Freitas, como aluno do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde – IOC – Fiocruz, orientado pela **Dra. Helena Carla Castro Cardoso de Almeida**, a realizar o projeto intitulado **“Realidade e Perspectivas do Ensino de Biociências e Saúde para Pessoas com Necessidades Especiais na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre”** constituída do uso de questionários e entrevistas para o levantamento de informações envolvendo o tema Atendimentos aos Estudantes com Necessidades Especiais. A pesquisa será realizada junto aos professores, interpretes e estudantes do ensino médio e superior com e sem necessidades especiais desta instituição. Com estes dados, o aluno pretende desenvolver seu projeto de doutorado, cujos produtos serão, além da tese em si, o desenvolvimento de estratégias, projetos e materiais, criados com o objetivo de facilitar a aprendizagem, compreensão e inclusão dos estudantes com necessidades especiais.

Foi-me esclarecido que a minha Instituição de Ensino não possui qualquer responsabilidade financeira sobre a pesquisa, e que os professores e os estudantes do ensino médio e superior avaliados responderão a questionários semi-estruturados e/ou entrevistas pessoais, de forma voluntária. A qualquer momento o câmpus, professores e/ou estudantes podem desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que isto traga qualquer prejuízo a nenhum destes. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais com o sigilo sobre a participação de todos. Os resultados, bem como a imagem dos estudantes nas situações em que respondem ao questionário ou utilizam o material didático podem ser divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos, podendo ser feito a cores ou em preto e branco. O Comitê de Ética da FIOCRUZ poderá acessar os dados coletados a qualquer momento da pesquisa que achar necessário.

Todos e quaisquer esclarecimentos, que achar necessários, me serão fornecidos ao entrar em contato com a Dr^a. Helena Carla Castro, orientadora deste projeto, no Departamento de Biologia Celular e Molecular –Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense, Outeiro de São João Baptista, s/n - Campus do Valonguinho Centro/Niterói – RJ, CEP:24.020-150, no telefone (021) 2629-2281.

_____, ____ de _____ de 2014

Direção Câmpus IFAC.

8.8 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –FILMAGEM E FOTOGRAFIA



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Oswaldo Cruz

Curso de Especialização em Ensino em Biociências e Saúde

Venho por meio deste documento autorizar o doutorando César Gomes de Freitas, ou o(s) representantes(s) designado(s) pela Dra Helena Carla Castro do grupo Coordenadora do Laboratório de Antibióticos, Bioquímica e Modelagem Molecular – IB-UFF

E Professora Orientadora do Curso de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde – IOC – Fiocruz, a produzir, reproduzir ou multiplicar fotografias, vídeos, filmes ou transparências, podendo ser coloridas ou em preto e branco, em que _____, menor sobre o qual sou responsável, participe e apareça, sendo estas feitas somente durante as atividades do projeto em sala de aula ou na Instituição em que ele estiver sob o meu total conhecimento e consentimento.

Estas fotografias, vídeos, filmes ou transparências só poderão ser utilizados para fins de pesquisa, informação ou divulgação, para educação em saúde ou para docência, publicados em periódicos ou em outros meios de divulgação científica. A reprodução e multiplicação dessas imagens podem ser acompanhadas ou não de texto explicativo sem qualquer conceito negativo que possa denegrir a imagem do menor de idade, e abro mão de qualquer direito de pré-inspeção e pré-aprovação do material, assim como de qualquer compensação financeira pelo seu uso, sendo este publicado sempre preservando o nome do estudante, assim garantindo-lhe sua privacidade.

Tenho ciência de que este trabalho faz parte da tese do doutorando César Gomes de Freitas, no programa de Pós-graduação em Ensino de Biociências e Saúde – IOC – Fiocruz, realizado na Fundação Oswaldo Cruz, visando estritamente a ampliação das possibilidades educacionais das escolas, de forma que estas se adaptem e possam receber os estudantes com necessidades educacionais especiais com as melhores condições possíveis.

Entendo que não haverá qualquer despesa para que a criança participe desta pesquisa, bem como não haverá qualquer tipo de recompensa para o participante e/ou responsáveis, a não ser aquela de ter contribuído para a tentativa de melhoria do ensino para estas crianças.

Expresso que tenho ciência de que toda a informação obtida com este estudo ficará armazenada na Fundação Oswaldo Cruz, juntamente com outros documentos relativos ao projeto e não serão, em hipótese alguma, fornecidos a terceiros sem sua expressa autorização e conhecimento. Os resultados serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos. O Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz – CEP FIOCRUZ - poderá ter acesso aos dados coletados. Se necessário autorizo serem exibidos apenas a idade e a escolaridade da criança.

Essa pesquisa não oferece qualquer dano ou risco aos participantes, visto que os materiais utilizados são inócuos e eles serão oferecidos à criança e não impostos a ela. Assim, a criança só participará caso demonstre interesse e o desejo em fazê-lo.

Como responsável, sei que posso desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, assim como a criança, sem quaisquer penalizações ou prejuízos, só bastando comunicar o fato.

Deixo expresso, ainda, que esta autorização:

() permite que apareça o rosto de meu filho(a) no material gráfico sem as tarjas ou técnicas usualmente empregadas para dificultar a identificação.

() permite que apareça o rosto de meu filho(a) no material gráfico somente se houver o uso de tarjas ou técnicas usualmente empregadas para dificultar a identificação.

() não permite que apareça o rosto de meu filho(a) no material gráfico final, sendo este totalmente encoberto com a cor preta.

Declaro estar plenamente ciente do inteiro teor desta autorização.

Data: _____ de _____ de _____.

(nome do responsável)

(Nº de Identidade do responsável)

(Assinatura do responsável)

FIOCRUZ - Instituto Oswaldo Cruz – Mestrado Acadêmico em Ensino de Biociências e Saúde.

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 21040-360

Pesquisador responsável: César Gomes de Freitas – Contato: (68) [9978.8308/cesar.freitas@ifac.edu.br](mailto:cesar.freitas@ifac.edu.br)

CEP: Av. Brasil, 4036, sala 705 - campus Expansão - Manguinhos - Tel.: 38829011 - cepfiocruz@ioc.fiocruz.br